

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**E quando a população transforma o espaço público? As apropriações do
espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG**

Thamara Ramalho Calonga
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

THAMARA RAMALHO CALONGA

E quando a população transforma o espaço público? As apropriações do espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Marília Solfa

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C165e
2026

Calonga, Thamara Ramalho, 1992-

E quando a população transforma o espaço público? As
apropriações do espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em
Viçosa/MG / Thamara Ramalho Calonga. – Viçosa, MG, 2026.
1 dissertação eletrônica (151 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Marília Solfa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2026.

Referências bibliográficas: f. 125-129.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.096>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Nova Viçosa (Viçosa, MG). 2. Planejamento urbano -
Participação do cidadão. 3. Espaços públicos. I. Solfa, Marília,
1983-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151

THAMARA RAMALHO CALONGA

E quando a população transforma o espaço público? As apropriações do espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

Thamara Ramalho Calonga
Autora

Marília Solfa
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 27/03/2026 às 10:21:07 e pela orientadora em 02/04/2026 às 13:11:43. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **XO1F.GG8K.FXKL** e clique no botão 'Validar documento'.

A Rob, ao Lidinho e ao Ru.

AGRADECIMENTOS

À minha família.

Aos meus amigos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“A maior atração de uma cidade é a qualidade de vida dos seus moradores.”
(Jaime Lerner)

RESUMO

CALONGA, Thamara Ramalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **E quando a população transforma o espaço público? As apropriações do espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG.** Orientadora: Marília Solfa.

Este trabalho investiga as apropriações espontâneas do espaço público urbano no Bairro Nova Viçosa, localizado no município de Viçosa, Minas Gerais, buscando compreender em que contextos essas práticas emergem, como se materializam no território e quais sentidos assumem para os moradores que as produzem e utilizam. Parte-se da hipótese de que tais apropriações, frequentemente classificadas como informais ou marginais pelo planejamento urbano tradicional, constituem práticas legítimas de produção do espaço e revelam demandas urbanas não atendidas pelas políticas públicas institucionais. O estudo dialoga com a produção teórica sobre a produção social do espaço, o direito à cidade, o planejamento urbano alternativo e o urbanismo cotidiano, situando as insurgências urbanas como formas de resistência e de reinvenção da vida urbana em contextos de precariedade socioespacial. A pesquisa adota abordagem qualitativa e desenvolve um percurso metodológico integrado, que combina pesquisa bibliográfica, observação in loco, registros fotográficos, mapeamento territorial, entrevistas semiestruturadas com moradores e análise de conteúdo, fundamentada no método de Laurence Bardin. O recorte empírico concentra-se nas apropriações atualmente ativas no bairro, independentemente de sua data de origem, permitindo a leitura do fenômeno em sua dimensão contemporânea. O mapeamento das intervenções revelou a presença de mobiliários urbanos improvisados, espaços coletivos de permanência, iniciativas comunitárias de paisagismo e usos informais do espaço público, frequentemente produzidos sem apoio do poder público. As entrevistas evidenciaram que essas práticas emergem tanto da escassez de infraestrutura urbana quanto do desejo de pertencimento, cuidado com o lugar e fortalecimento dos laços comunitários, configurando-se como estratégias cotidianas de enfrentamento das desigualdades urbanas. Os resultados indicam que tais apropriações materializam formas alternativas de planejamento, baseadas na experiência vivida, nos afetos e nas necessidades locais, ainda que permaneçam invisibilizadas pelas estruturas institucionais. Como desdobramento da pesquisa, propõe-se o desenvolvimento de um protótipo de plataforma digital colaborativa para o mapeamento dessas intervenções, com o objetivo de ampliar a visibilidade dos dados produzidos, fortalecer a participação cidadã e apontar caminhos

para uma gestão urbana mais democrática, sensível e aberta à escuta dos territórios. Conclui-se que reconhecer e incorporar os saberes produzidos no cotidiano constitui passo fundamental para o reposicionamento crítico do planejamento urbano contemporâneo.

Palavras-chave: apropriação do espaço urbano; planejamento urbano participativo; urbanismo cotidiano.

ABSTRACT

CALONGA, Thamara Ramalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026. **When the Population Transforms Public Space: Urban Space Appropriations in the Nova Viçosa Neighborhood, Viçosa, MG, Brazil.** Adviser: Marília Solfa.

This dissertation investigates spontaneous appropriations of public urban space in the neighborhood of Nova Viçosa, located in the municipality of Viçosa, Minas Gerais, Brazil, seeking to understand the contexts in which these practices emerge, how they materialize in the territory, and the meanings they acquire for the residents who produce and use them. The study is based on the assumption that such appropriations, often classified as informal or marginal by traditional urban planning, constitute legitimate practices of spatial production and reveal urban demands that are not addressed by institutional public policies. The research engages with theoretical contributions on the social production of space, the right to the city, alternative urban planning, and everyday urbanism, and frames urban insurgencies as forms of resistance and reinvention of urban life in contexts of socio-spatial precariousness. The study adopts a qualitative approach and develops an integrated methodological framework that combines bibliographic research, in situ observation, photographic records, territorial mapping, semi-structured interviews with residents, and content analysis based on Laurence Bardin's methodology. The empirical focus is placed on appropriations that are currently active in the neighborhood, regardless of their original date of implementation, allowing the phenomenon to be examined from a contemporary perspective. The mapping of interventions reveals the presence of improvised urban furniture, collective spaces for permanence, community-led landscaping initiatives, and informal uses of public space, frequently produced without support from public authorities. The interviews indicate that these practices emerge both as responses to the lack of urban infrastructure and as expressions of residents' desire for belonging, care for place, and the strengthening of community ties, thus configuring everyday strategies for confronting urban inequalities. The findings demonstrate that these appropriations materialize alternative forms of planning grounded in lived experience, affective relationships, and local needs, although they remain largely invisible to institutional planning frameworks. As an extension of the research, the dissertation proposes the development of a collaborative digital platform for mapping these interventions, aiming to enhance the visibility of the data produced, strengthen citizen participation, and suggest pathways toward more democratic, sensitive, and territorially

responsive urban governance. The study concludes that recognizing and incorporating knowledge produced through everyday practices constitutes a fundamental step toward the critical repositioning of contemporary urban planning.

Keywords: everyday urbanism; participatory urban planning; urban space appropriation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorização das intervenções observadas	71
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Bairro Nova Viçosa e suas diferentes faces	16
Figura 2 – Localização do Bairro Nova Viçosa no contexto de Viçosa, Minas Gerais e Brasil	18
Figura 3 – Vias de acesso ao Bairro Nova Viçosa	18
Figura 4 – Imagens do Bairro Nova Viçosa no ano de inauguração	19
Figura 5 – Imagem aérea do Bairro Nova Viçosa em 2002.....	21
Figura 6 – Imagem aérea do Bairro Nova Viçosa em 2024.....	21
Figura 7 – Mapa geral das intervenções encontradas.....	69
Figura 8 – Mapa de categorização das intervenções observadas.....	70
Figura 9 – Mapa “Eixo de Convivência”.....	72
Figura 10 – Colagem “Eixo da Convivência”	74
Figura 11 – Eixo da Convivência: Sobreposição das imagens das apropriações no mapa	75
Figura 12 – Mapa “Eixo da Funcionalidade”	76
Figura 13 – Colagem “Eixo da Funcionalidade”	78
Figura 14 – Eixo da Funcionalidade: Sobreposição das imagens das apropriações no mapa	79
Figura 15 – Mapa “Eixo da Ornamentação”	80
Figura 16 - Colagem “Eixo da Ornamentação”.....	82
Figura 17 - Eixo da Ornamentação: Sobreposição das imagens das apropriações no mapa	83
Figura 18 – Visualização do protótipo da plataforma colaborativa	113

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Modos de informalidade urbana	54
Quadro 2 – Dimensões Críticas do Espaço Público na América Latina	56
Quadro 3 – Perfil dos entrevistados	87

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1.	Contextualização do objeto de estudo	17
1.2.	Metodologia.....	23
1.3.	Justificativa e relevância da pesquisa	29
1.4.	Sobre a estrutura da dissertação	31
2.	CAPÍTULO I - A Produção do Espaço: Novos Olhares Sobre o Planejamento Urbano.....	33
2.1.	A Produção Social do Espaço.....	33
2.2.	O Planejamento Urbano Tradicional	39
2.3.	Planejamento Participativo: Caminhos e Contradições.....	44
2.4.	Planejamento Alternativo e Lógica da Informalidade	51
2.5.	Urbanismo Cotidiano e Desenvolvimento Situado	62
3.	CAPÍTULO II – Leitura Territorial: As apropriações do Espaço Urbano no Bairro Nova Viçosa	67
3.1.	Mapeamento e Espacialização das Apropriações Espontâneas.....	67
3.2.	A Voz dos Moradores: Entrevistas e Narrativas Cotidianas	85
4.	CAPÍTULO III - Ciência de dados aplicada ao urbanismo alternativo?.....	105
4.1.	Sistemas colaborativos e <i>crowdsourcing</i>	107
4.2.	Tecnologia <i>web</i> e georreferenciamento	110
4.3.	Criação de uma plataforma colaborativa de mapeamento de apropriações do espaço público em Nova Viçosa.	111
4.4.	Perspectivas futuras: por uma cidade mais viva, sensível e partilhada.....	115
5.	CONCLUSÕES - Insurgências como Forma de Redirecionamento do Planejamento: Lições do Território.....	116
5.1.	A Produção Coletiva do Espaço: Além do Planejamento Formal.....	116
5.2.	Reposicionar o Planejamento: Escuta, Reconhecimento e Abertura	118
5.3.	Aprendizados: o que as práticas cotidianas ensinam ao planejamento	119
5.4.	Um convite à escuta e à Imaginação Urbana.....	121
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE A – Mapa de Localização das Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa.....	129
	APÊNDICE B – Mapa de Classificação das Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa.....	130
	APÊNDICE C – Mapa "Eixo de Convivência"	131
	APÊNDICE D – Mapa “Eixo da Funcionalidade”	132

APÊNDICE E – Mapa “Eixo da Ornamentação”	133
APÊNDICE F - Tabela de Identificação das Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa.....	134
APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	150

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propôs-se a investigação das apropriações espontâneas no espaço público urbano, considerando como recorte as ações encontradas na contemporaneidade, nas ruas do Bairro Nova Viçosa, um bairro periférico da cidade de Viçosa, município situado na região da Zona da Mata em Minas Gerais. O estudo foi desenvolvido sob a ótica de metodologias que investigam as possibilidades de desenvolvimento de um urbanismo alternativo (Montaner, 2012) e da ideia de participação popular democrática neste processo de tomada de decisões no campo das cidades.

Com o olhar sobre essas práticas espontâneas a partir do contexto da pós-modernidade, entende-se sua natureza fugidia e consequentemente a constante transformação do espaço urbano. Neste sentido, Harvey (2008) em seu livro “A condição pós-moderna” diz que no campo do urbanismo, o pós-modernismo se manifesta como um processo marcado pela fragmentação e pelo caráter caótico, reconhecendo a importância do “acaso” na produção e transformação do espaço urbano. É neste ponto que o autor destaca uma tendência à instantaneidade e a não profundidade das ações de planejamento, apontando para a efemeridade e transitoriedade destes atos que impactam as cidades.

A partir desse cenário de crise do planejamento urbano, surgem teorizações a respeito de uma abordagem alternativa, como o planejamento *bottom-up*, ou seja, uma abordagem que se contrapõe aos modelos tradicionais de planejamento *top-down*, nos quais as decisões são tomadas pelo Estado, por técnicos ou por grandes agentes econômicos e impostas à população. Em oposição a essa lógica centralizadora, o planejamento *bottom-up* parte das iniciativas dos próprios moradores, coletivos locais e movimentos sociais, reconhecendo neles agentes legítimos de transformação urbana (Talen, 2015). Trata-se de um processo que emerge das práticas cotidianas, criativas e colaborativas dos sujeitos que habitam o território: mutirões, hortas, mobiliários improvisados, redes solidárias e ações comunitárias que respondem às carências e reinventam o uso do espaço urbano (Crawford, 2004).

Montaner (2012) propõe um “urbanismo autenticamente participativo” e, assim, define urbanismo alternativo como o conjunto de práticas e abordagens urbanas que se contrapõem ao urbanismo tradicional, incorporando participação social, ações de base comunitária, autogestão e resistência às lógicas mercadológicas da produção do

espaço. Práticas essas que emergem a partir da sociedade civil e se manifestam por meio de ocupações, intervenções temporárias, projetos comunitários e iniciativas coletivas que reivindicam novos usos e significados para o espaço urbano (Montaner, 2012).

Nessa perspectiva, a partir da distinção estabelecida por Monteiro (2007) entre urbanismo e planejamento urbano, sendo o primeiro compreendido como um campo mais amplo de reflexão e proposição sobre a cidade, e o segundo como um processo que articula dimensões espaciais, sociais, econômicas e políticas da intervenção urbana, propõe-se aqui uma transposição analítica das contribuições do urbanismo alternativo de Montaner (2012) para o campo do planejamento urbano.

Assim, o planejamento urbano alternativo é compreendido como um fazer coletivo e situado, que valoriza os saberes locais, a autonomia dos sujeitos e o diálogo horizontal entre técnicos e população, promovendo a coprodução de soluções e a construção de cidades mais justas, inclusivas e sensíveis às realidades vividas. Trata-se de ressignificar o planejamento para além de uma prática técnica, neutra e cientificista, reconhecendo-o como um instrumento político do Estado que, ao incorporar processos “autenticamente” participativos e práticas emergentes da sociedade civil, pode criar formas de institucionalizar, potencializar e dar escala a experiências de participação, contestação e produção coletiva do espaço urbano.

Aqui, fala-se de um espaço urbano cotidiano não espetacularizado ou vendável (Figura 1), mas reconhecido a partir de um olhar sensível às reais necessidades da população, inclusive de sua parcela mais pobre e marginalizada (Harvey, 2008). Para investigar tais questões, essa pesquisa adota como estudo de caso o bairro de Nova Viçosa, em Viçosa, MG.

Figura 1 – O Bairro Nova Viçosa e suas diferentes faces



Fonte: Google Street View (2025).

O Bairro Nova Viçosa surgiu na década de 1970, durante a expansão urbana da cidade, impulsionada pela federalização da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV), que elevou a demanda habitacional e valorizou áreas centrais, próximas à universidade.

De acordo com informações da instituição (2025), a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) foi inaugurada em 1926, idealizada pelo então Presidente da República, Arthur Bernardes, e em 1969, consequência da solidez e bom desenvolvimento da instituição, foi federalizada e intitulada Universidade Federal de Viçosa (UFV). A federalização da UFV impulsionou um crescimento urbano significativo, marcado tanto pela expansão horizontal quanto pela verticalização da cidade. Houve construção de novos edifícios, especialmente na área central, para atender à demanda de estudantes, professores e servidores da universidade, elevando o valor da terra urbana. Esse crescimento urbano não se limitou ao centro. Surgiram também parcelamentos de solo nas áreas periféricas e rurais, o que gerou uma expansão significativa da mancha urbana.

Criado em 1978 com lotes de baixo custo, o Bairro Nova Viçosa foi destinado às classes populares, mas inaugurado sem infraestrutura adequada, como vias pavimentadas, transporte público e redes de energia e saneamento. Localizado em área isolada e geograficamente afastada da região central, o bairro se desenvolveu de forma segregada (Coelho, 2013).

Diante deste cenário de escassez de serviços públicos, que, em diferentes graus, persiste até os dias de hoje, os próprios moradores se apropriaram do espaço e assumiram uma luta coletiva por melhorias. Essas intervenções populares revelam a ausência de diálogo com o poder público e reforçam a exclusão territorial vivida pela comunidade.

Tais ações são indicadores do desalinhamento entre as demandas daquela comunidade e as escassas intervenções e investimentos feitos pelo poder público, evidenciando a distância entre o Estado, as práticas cotidianas da população e a dinâmica das cidades. Dessa forma, é necessário um olhar atento a esta forma alternativa e espontânea de produção do espaço que ocorre em paralelo às políticas de planejamento urbano. Compreende-se que essas atividades de apropriação informais e, muitas vezes, insurgentes e dissensuais são parte relevante da construção de cidades democráticas e inclusivas e, por isso, não devem ser ignoradas.

No Bairro Nova Viçosa é perceptível o fenômeno da livre ocupação e reinterpretção do espaço público urbano pela população, que se materializa através de infraestrutura e mobiliários urbanos improvisados, espaços livres de lazer e estar criados em áreas ociosas, desenvolvimento de paisagismo, entre outras ações que refletem a forma criativa de resistir e expressar suas necessidades por meio dessas apropriações espontâneas.

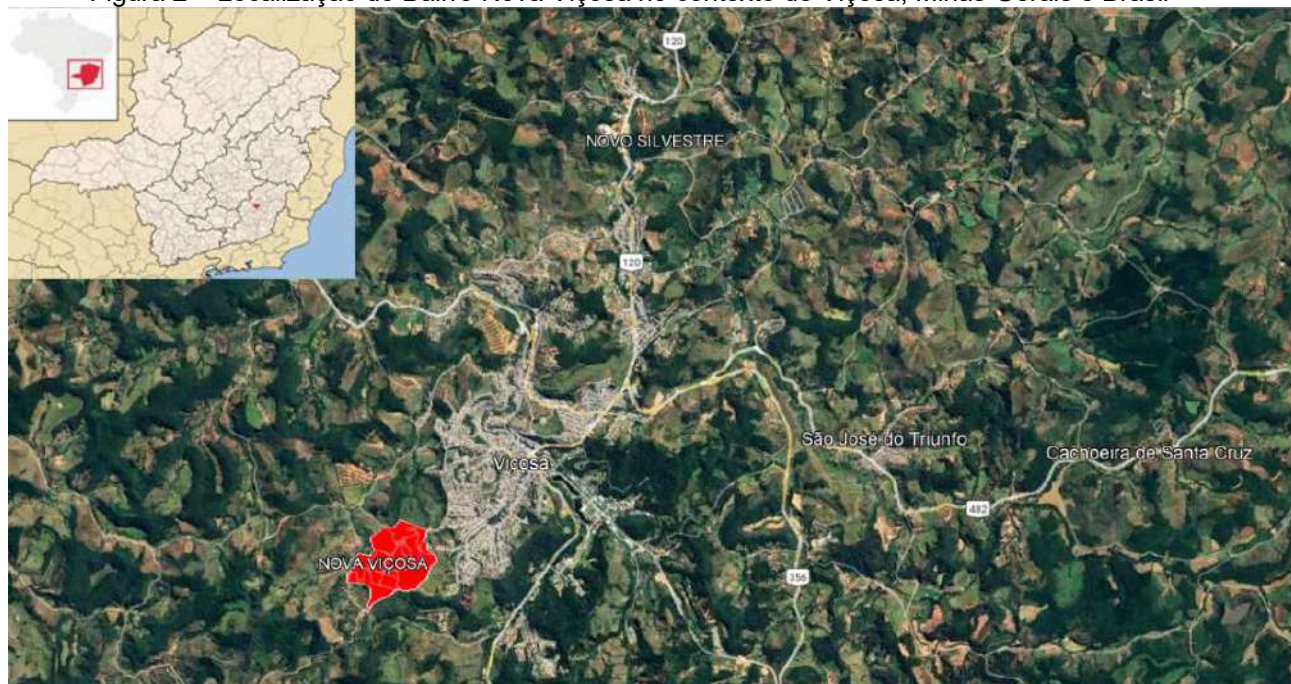
Logo, a intenção deste trabalho é investigar a forma como a população atua na apropriação e transformação do espaço público, entendendo em que contexto essas apropriações surgem e como se desenvolvem, buscando compreender a relação delas com as ações do poder público municipal, investigando sua potencialidade em apontar demandas que não são consideradas/atendidas pelo Estado, além de investigar o potencial dessas iniciativas em incitar o desenvolvimento de uma política de planejamento urbano mais participativa e democrática.

1.1. Contextualização do objeto de estudo

Neste trabalho, o objeto de estudo é o Bairro Nova Viçosa em sua totalidade, considerando as 78 ruas que o compõem. O bairro está localizado na região noroeste da cidade de Viçosa, município da Zona da Mata do estado de Minas Gerais (Figura 2). O acesso ao bairro se dá, principalmente, pela Rua da Conceição (Bairro de Fátima), porém pode se dar também pela Rua Vicentina de Barros (Bairro de Fátima)

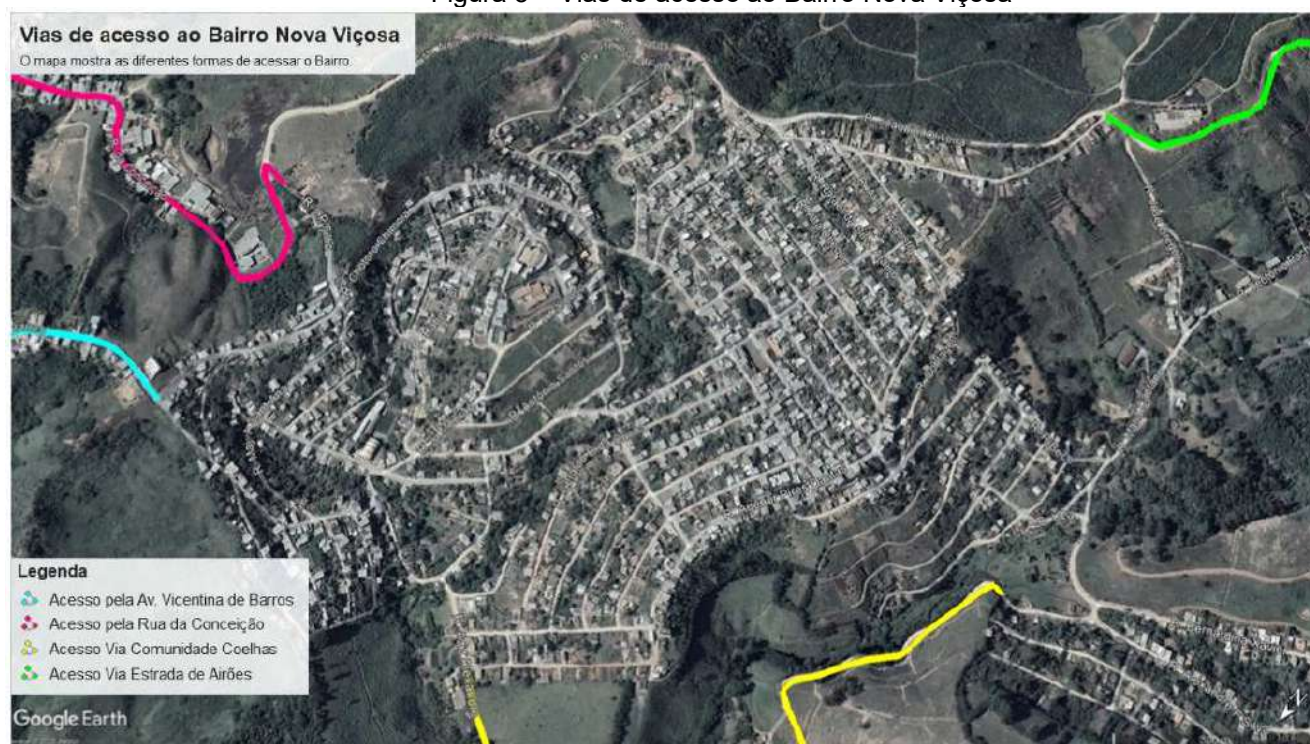
e por acessos rurais, via comunidade das Coelhas e Estrada de Airões (Figura 3). A aproximadamente 4km do Centro, em relevo alcantilado e elevado que cria uma separação não somente física, mas também simbólica em relação ao resto da cidade (Souza, 2017).

Figura 2 – Localização do Bairro Nova Viçosa no contexto de Viçosa, Minas Gerais e Brasil



Fonte: Google Earth; Wikipédia, modificado pela autora, 2025.

Figura 3 – Vias de acesso ao Bairro Nova Viçosa

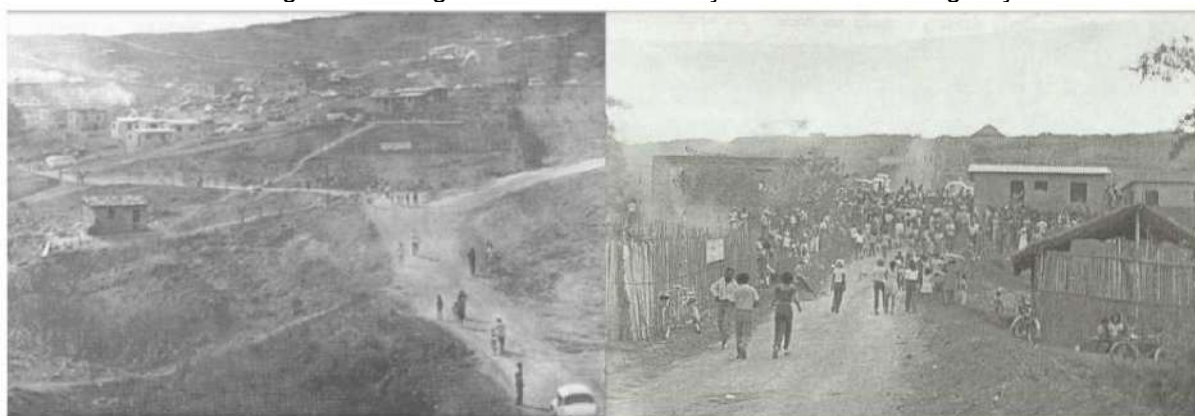


Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

A criação do bairro data do ano de 1978 (quando a Construtora e Incorporadora Chequer iniciou a divulgação do novo loteamento), a partir do agrupamento de diversas propriedades rurais daquela área. Áreas essas que em 1984 seriam, oficialmente e majoritariamente, propriedade de Antônio Chequer, político e empresário influente, ex-prefeito na época (1973-1976), mas que seria reeleito em 1989. A ocupação do bairro se deu pela venda da maioria dos lotes a baixos custos e pagamentos facilitados, mas também é importante ressaltar o arranjo político que estabeleceu a doação de terrenos, ações essas diretamente relacionadas com a campanha eleitoral de Antônio Chequer para as votações em 1989 (Coelho, 2013).

Naquele momento de inauguração do loteamento Nova Viçosa não havia infraestrutura urbana adequada (Figura 4): “faltavam vias de acesso, as vias existentes não possuíam pavimentação, os serviços de energia elétrica, água tratada e esgoto não estavam ainda instalados e não havia nenhuma linha de transporte coletivo [...] pela área” (Souza, 2017, p.53).

Figura 4 – Imagens do Bairro Nova Viçosa no ano de inauguração



Fonte: Coelho *apud* Mello (2013).

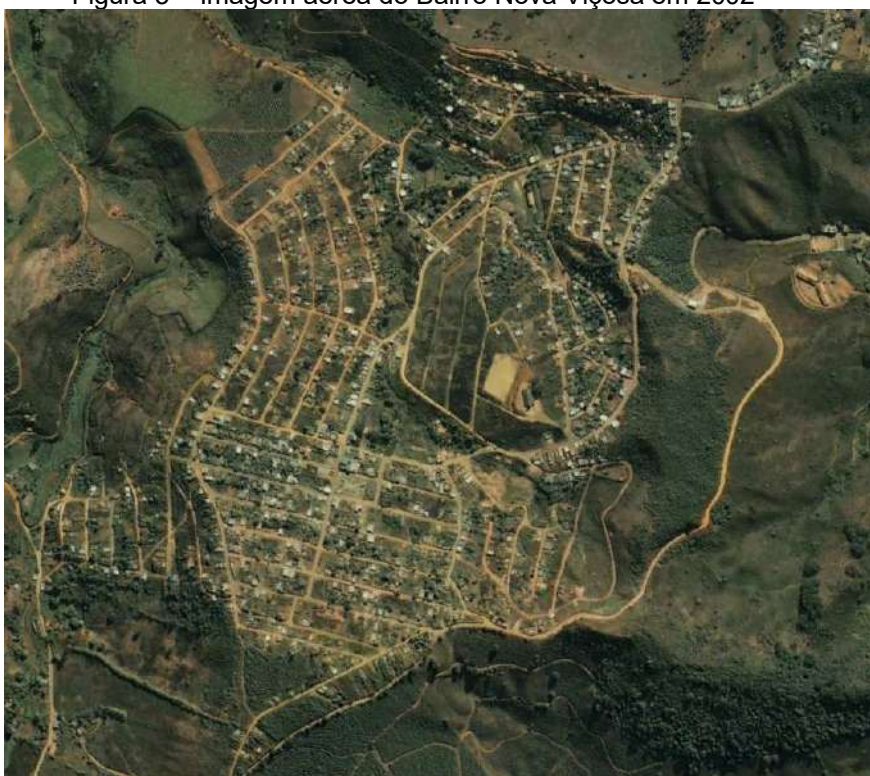
A princípio, ao contrário do que fora proposto, os primeiros moradores encontraram uma paisagem rural e os caminhos existentes eram aqueles que o gado fazia e o que seguiu foi uma população desamparada que criava estratégias, alternativas, para driblar os problemas de falta de infraestrutura. Desde queimar o lixo até procurar minas d'água, os moradores se sujeitavam a longas caminhadas e rotinas desgastantes (Coelho, 2013).

Pode-se dizer, então, que esse desamparo do poder público em oferecer as condições mínimas para a vida digna da população local, desde o início do bairro, forçou os moradores a buscar e criar formas ativas de sobrevivência no espaço.

Embora hoje as condições do bairro sejam muito melhores, pois muito foi conquistado pela população, essa necessidade que os moradores possuem de modificar e qualificar os espaços públicos por iniciativa própria e a partir de poucos recursos persistiu, e continua presente até os dias atuais.

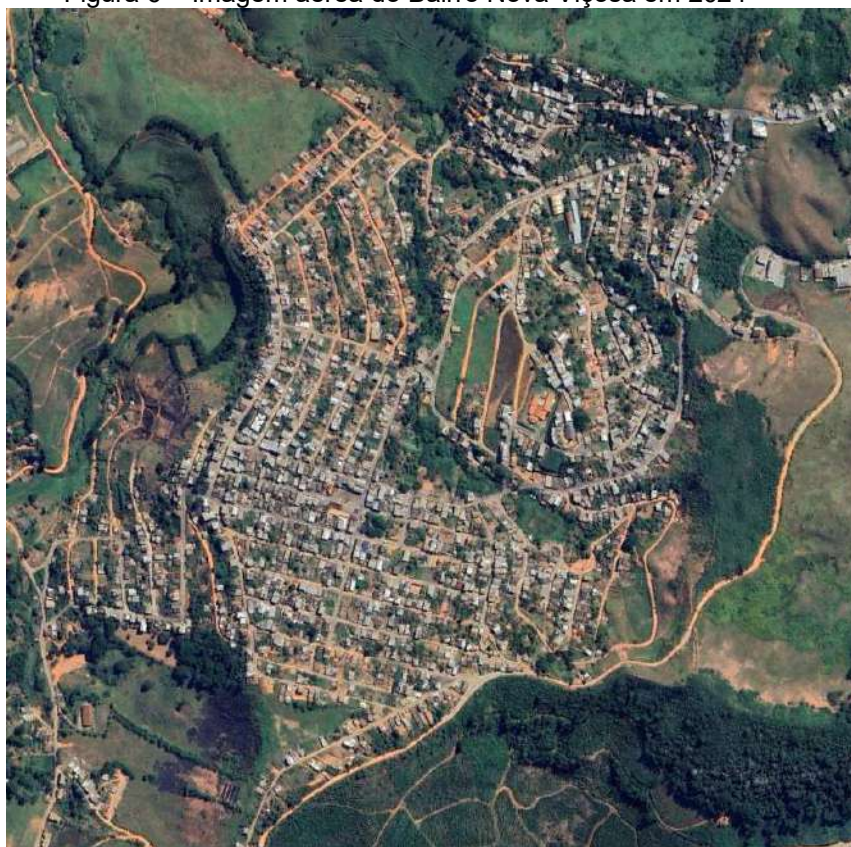
Este cenário de inexistência de infraestrutura urbana somente apresentou alguma evolução anos depois. Em 1985, foi criada uma escola que atendia até a 4ª série do ensino fundamental (após 14 anos haveria a abertura para 5ª e 6ª série). Neste mesmo ano, algumas ruas foram calçadas pelos próprios moradores que recebiam as pedras da prefeitura e em mutirão executavam o calçamento (Coelho, 2013). Ainda na década de 90, recursos como água encanada, esgotamento sanitário, transporte, luz elétrica e acesso a equipamentos urbanos eram precários ou inexistentes (Coelho, 2013). A intensificação da ocupação do Bairro pode ser observada nas figuras 5 e 6:

Figura 5 – Imagem aérea do Bairro Nova Viçosa em 2002



Fonte: Google Earth (2025).

Figura 6 – Imagem aérea do Bairro Nova Viçosa em 2024



Fonte: Google Earth (2025).

Em relação às características socioeconômicas e demográficas da área e dos moradores do bairro, tem-se, até os dias de hoje, um cenário excludente, reflexo do processo de formação trazido anteriormente. Em resumo, a forma como o bairro se desenvolveu criou uma área segregada, de baixa renda, e o seu crescimento não foi acompanhado pelo amparo do poder público. Essa realidade é retratada quando se verifica o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) intraurbano do Município de Viçosa de 2011, em que o Bairro Nova Viçosa aparece com o menor IDH do município igual a 0,570 (enquanto o IDH do município é 0,775) (Abreu et al., 2011).

“[...] a história de Nova Viçosa revela a construção de um espaço à parte, segregado, fora da cidade, que de tão naturalizado, parece não fazer parte da própria história urbana de Viçosa e de um jogo social que definiu projetos e práticas de exclusão e segregação dos pobres. Consideramos que a produção deste espaço é, antes de tudo, uma forma de resistência e uma estratégia de sobrevivência dos grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos, e recém-expulsos do campo, ou seja, dos grupos que lutam pelo direito à cidade.” (Coelho, 2013, p.104)

Diante do demonstrado, entende-se as controvérsias que circundam a criação e o desenvolvimento do Bairro Nova Viçosa e como esta sequência de tomadas de decisões afetou o acesso à cidade daqueles moradores e como tais controvérsias persistem até hoje. Entende-se que todas essas questões impuseram um distanciamento espacial e limitações no que diz respeito ao direito à cidade, à participação e sensação de pertencimento, é neste sentido que o planejamento urbano se dá oficialmente, de forma unilateral e sem a participação da população. Por isso, entende-se a necessidade de se pensar alternativas de inclusão e de acesso pleno à cidade e aos direitos intrínsecos a ela. Ao considerar e valorizar as apropriações espontâneas dos espaços públicos feitas pelos moradores desse bairro, podemos nos aproximar das suas reais necessidades, anseios e desejos, que transparecem nessas ocupações e apontam caminhos alternativos para que o poder público possa atuar de forma mais próxima e efetiva nesse contexto.

Nesse sentido, reconhecer e valorizar apropriações espontâneas do espaço público, mesmo que precárias, é fundamental para compreender como as pessoas realmente usam e atribuem significado ao espaço urbano. Trata-se de uma maneira

de identificar as carências que o planejamento formal não supre, além de reconhecer os moradores como agentes ativos e não apenas como usuários ou beneficiários passivos. Ao reconhecer o valor dessas apropriações, o planejamento urbano pode reforçar laços sociais e identitários que se expressam no espaço compartilhado, negociado e vivido coletivamente. Embora as práticas espontâneas revelem criatividade e formas legítimas de expressão urbana e resistência, elas também emergem de condições estruturais profundamente marcadas pela desigualdade, e, portanto, a valorização dessas práticas não significa transformar a precariedade em algo aceitável ou desejável.

O objetivo geral deste trabalho é investigar, no cenário do município de Viçosa, como a população do Bairro Nova Viçosa atua na apropriação e transformação do espaço público urbano, entendendo em que contexto essas apropriações surgem e como se desenvolvem. Busca-se compreender a atuação do poder público municipal diante de tais apropriações, investigando também a potencialidade destas em apontar para demandas que não são consideradas e/ou atendidas pelo poder público e em incitar o desenvolvimento de uma política de planejamento urbano mais participativa e democrática. O recorte temporal analisado diz respeito àquelas apropriações que estão ativas e existem na contemporaneidade, independentemente de quando foram criadas.

Para isso, o estudo dialoga com a produção teórica sobre planejamento urbano alternativo no Brasil, identificando o papel atribuído às apropriações espontâneas do espaço público nesse campo de debate. São mapeadas e classificadas as ações existentes no recorte territorial, por meio da elaboração de fichamentos com dados específicos de cada intervenção, além da análise *in loco* de sua morfologia, características espaciais e relação com o entorno urbano. Por fim, o trabalho reflete sobre a potencialidade dessas apropriações em revelar demandas urbanas não contempladas pelo planejamento institucional e sobre a viabilidade de o poder público incorporar esse conhecimento na formulação de políticas públicas, a partir de metodologias associadas a um planejamento urbano mais participativo e democrático.

1.2. Metodologia

Para compreender as práticas sociais, os significados e as dinâmicas espaciais presentes no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa - Minas Gerais, foi necessário definir um percurso metodológico que possibilitasse uma aproximação da realidade investigada

a fim de interpretá-la. Assim, apresentam-se os caminhos metodológicos adotados, detalhando as opções teóricas e práticas que orientaram a construção do estudo. Primeiramente, discute-se a abordagem qualitativa e a estratégia de pesquisa. Em seguida, justifica-se a escolha do bairro como recorte empírico e descrevem-se os métodos utilizados para a coleta e análise de dados: entrevistas semiestruturadas, observação in loco, mapeamento, registros fotográficos e análise documental. Por fim, são apontadas as limitações e potencialidades da abordagem escolhida.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa nas ciências sociais lida com um objeto histórico, dinâmico e específico, cuja compreensão exige reconhecer a complexidade das relações sociais. As sociedades humanas se formam em contextos históricos determinados, vivendo um presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, o que torna o fenômeno social provisório e em constante transformação. Nessa perspectiva, a pesquisa envolve a análise de ações, significados e construções coletivas, considerando que as estruturas sociais são ações objetivadas carregadas de intencionalidade. Minayo (2001) ressalta que a cientificidade nas ciências sociais deve ser entendida como um horizonte regulador e não como um conjunto fixo de normas, visto que a pesquisa nesse campo é tateante, revisita teorias, reconstrói conceitos e integra múltiplos olhares sobre a realidade.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa por compreender que a realidade social, espacial e comunitária do bairro estudado não pode ser plenamente apreendida por meio de números ou indicadores isolados. Como destaca Minayo (2001), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, buscando entender a profundidade dos fenômenos e não apenas descrevê-los superficialmente.

Minayo (2001) diferencia qualitativo e quantitativo não por um *continuum* de objetividade, mas por uma diferença de natureza: enquanto o enfoque quantitativo se limita àquilo que é visível, concreto e mensurável, a abordagem qualitativa aprofunda-se nos sentidos e significados que os atores sociais atribuem às suas práticas e relações. Apesar da distinção, Minayo (2001) enfatiza que ambos os enfoques são complementares, já que a realidade integra dimensões objetivas e subjetivas que interagem dinamicamente. Teoricamente, a autora adota uma perspectiva dialética, defendendo a integração entre parte e todo, quantidade e qualidade, indivíduo e estrutura, considerando que os fenômenos sociais são históricos, multifacetados e carregados de significados. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se revela essencial

para compreender a riqueza simbólica das interações sociais, exigindo rigor teórico e metodológico para interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações e contextos.

Neste trabalho a estratégia de pesquisa foi aliar uma análise qualitativa a um estudo do recorte espacial adotado. A escolha do Bairro Nova Viçosa se deu por este ser marcado por dinâmicas comunitárias, com associações locais que desempenham papel ativo no auxílio à comunidade e por evidências, discutidas em estudos anteriores, de tensões e ausência do poder público, refletindo em desafios urbanos comuns a cidades pequenas e médias (Coelho, 2013). Estas questões foram discutidas ao longo da introdução e do referencial desta dissertação.

Logo, a primeira etapa do caminho metodológico diz respeito a pesquisa bibliográfica. Como base da fundamentação teórica, foi investigado material publicado sobre os principais temas abordados pela pesquisa, a fim de aproximar a pesquisadora desse campo de estudo. Foram lidos e analisados livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações e teses acerca do tema e dos principais conceitos trabalhados.

Esta etapa foi dividida em: I) levantamento de referências bibliográficas que tratam da temática e dos conceitos discutidos e II) leitura, sistematização e análise da bibliografia selecionada.

As temáticas consideradas de maior interesse à pesquisa foram: i) A influência do capitalismo na formação das cidades; ii) Neoliberalismo e o direito à Cidade; iii) Planejamento urbano alternativo; iv) Apropriações espontâneas do espaço público e v) Políticas públicas e participação cidadã.

Em seguida, deu-se a pesquisa de campo. Esta etapa consistiu em um processo de observação não participante, através do qual foram realizados um levantamento fotográfico e um mapeamento das apropriações percebidas dentro do recorte estudado. O objetivo desta etapa foi observar fatos e fenômenos conforme naturalmente ocorrem e coletar dados relacionados a eles, além de registrar variáveis consideradas pertinentes. Esta etapa foi dividida em I) investigação e passeio virtual, pelo Google Earth, em todas as ruas do Bairro Nova Viçosa, para identificação inicial das apropriações do espaço urbano e II) investigação *in loco* para comparação, fotografia, documentação e mapeamento das apropriações.

Após o levantamento das apropriações, passou-se às entrevistas. Quanto à estrutura, foram realizadas entrevistas semiestruturadas baseadas em perguntas

diretas a respeito das intervenções para coleta de dados, com a realização de algumas perguntas previamente elaboradas e a abertura aos entrevistados para discorrerem sobre o que entenderem relevante.

A coleta de informações se deu, em partes, através de questionários, por meio dos quais foram analisados a forma como as apropriações se deram, quais foram suas motivações, os agentes que participaram das ações e se, de alguma forma, em algum momento, houve a participação do poder público como incentivador ou executor.

Procurou-se investigar se tais intervenções surgem como uma forma da população enfrentar a escassez de infraestrutura e qualidade dos espaços públicos urbanos, ou a falta de atividades culturais no bairro. Buscou-se também entender seus desdobramentos, se foi uma atitude isolada, se outros moradores apoiaram a proposta e se houve alguma conversa com a municipalidade antes, durante ou depois do processo, além da identificação da temporalidade dos fatos e sua localização.

É interessante ressaltar que o apoio da associação dos moradores e representantes do Bairro, assim como funcionários da prefeitura e de organizações não governamentais situados no Nova Viçosa serviram de porta de entrada para que fossem conhecidos os responsáveis pelas ações encontradas e estudadas, assim como ponto de apoio e local das entrevistas.

Participaram das entrevistas somente maiores de 18 anos e este processo só foi realizado após o projeto ser submetido e aprovado pelo comitê de ética. Os documentos preliminares do processo, assim como as perguntas e o resultado das entrevistas em sua totalidade encontram-se no apêndice A, enquanto os documentos oficiais de aceitação e liberação da pesquisa pelo comitê de ética constam no Anexo I.

As entrevistas desempenham papel central nesta pesquisa, pois possibilitam compreender o planejamento urbano a partir das experiências concretas de quem vive e transforma o Bairro Nova Viçosa. Foram ouvidos moradores com diferentes perfis: donas de casa, comerciantes, líderes comunitários, trabalhadores e jovens, todos com trajetórias diversas de envolvimento com o território. Essa escuta foi fundamental para revelar práticas cotidianas de apropriação, resistência, cuidado e pertencimento, permitindo acessar saberes locais e formas alternativas de produzir o espaço urbano que não aparecem nos instrumentos formais de planejamento. Assim, as entrevistas constituem o principal meio de legitimar a voz dos sujeitos que constroem a cidade de

baixo para cima, oferecendo à pesquisa uma base empírica e afetiva para interpretar o bairro como produto de múltiplas ações e significados coletivos.

Foram entrevistadas oito pessoas durante o primeiro semestre de 2025. As perguntas que guiaram as entrevistas foram divididas em três grupos considerando seus objetivos e temática. O primeiro grupo visou avaliar como o entrevistado percebia o Bairro e as instituições que nele atuam, assim como o entendimento das possibilidades de participação cidadã e sua confiança nestas ferramentas. O segundo grupo de perguntas dizia respeito à percepção das condições do espaço público urbano do Bairro Nova Viçosa, considerando infraestrutura urbana, mobiliário urbano, equipamentos e serviços públicos. O terceiro grupo dizia respeito as ações de intervenção no espaço propriamente, e a intenção foi entender como essas apropriações ocorriam, suas motivações, percepções de uso e de manutenção.

O próximo passo foi a sistematização, análise e síntese do material levantado. Esta etapa diz respeito ao fim do processo metodológico, considerando a compilação e reflexão acerca das características das apropriações investigadas. Estes dados foram analisados de forma a entender como as apropriações alternativas definem e materializam demandas da comunidade referentes ao uso e ocupação do espaço público urbano, investigando se há possibilidade delas serem consideradas pelo poder público como subsídio para a implementação de políticas públicas participativas associadas ao planejamento. O resultado deste processo foi este texto de dissertação, acompanhado por um mapa das ocupações e um inventário das apropriações.

Para a análise de conteúdo das entrevistas foi utilizada a metodologia de Laurence Bardin que indica que:

Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (Bardin, 2016, p.48)

A análise de conteúdo, enquanto esforço interpretativo, situa-se entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Embora a metodologia e as etapas do processo sejam objetivas, desde a coleta dos dados, a transcrição das entrevistas, até a sistematização das informações, as respostas dos entrevistados carregam a

subjetividade própria de cada fala. O propósito da análise consiste em contar a frequência de fenômenos e identificar relações entre eles, compreendendo em profundidade os discursos, suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas e ideológicas, e extraindo os elementos mais relevantes para o foco da pesquisa. O método, conforme proposto por Bardin em 1977, desenvolve-se em três etapas: a pré-análise, que organiza o material, delimita o corpus, formula hipóteses e estabelece indicadores, seguindo regras como exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade; a exploração do material, que realiza a codificação e transforma os dados brutos em unidades analisáveis, permitindo a descrição sistemática do conteúdo; e, por fim, o tratamento dos resultados e interpretação, em que se articulam as informações coletadas para compreender o fenômeno investigado, equilibrando objetividade metodológica e atenção à subjetividade das falas (Bardin, 2016).

Logo, o primeiro passo foi transcrever as entrevistas e a partir disso, realizar a etapa de organização, que basicamente se estrutura na leitura flutuante que permite conhecer o contexto e ter primeiras impressões acerca das entrevistas. Em seguida, as informações foram codificadas a partir das unidades de registro, ou seja, temas que traduziam, de forma geral, o contexto daquela fala. Por fim, fez-se a categorização onde os trechos representantes de cada parte das entrevistas foram reagrupados a partir de características em comum, possibilitando analisar sua frequência de ocorrência (Bardin, 2016).

De forma geral, a metodologia adotada apresenta potencialidades e limitações que precisam ser consideradas. Como potencialidade, destaca-se o caráter integrado do percurso, que combina pesquisa bibliográfica, observação in loco, entrevistas, registros fotográficos, mapeamento e análise de conteúdo, permitindo construir uma visão situada, aprofundada e contextualizada do Bairro Nova Viçosa. Esse conjunto possibilitou não apenas compreender os fenômenos sociais e espaciais em sua materialidade, mas também interpretar os significados atribuídos pelos moradores, valorizando práticas locais e comunitárias muitas vezes invisibilizadas pelo planejamento urbano tradicional.

Por outro lado, a metodologia enfrenta limitações relacionadas à restrição da análise a um único recorte empírico, o que dificulta a generalização dos resultados, bem como à subjetividade inerente às falas e à interpretação dos dados. Além disso, o processo demandou tempo, recursos e forte dependência da disponibilidade dos

sujeitos entrevistados, além da dificuldade de mensuração objetiva de determinados impactos das intervenções.

Por fim, como forma de potencializar a disseminação dos resultados obtidos e adicionar caráter interventivo a este projeto, vislumbrando possibilidades práticas e aplicáveis, foi proposta uma plataforma web responsiva que permita aos usuários cadastrar intervenções urbanas informais na cidade de Viçosa, incluindo descrição, imagens e localização georreferenciada. Esta etapa foi realizada em parceria com o projeto de Iniciação Científica, desenvolvido no Centro Universitário de Viçosa – Univiçosa, intitulado “Plataforma colaborativa para mapeamento de intervenções urbanas: geolocalização e participação cidadã” desenvolvido pelo aluno/bolsista Rudolf de Freitas Neubert, sob orientação da Professora Dr. Cristiane Lana e Co-orientação da pesquisadora autora desta dissertação, Thamara Ramalho Calonga.

1.3. Justificativa e relevância da pesquisa

O urbanismo, o planejamento urbano e a produção do espaço urbano têm, e tiveram, grande importância na afirmação das práticas capitalistas na sociedade, assim como na luta anticapitalista. Como Harvey (2014) debateu em sua obra, é possível visualizar como as forças do capital criam e modificam o espaço urbano considerando suas necessidades e preferências e como isso reflete em um cenário de polarização e inserção precária. Neste cenário, a vida nas cidades se torna resistência, e aqueles marginalizados, não contemplados e pouco amparados pelo Estado insurgem, criando e transformando o ambiente a sua volta com o intuito de suprir suas necessidades fundamentais associadas ao uso do espaço público.

O recorte escolhido neste estudo se justifica por refletir como as forças do capital imobiliário e de desenvolvimento neoliberal criaram espaços de inserção precária no município de Viçosa. A partir de uma pesquisa exploratória preliminar no Bairro Nova Viçosa, percebeu-se a existência de apropriações no espaço físico do bairro, assim como expressões artísticas e culturais efêmeras que acontecem pelas ruas, o que reitera a escolha do recorte, assim como reafirma a escassa qualidade da infraestrutura urbana e dos espaços públicos formais existentes no bairro.

No que diz respeito ao interesse pelas apropriações espontâneas de transformação do espaço público, a relevância desta pesquisa ainda considera a

experiência da pesquisadora no período em que trabalhou na Secretaria de Obras do Município, entre os anos de 2018 e 2020.

Se, por um lado, há uma atuação importante de ocupação informal dos espaços públicos por parte dos moradores da cidade, por outro evidencia-se a falta de interesse da população nas práticas de participação popular institucionais implementadas pelo poder municipal, como reuniões abertas na câmara dos vereadores, participação em conselhos, assembleias participativas de elaboração dos planos municipais, como o diretor e o de mobilidade, por exemplo.

A falta de participação nesses chamamentos municipais oficiais e o não engajamento da sociedade civil na elaboração destes instrumentos que visam discutir o desenvolvimento urbano local refletem em tomadas de decisões custosas e que não respondem às reais necessidades da comunidade. A administração pública, por limitações financeiras e administrativas, não é capaz de atuar em proximidade ou a partir da parceria com a população, gerando dificuldades em reconhecer as mudanças urbanas necessárias e relevantes, principalmente se tratando de bairros periféricos.

Neste cenário, acredita-se que a observação das apropriações espontâneas do espaço urbano como ferramenta auxiliar no planejamento municipal seria capaz de criar e estimular este diálogo entre poder público e comunidade, até então pouco efetiva, e desenvolver estratégias de ação imediata para os lugares. O apoio a essas apropriações podem induzir transformações no *mindset* da comunidade, dando força à participação popular em relação a construção e uso do espaço. A partir delas, é possível repensar os processos de produção do espaço público, sua dimensão humana e democrática.

Neste contexto, o projeto se justifica dada a possibilidade de discussão dos conceitos de apropriações urbanas, criação e participação coletiva no âmbito do Bairro Nova Viçosa, na cidade de Viçosa, e também na possibilidade de mapear estas ações, fomentando uma possível base de dados. Tal material poderá ser aproveitado e levado ao poder público municipal de forma a guiar as possibilidades de futuras intervenções e investimentos, além de demonstrar como tais ações se desenvolveram e, desta forma, garantir, apoiar e construir uma metodologia auxiliar para guiar os profissionais planejadores na direção de um olhar empático, que seja capaz de unir decisões técnicas adequadas com as necessidades que a população demonstra, garantindo intervenções conectadas e com potencial no desenvolvimento social.

Já num contexto mais abrangente, o projeto, juntamente com os dados coletados e mapeados, poderá se colocar como uma investigação sobre metodologias alternativas no campo do planejamento urbano, não somente para o município em questão, mas também para outros pequenos e médios municípios que compõe uma extensa parte da rede urbana brasileira. Essa prática preenche uma importante lacuna no entendimento de ações e formas de relação entre a população e a produção do espaço urbano no que tange ao atendimento das demandas mais triviais que garantem a possibilidade do uso dos espaços públicos.

Estudar as cidades e o espaço urbano, considerando a forma como, historicamente, o capitalismo e as teorias neoliberais o moldaram é o ponto de partida para discussões sobre segregação socioespacial e cidadania plena. Dessa forma, busca-se, com este trabalho, incentivar uma revisão da efetividade dos instrumentos tradicionais de planejamento urbano, inclusive aqueles que postulam a participação popular no seu desenvolvimento.

Não há a intenção de propor a substituição das formas de planejamento urbano convencional, porém de demonstrar que possibilidades alternativas podem ser adicionadas e consideradas na produção das cidades. Entende-se que essa adição pode ser uma prática integradora e sustentável diante da crise de governança atual, incluindo, no desenvolvimento de políticas públicas, um olhar atento às reais necessidades da população.

1.4. Sobre a estrutura da dissertação

Este estudo foi estruturado em três principais capítulos. O primeiro, “A Produção do Espaço: Novos Olhares Sobre o Planejamento Urbano”, traz uma base teórica sobre a ideia do espaço como produto das relações sociais e históricas, indo além do espaço físico e sendo palco de disputas entre diferentes agentes (Estado, mercado e sociedade).

A partir deste entendimento, percebe-se o planejamento urbano como ferramenta política que reforça desigualdades, mas que é passível de apropriação e assim ganha caráter de resistência. Neste ponto, fala-se sobre o modelo tecnocrático de planejamento urbano tradicional, baseado em lógicas econômicas e normativas, e as críticas que recebe, com foco nos instrumentos legais que o sustentam.

Por fim, neste capítulo, discute-se os limites práticos destes instrumentos e suas metodologias, a partir do juízo de que a participação popular no planejamento urbano é um direito, assim como pertencer à cidade.

Diante deste cenário, existe a necessidade de se repensar essas práticas através de um planejamento alternativo, considerando e/ou consolidando apropriações espontâneas e coletivas do espaço público.

O capítulo seguinte: “Leitura Territorial: As Apropriações do Espaço Urbano no Bairro Nova Viçosa” se inicia explicando os caminhos metodológicos percorridos no estudo, a forma qualitativa como a pesquisa foi abordada e os métodos empregados.

Neste, serão apresentados os entrevistados e como a conversa com eles foi guiada, ressaltando trechos que revelam as práticas de apropriação urbana, resistência, cuidado e pertencimento. Sobre as falas, realizou-se uma leitura crítica a partir da base teórica trazida no capítulo anterior, formalizando a escuta como ferramenta de legitimação do saber local.

Este capítulo também traz a materialização do trabalho de campo acerca do levantamento das apropriações espontâneas no Bairro Nova Viçosa, que são o mapeamento, a identificação e a categorização dessas ações.

Por fim, a partir do levantamento, foi feita uma análise qualitativa que considera os padrões observados nas entrevistas, os exemplos de apropriações levantados, sua relação com a prática de produção coletiva do espaço e com o Estado, questionando de que forma essas estratégias da população desafiam a ordem instituída e promovem o direito à cidade.

Seguindo, tem-se o capítulo “Insurgências como Forma de Redirecionamento do Planejamento: Lições do Território”. Aqui, tem-se o objetivo de discutir a realidade encontrada e criar uma conversa com alguns autores sobre a produção coletiva do espaço que vai além do planejamento formal, abraçando a ideia das ações populares como ações potenciais para influenciar e redirecionar o planejamento efetivo, ainda que sem reconhecimento institucional. A construção da cidade de forma continuada e as apropriações que surgem a partir da necessidade, do afeto e da criatividade, ou seja, a cidade construída por quem de fato vive ali.

Neste sentido, a ausência do Estado é abordada como principal causa das apropriações, que surgem a partir de lacunas deixadas pelo planejamento urbano tradicional. Consequentemente, há, neste trabalho, um esforço de entender a incorporação destas práticas, como forma horizontal de produção do espaço,

reconhecendo-as e legitimando-as, além de propostas de articulação entre o planejamento formal e as práticas insurgentes. Dessa forma, discute-se a cidade como ecossistema em transformação e a necessidade de políticas públicas sensíveis.

Por fim, nas “Considerações Finais” os aprendizados são retomados com uma síntese dos principais pontos da pesquisa, com um convite à escuta e à imaginação urbana, ressaltando a necessidade de contestar o planejamento urbano hegemônico e de questionar as normas estabelecidas.

2. CAPÍTULO I - A Produção do Espaço: Novos Olhares Sobre o Planejamento Urbano

2.1. A Produção Social do Espaço

Em 1961, Jane Jacobs, jornalista americana, propôs uma crítica à realidade urbana da época, principalmente nos Estados Unidos, em seu livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”. A autora, a partir de uma abordagem prática e empírica, sugeria um olhar atento à vida cotidiana nas cidades, desmascarando e atacando propostas de um urbanismo moderno autoritário, tecnocrático e se contrapondo ao espaço que ele produzia, reflexo do capitalismo. Jacobs (2011) reforçava a necessidade de lugares acessíveis e qualificados onde o interesse privado não se sobrepusesse ao bem comum, um espaço urbano com acesso equitativo aos recursos e serviços, além de democrático e participativo, capaz de ser palco de lutas sociais e construção de identidade.

Diante de um cenário similar, porém com a França como pano de fundo, o filósofo Henry Lefebvre lança, em 1968, o livro “O Direito à Cidade”, uma crítica estrutural ao capitalismo e ao espaço abstrato produzido por ele. Nesta obra, o autor introduz a noção do espaço como produto social, ampliando as ideias de Marx além da economia e aplicando-as no campo da geografia, urbanismo e filosofia da vida cotidiana.

Segundo o autor, parte da população urbana, diante das dinâmicas capitalistas, foi marginalizada, visto que o capitalismo transformava as cidades em locais compostos por centros privilegiados e periferias que permaneciam às margens, nas quais os recursos eram controlados pelas classes dominantes. E, a partir disto, o livro de Lefebvre (2001) traz o termo “direito à cidade” que trata não apenas do direito de estar fisicamente no espaço, mas o direito de transformá-lo e de se apropriar dele de

maneira ativa, coletiva e significativa, sendo uma proposta que questionava a maneira como as cidades estavam sendo produzidas no interior do sistema capitalista, questionando quem tinha poder sobre esse processo.

Essas propostas de Lefebvre são aprofundadas, fundamentadas e teorizadas em um outro livro do filósofo: “A Produção do Espaço”, publicado em 1974, onde ele propõe uma ruptura com as concepções tradicionais de espaço ao afirmar que ele não é uma realidade física neutra ou um suporte passivo das ações humanas, mas sim um produto social, historicamente construído pelas relações e contradições de cada sociedade. Sua constatação de que o espaço urbano não é neutro e está ligado à vida cotidiana, à exclusão e à luta por direitos foi tomada como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho (Lefebvre, 2000).

Este segundo livro foi escrito em um momento de grande efervescência política e intelectual na França, após o maio de 1968, quando estudantes e trabalhadores protagonizaram uma série de revoltas que questionavam não apenas o Estado e o capitalismo, mas também a organização cotidiana da vida urbana. Nesse contexto, Lefebvre, que já havia influenciado os movimentos de 1968 com sua crítica ao cotidiano e à alienação, dirige sua análise para o espaço como dimensão central da reprodução social. Ele argumenta que, assim como o capital produz mercadorias, também produz o espaço segundo suas exigências de controle, circulação e valorização.

Contra as abordagens fragmentadas e tecnocráticas, como as do urbanismo funcionalista ou da arquitetura modernista, Lefebvre (2000) propõe uma análise dialética e total do espaço social, entendendo suas contradições e sua dinamicidade, articulada em três dimensões: o espaço percebido (o espaço como experiência cotidiana, do uso comum pelas pessoas no dia a dia), o espaço concebido (o espaço dos arquitetos, urbanistas, engenheiros e planejadores, construído com base em mapas, normas, plantas e representações abstratas) e o espaço vivido (o espaço de imaginação, memória, afetos e significados subjetivos, ligado à forma como os indivíduos vivem e sentem os lugares). Essas dimensões, que se sobrepõem, se tencionam e se influenciam mutuamente. revelam que o espaço é ao mesmo tempo material, simbólico e técnico e que estas. Ou seja, o espaço além de ser moldado pelas relações sociais, também as molda e reproduz, funcionando como instrumento de dominação, segregação e normatização, mas também como potencial campo de resistência e apropriação criativa (Lefebvre, 2000).

Assim, ao denunciar a produção de um “espaço abstrato”, homogêneo, fragmentado e hierarquizado, típico do capitalismo moderno, Lefebvre (2000) abre caminho para a imaginação e construção de um espaço diferencial, mais plural, sensível e inclusivo, onde seja possível superar a alienação espacial e reapropriar a cidade como obra coletiva.

O cenário capitalista, a partir da década de 1970, sofreu influência pelo surgimento do discurso neoliberal, que promoveu a liberalização econômica, as privatizações, a competitividade e a globalização. Apesar das críticas sociais pré-existentes, a doutrina neoliberal incentivou a polarização em um contexto político e econômico onde a ênfase na autorregulação do mercado permitiu e guiou o desenvolvimento das cidades e do seu planejamento urbano.

Autores como Brenner (2004) e Harvey (2014) destacam como esta ideologia influenciou o crescimento e a forma das cidades a partir de políticas de desregulamentação, de privatização e mercantilização do espaço urbano, que despontaram nos anos 1980. Tais políticas podem ser ilustradas com a privatização dos serviços de infraestrutura, a valorização imobiliária e o desenvolvimento urbano orientado pelo mercado. Neste cenário, o Estado perde forças como agente regulador e é substituído pelas corporações e elites econômicas, e isto reflete em processos de gentrificação, segregação socioespacial, precarização do trabalho e desigualdades urbanas acentuadas.

O geógrafo britânico David Harvey, já no século XXI, retoma o conceito de “direito à cidade” neste contexto neoliberal, onde o transforma em uma bandeira política para movimentos sociais. A partir das reflexões de Harvey (2012), compreende-se que o urbanismo ocupa um papel ambivalente no contexto capitalista: é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de afirmação do sistema e um campo fértil para a resistência contra ele. A urbanização, enquanto processo historicamente associado ao desenvolvimento capitalista, molda as cidades segundo as lógicas da acumulação, hierarquização e segregação. A produção do espaço urbano responde às demandas do capital, criando áreas valorizadas para consumo e especulação, enquanto marginaliza as populações que não se encaixam nesse circuito de valorização gerando periferização, favelização e gentrificação.

Assim, viver na cidade, para muitos, transforma-se em ato de resistência. A luta pelo direito à cidade, nesse sentido, emerge como uma resposta direta à lógica de produção do espaço pautada pelo lucro, e expressa-se em ocupações, protestos,

insurgências e na criação de alternativas urbanas a partir das necessidades populares. A cidade pode ser vista como palco de disputas entre diferentes agentes: Estado, mercado e sociedade.

Essas insurgências, longe de serem fenômenos espontâneos e desorganizados, revelam a potência do espaço urbano como arena política. Não são movimentos que surgem em um “vazio”, mas sim em territórios marcados pela ausência do Estado e pelo abandono institucional. Esses espaços que se constroem como alternativas, que mesmo “ilegais” à luz da ordem urbana formal, representam uma ação legítima de uma comunidade em busca de dignidade (Harvey, 2012).

A transformação do urbano em espaço de resistência se fortalece quando a população se organiza. A cidade, portanto, deixa de ser apenas o palco e passa a ser protagonista das disputas sociais. Reivindicar infraestrutura, moradia digna, acesso à cidade e ao bem comum é, em última instância, um gesto revolucionário, que confronta diretamente os mecanismos que transformam o espaço em mercadoria. Para romper com essa lógica, é preciso imaginar novas formas de organização urbana e política, comprometidas com a vida, a justiça social e o coletivo e não com a perpetuação do sistema que exclui para lucrar (Harvey, 2012).

Compreende-se que as colocações anteriores têm origem em autores estrangeiros e em um contexto do Norte Global; entretanto, neste ponto, a discussão é direcionada às contribuições de pesquisadores e estudiosos brasileiros, bem como ao panorama nacional construído ao longo dos anos. Ressalta-se, ainda, a importância das especificidades políticas e culturais que marcaram a trajetória brasileira e explicam as desigualdades atuais. Os autores brasileiros partem das teorias internacionais, mas as adaptam ao contexto local, evidenciando aspectos próprios do país que ajudam a compreender a complexidade da realidade urbana nacional.

No Brasil, as forças capitalistas se intensificaram no início do século XX, mais especificamente na década de 1930, quando o país passou por um processo de industrialização significativo. Neste momento, houve desenvolvimento urbano e a reorganização do território nacional diante da narrativa de integração e unificação do mercado interno.

O processo de urbanização no Brasil é marcado pelo elitismo e pelas lógicas capitalistas, que concentraram renda e espaço, promoveram a verticalização e

intensificaram a segregação urbana. Desde a industrialização, políticas favoreceram o capital em detrimento dos direitos sociais, aprofundando desigualdades.

A partir da década de 1970, com a maioria da população vivendo em cidades, marcando sua mudança quanto ao local de residência e de trabalho, cresceram as demandas por direitos urbanos, frequentemente negados pela especulação imobiliária e por estruturas políticas excludentes. A autoconstrução nas periferias afirma-se como solução diante dos baixos salários e poucas oportunidades, enquanto o poder público investe em infraestrutura para áreas desvalorizadas como uma forma de investimento, beneficiando interesses privados. A verticalização desordenada e a priorização de investimentos em áreas centrais ou valorizadas reforçam o uso desigual do território.

O espaço urbano, transformado em ativo de lucro, é moldado por alianças entre elites, Estado e mercado, que disputam a valorização fundiária e o acesso a investimentos públicos e privados (Filho, 1992).

Milton Santos (2004) em seu livro “O espaço dividido” afirmou que naquele momento, um olhar teórico sobre a urbanização em países subdesenvolvidos (característica que cabia ao Brasil) era algo incipiente e que o ideal seria interromper as tentativas de comparação com situações de países desenvolvidos (realizadas muitas vezes por autores estrangeiros) e voltar os olhos ao processo histórico de subdesenvolvimento.

O estudo da história dos países hoje subdesenvolvidos permite revelar uma especificidade de sua evolução em relação aos países desenvolvidos. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados (Santos, 2004, p.19).

O autor, naquele momento, entendeu que o espaço geográfico nacional era marcado por uma organização desigual que refletia tanto as disparidades sociais internas quanto a dependência de interesses externos, frequentemente em escala global. A urbanização acelerada, iniciada especialmente a partir da década de 1930, intensificou a segregação socioespacial, com centros valorizados e periferias precárias. O Estado, ao atuar como aliado do capital e das elites econômicas, favorecia a reprodução das desigualdades, limitando o acesso da população pobre a bens e serviços urbanos. A organização do espaço foi marcada pela distribuição concentrada do capital, que gerou exclusão, marginalização e aprofundamento das

disparidades, intensificadas ainda mais pelo processo de globalização e pela financeirização da terra (Santos, 2004).

Neste sentido, deslocando a discussão para a contemporaneidade, Carlos (2008) ainda entende que a cidade se configura como o espaço da divisão econômica e social do trabalho. Ela representa a forma como o espaço urbano foi apropriado e produzido historicamente, considerando o urbano não apenas um reflexo da dinâmica econômica, mas resultado de um processo de produção que envolve também aspectos sociais, políticos, ideológicos e jurídicos, os quais se articulam na totalidade da formação econômica e social.

Flávio Villaça (2011), ao trazer as colocações de Lefebvre para um cenário nacional e atual, reafirma que o espaço urbano não é uma condição natural, mas sim um produto social, construído historicamente pelas relações humanas, em especial pelas estruturas de poder e pelas desigualdades de classe. O autor argumenta que só é possível compreender o espaço urbano se reconhecermos que ele resulta de interesses econômicos, políticos e ideológicos, articulados na lógica da dominação social. Ele sugere que o espaço não apenas reflete a desigualdade existente, mas também atua como instrumento ativo na reprodução dessa desigualdade, especialmente no contexto brasileiro, onde a segregação urbana revela e aprofunda as distâncias entre ricos e pobres. Assim, a produção do espaço não é neutra nem espontânea: ela é dirigida, manipulada e seletiva, favorecendo determinados grupos sociais em detrimento de outros, e constituindo-se como uma dimensão estratégica do exercício do poder (Villaça, 2011).

Nessa lógica, o espaço urbano torna-se um bem material consumido conforme as leis de reprodução do capital, onde a divisão espacial do trabalho revela as contradições inerentes ao próprio processo de reprodução capitalista. A ocupação do espaço, essencial à existência humana, ultrapassa a simples presença física e se configura como produção do lugar, realizada cotidianamente por meio da utilização e apropriação de determinados territórios em momentos específicos. Assim, o urbano é simultaneamente um produto histórico e uma realidade presente, sendo também o meio através do qual os indivíduos consomem coletivamente os bens e serviços necessários à reprodução da vida como habitação, educação, saúde, transporte, cultura e lazer (Carlos, 2008).

A partir deste contexto, entende-se o planejamento urbano como ferramenta política que pode tanto reforçar desigualdades quanto ser apropriado como

instrumento de resistência. Contudo, a forma como se dá a apropriação do solo urbano são determinados pelo papel de cada indivíduo no processo produtivo e pela sua posição na distribuição da riqueza. Essa disputa pelo uso do espaço urbano, realizada de maneira desigual entre os diferentes segmentos da sociedade, se materializa em conflitos e se expressa na paisagem urbana heterogênea e marcada por profundas desigualdades (Carlos, 2008).

Logo, existe a necessidade de repensar este processo no objetivo de construir cidades mais sustentáveis e democráticas, reconhecendo as múltiplas formas de produzir e viver o espaço urbano. A cidade é resultado de práticas relacionais e inventivas, sendo construída no cotidiano por meio de arranjos locais, ações coletivas e estratégias sociais. Essa perspectiva desafia a visão dos bairros populares apenas como espaços de carência, destacando seu caráter dinâmico e criativo.

2.2. O Planejamento Urbano Tradicional

O planejamento urbano tradicional, como consolidado ao longo do século XX, é fruto de um processo histórico vinculado ao fortalecimento do Estado moderno, ao avanço técnico-científico e às transformações espaciais promovidas pela industrialização. Em sua essência, trata-se de um modelo de organização urbana centralizado, técnico e normativo, caracterizado pela imposição de diretrizes urbanísticas de cima para baixo, frequentemente descoladas da realidade cotidiana da população.

No final do século XIX e início do século XX, o planejamento urbano começou a se estruturar como uma prática institucionalizada, fortemente ancorada em ideais higienistas, estéticos e de controle social. Nas cidades europeias, especialmente em Paris, as reformas conduzidas por Georges-Eugène Haussmann se tornaram um marco dessa nova abordagem.

Através da abertura de grandes avenidas, remoção de cortiços, criação de praças e redes de esgoto, foi imposta uma lógica de ordenamento urbano que atendia tanto à demanda por salubridade quanto ao interesse do Estado em facilitar o controle militar e disciplinar sobre os centros urbanos (Villaça, 2010).

A reforma urbana de Paris conduzida por Haussmann, durante o governo de Napoleão III, é um exemplo emblemático da associação entre urbanismo e conservadorismo europeu. Sob o pretexto de necessidades técnicas e administrativas, a população foi desalojada do centro da cidade, revelando como decisões

urbanísticas, embora apresentadas como neutras, possuíam motivações políticas claras. Essa abordagem reduzia as medidas urbanas a cálculos técnicos, desvinculando-as de implicações sociais ou ideológicas. Assim, o urbanista era visto como um operador especializado, responsável apenas pela execução dos projetos, sem envolvimento nas decisões que os motivavam. Essa lógica consolidou um modelo técnico e elitista de planejamento urbano, que, ao se isentar de responsabilidade política, servia aos interesses dominantes sob a aparência de neutralidade (Benevolo, 1981).

No cenário brasileiro, a pesquisadora Mayara Silva (2019) traz uma discussão sobre os reflexos dessa abordagem de produção do espaço urbano que acontecia na Europa, especialmente nas cidades de Paris e Londres, e que influenciou profundamente a chamada Reforma Urbana Pereira Passos, realizada entre 1902 e 1906 no Rio de Janeiro. A autora demonstra que esse processo não foi homogêneo, mas composto por duas reformas distintas e simultâneas: uma municipal, liderada por Pereira Passos, com forte viés culturalista e conservador, voltada à moralização dos costumes, ao embelezamento da cidade e à difusão de um ideal burguês europeu; e outra federal, conduzida pelo governo de Rodrigues Alves, com foco na modernização da infraestrutura urbana, sobretudo da zona portuária. Soma-se a isso a reforma sanitária promovida por Oswaldo Cruz, embasada no higienismo, que vinculava pobreza à doença e justificava intervenções repressivas nos espaços populares.

Inspirado no modelo francês de Haussmann, Pereira Passos foi apelidado pela historiografia de “Haussmann tropical”, imagem reforçada pelo caráter autoritário e pelo “bota-abaixo” que marcou sua gestão.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) surgiram novas formas de pensar a cidade e o planejamento urbano uma vez que, devido a devastação causada pelo conflito, foram necessários processos intensos de reconstrução e recuperação que foram decisivos para a modernização das cidades europeias. Nesse contexto, emergiu o movimento moderno na arquitetura e no urbanismo, que propunha romper com as cidades tradicionais, muitas vezes consideradas caóticas, insalubres e desorganizadas, para construir ambientes urbanos racionais e funcionais.

Estas ideias foram sintetizadas na “Carta de Atenas”, escrita pelo arquiteto francês Le Corbusier em 1933, e descrevia o chamado Urbanismo Racionalista (ou Funcionalista). Embora marcada por uma abordagem tecnocrática e racionalista, a “Carta de Atenas” propõe uma visão de cidade orientada pelas necessidades vitais do

ser humano, e não pelos interesses lucrativos de grupos particulares. Em seu diagnóstico da cidade tradicional, Le Corbusier (1989) denuncia os efeitos negativos do crescimento urbano regido pela especulação imobiliária e pela ausência de planejamento, como a insalubridade das moradias, o caos viário, a escassez de espaços públicos e a desordem funcional. Como resposta, o documento defende que o planejamento urbano deve garantir condições dignas de habitação, acesso a áreas verdes, circulação eficiente e espaços de lazer, priorizando a saúde física e mental dos habitantes. Nesse sentido, a cidade moderna seria um meio de promover o bem-estar coletivo e a qualidade de vida, afastando-se da lógica do lucro como princípio ordenador do território (Le Corbusier, 1989).

No entanto, essa proposta seria conduzida por uma elite técnica, sem abrir espaço para a participação popular ou o reconhecimento das dinâmicas sociais cotidianas. Assim, ainda que fundado em preocupações legítimas com a dignidade humana, o modelo urbano da Carta de Atenas reproduzia uma estrutura autoritária, em que o interesse coletivo era interpretado e moldado “de cima para baixo”, com pouca sensibilidade às complexidades sociais e culturais das cidades reais.

Naquele momento, entre 1930 e 1945, o Brasil passava pela Era Vargas, período de intensas transformações políticas, econômicas e institucionais que refletiram diretamente na organização e na gestão urbana. O Estado assumiu um papel centralizador e intervencionista, buscando reorganizar o território e incentivar projetos de industrialização e integração econômica. O urbanismo foi institucionalizado como instrumento técnico e administrativo do Estado, promovendo-se a separação entre gestão e política, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), o que conferiu ao planejamento urbano uma aparência de neutralidade (Fridman, 2013).

Isso ocorreu através da elaboração de planos e organização do desenvolvimento urbano. Influenciado pelo modelo norte-americano, o plano diretor ganhou destaque como ferramenta racional. O Estado também respondeu a demandas anteriores de diversos setores sociais e consolidou o urbanismo como saber técnico, influenciado por ideias estrangeiras como as de Le Corbusier (Fridman, 2013).

A Era Vargas representou a formulação de uma primeira política nacional para as cidades, conectando território, legislação, habitação, conhecimento técnico e planejamento urbano. Ainda que autoritária, essa política fundou as bases do

urbanismo institucional no Brasil, moldando a trajetória futura da gestão urbana no país. O urbanismo da época refletia, portanto, uma ambivalência: ao mesmo tempo em que buscava atender ao interesse público e promover o progresso nacional, fazia isso com base na despolitização, na tecnocracia e no reforço de um projeto de poder centralizado (Fridman, 2013).

Os anos que se seguiram ao fim do Estado Novo, entre 1945 e 1964, marcaram uma fase de transição no planejamento urbano brasileiro, em que os ideais modernistas passaram a orientar de forma mais sistemática a organização das cidades. Nesse período, o planejamento se expandiu para além de projetos isolados de embelezamento ou infraestrutura, buscando abranger toda a malha urbana por meio de planos diretores mais abrangentes (Leme, 2005) (Villaça, 2010).

Influenciados pela racionalidade técnica da Carta de Atenas, esses planos priorizavam a funcionalidade, a separação dos usos do solo e o ordenamento espacial voltado à circulação, sobretudo de automóveis. No entanto, a forte tecnocracia e a ausência de políticas sociais integradas limitaram a eficácia dessas iniciativas, resultando em cidades fragmentadas, com centros modernizados e periferias crescentemente ocupadas por populações que permaneceram às margens do planejamento formal (Leme, 2005). Assim, mesmo com avanços institucionais e técnicos, o planejamento urbano permaneceu distanciado da realidade social brasileira, aprofundando as desigualdades e favorecendo interesses privados na estrutura urbana.

A seguir, durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, o planejamento urbano no Brasil foi intensamente centralizado, tecnocrático e voltado para a promoção do desenvolvimento econômico em escala nacional. Ermínia Maricato, em seu livro “Política Habitacional no Regime Militar” de 1987, entende que sob a lógica do milagre econômico e do autoritarismo estatal, o urbanismo se consolidou como uma ferramenta de controle e expansão das cidades, com forte influência do pensamento modernista e da ideologia do progresso.

A autora (1987) discute a ação de órgãos como o Banco Nacional da Habitação (BNH), através do qual o Estado financiou em massa a produção de conjuntos habitacionais periféricos, padronizados e desvinculados da malha urbana consolidada, o que contribuiu para a segregação socioespacial e a precarização das condições de vida das camadas populares. Ao mesmo tempo, grandes obras de infraestrutura, como vias expressas e projetos de mobilidade rodoviarista, foram

priorizadas em detrimento de políticas urbanas mais inclusivas e sustentáveis (Maricato, 1987). O planejamento urbano nesse período se caracterizou pela ausência de participação popular, pela submissão às diretrizes do capital imobiliário e pela incapacidade de lidar com o crescimento desordenado das cidades, aprofundando as desigualdades e consolidando um modelo urbano excludente.

Com a redemocratização a partir de 1985, o planejamento urbano brasileiro passou a incorporar princípios mais democráticos, participativos e orientados à justiça social, mas seguiu enfrentando profundas contradições até os dias de hoje. A Constituição de 1988 e, especialmente, o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) representaram avanços importantes ao reconhecerem o direito à cidade e a função social da propriedade, criando instrumentos legais para combater desigualdades e promover um urbanismo mais inclusivo. No entanto, apesar das novas diretrizes, muitos planos diretores foram elaborados apenas para cumprir exigências formais e pouco alteraram a lógica excludente do espaço urbano (Oliveira; Lopes; Sousa, 2018); (Maricato e Cunha, 2022).

O avanço da financeirização da cidade, a atuação do mercado imobiliário e a gentrificação mostram que a produção urbana continua fortemente determinada por interesses privados. Paralelamente, iniciativas populares tentam resistir e construir alternativas mais justas e sustentáveis. Assim, o planejamento urbano no Brasil contemporâneo é atravessado por uma tensão constante entre o ideal democrático e a realidade de um modelo ainda marcado pela desigualdade, pela fragmentação e pelo conflito entre o direito à cidade e a mercantilização do espaço urbano (Maricato; Cunha, 2022).

Souza (2010) entende que os obstáculos a atualizações e descentralização no planejamento urbano tradicional se dão por uma questão básica de ordem política e não por dificuldade material ou intelectual como pregam os analistas conservadores e elitistas. Hoje, a participação do povo na política e no planejamento é, em certos cenários, tolerada, mas a realidade é uma posição alienada em relação ao exercício do poder. O desrespeito às percepções particulares e legítimas de determinados grupos é recorrente; o que minimiza e atrofia a qualidade de vida destes uma vez que cria um sentimento de opressão e injustiça, além de incitar o preconceito (Souza, 2010).

O planejamento urbano tradicional fundamenta-se na premissa de que a população em geral não possui capacidade técnica ou moral para participar dos

processos decisórios coletivos. Tal perspectiva, contudo, desconsidera que a suposta incapacidade atribuída aos cidadãos é, em grande medida, resultado de uma sociedade marcada por profundas desigualdades e pelo acesso restrito à informação.

No entanto, esses cidadãos subestimados, quando bem informados, são completamente capazes de participar dos debates e das tomadas de decisões. E, é neste cenário em que os “técnicos” precisam atuar oferecendo informações honestas e claras para que a população possa decidir sobre os objetivos a serem alcançados (Souza, 2010). O planejamento atual é estruturalmente viciado e “a própria percepção da participação como um fardo é um valor destilado pela ideologia que estimula a apatia política e o desinteresse pelos assuntos coletivos” (Souza, 2010, p.335).

2.3. Planejamento Participativo: Caminhos e Contradições

Milton Santos (2007) traduz a carência por cidadania, num contexto brasileiro onde, no cenário da falsa democracia, cidadãos, de fato, não existem. Ele discute o que é ser cidadão: é ser e sentir-se parte do todo, é ter direitos civis, direitos políticos, direitos individuais; é exercer sua liberdade, ter garantias de vida e de proteção contra a pobreza. E, diz que quando o modelo econômico se sobrepõe ao cívico, a desigualdade se torna algo corriqueiro, a sociedade interioriza vieses corporativos e o “cidadão” se transforma em consumidor, perde sua individualidade e tende a se tornar alienado e competitivo (Santos, 2007).

O mesmo autor, porém, em outra obra, quando trata das questões do cenário do crescimento das cidades brasileiras, traduz um panorama induzido pelas grandes empresas e forças do capital que ele chama de urbanização corporativa. Processo este que moldou as cidades a partir da especulação imobiliária e que gerou, ou reforçou, um espaço segregado e polarizado, promovendo o crescimento da extrema pobreza e o afastamento da população da agenda política e da tomada de decisão (Santos, 2013).

O cenário descrito por Milton Santos em seu livro “A urbanização brasileira”, publicado pela primeira vez em 1993, trata de um panorama de políticas urbanas ainda reflexo do período ditatorial, onde o que se tinha eram planos municipais tecnocráticos e distantes da população. Nesse período, o país passava por um processo de redemocratização e a reforma urbana era uma pauta em debate respaldada pela Constituição de 1988. Então, embora o caráter tecnocrático ainda prevalecesse, havia um esforço para inserir a participação popular no processo de produção da cidade.

Esses esforços culminaram na aprovação da Lei Federal n.º 10.257/01, o Estatuto da Cidade, em 2001(Oliveira; Lopes; Sousa, 2018).

Rodrigues (2005) enfatiza que o Estatuto não surgiu de forma isolada, foi fruto de um longo processo de lutas e participação ativa de movimentos sociais pela reforma urbana a partir da emenda popular na Constituição de 1988. A autora elenca este debate também em um contexto internacional, mencionando conferências da Organização das Nações Unidas (Rio-92 e Habitat II - Istambul) e o Fórum Social Mundial (2001), que gerou a Carta Mundial pelo Direito à Cidade.

O Estatuto da Cidade trata a gestão democrática da cidade através de instrumentos que contam com a participação popular desde a formulação até a operacionalização e o acompanhando de projetos, planos e programas de desenvolvimento urbano. Logo, é uma forma conjunta de pensar as cidades e construir uma sociedade mais igualitária e solidária (Silva; Rodrigues, 2018), onde há a intenção, principalmente, pela democratização do uso do solo urbano (Oliveira; Lopes; Sousa, 2018). Este instrumento é pautado na função socioambiental e na gestão democrática do espaço urbano, logo a participação popular deixa de ser mera legitimidade política e torna-se requisito de validade jurídica dos planos e leis urbanísticas (Fernandes, 2013).

O Estatuto da Cidade, considerado o principal marco legal a tratar da participação popular, regulamentou instrumentos essenciais para a gestão democrática: órgãos colegiados, debates, audiências, consultas públicas, conferências e iniciativa popular (Oliveira; Lopes; Sousa, 2018). Para ele, “a participação é um direito inalienável” (Souza, 2010, p.334).

O próprio Estatuto (2001) cita uma série de instrumentos e diretrizes. Dentre estes, tem-se os que interessam mais a este trabalho por tratarem da participação pública na tomada de decisões. São eles: 1) O plano diretor, que tem por objetivo garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social atendendo às necessidades da população no que diz à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento de atividades econômicas. Propõe a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade e estabelece que todos os documentos e informações produzidas podem ser acessados por qualquer pessoa; 2) A gestão democrática da cidade que inclui, como dito anteriormente:

“I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II - debates, audiências e consultas públicas;

III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001, s.p.).”

É importante ressaltar que não existem, nesta lei, proposições metodológicas ou indicações de como ou quando essa participação popular deve acontecer, assim como se há e quem serão os responsáveis dentro da administração pública para garantir a exequibilidade destas premissas, cabendo a cada município criar suas estratégias para tal.

O Estatuto da Cidade conferiu ao Brasil reconhecimento internacional por seu caráter inovador, especialmente no que se refere à incorporação de instrumentos participativos e às novas formas de concepção e planejamento do espaço urbano. Porém, apesar de previstos, estes instrumentos são desarticulados e descoordenados, o que contribui para sua inefetividade, além da falta de regulamentação e detalhamento na sua aplicação, o que se torna um problema perante à descontinuidade das gestões municipais. O que se vê é uma participação cidadã limitada e débil, diagnósticos que não refletem a real conjuntura municipal e demonstram a incapacidade dos governos locais de interpretar seu próprio território (Oliveira; Lopes; Sousa, 2018).

Souza (2010) deixa claro que os instrumentos de planejamento, mesmo que criativos e relevantes, só ganham real importância quando são regulamentados, colocados em prática e acompanhados pela participação ativa da população. É esta implementação eficaz que converterá os benefícios dos planos e instrumentos caso haja condições econômicas, políticas e culturais adequadas.

Rodrigues (2005) reconhece a fundamental importância da participação da sociedade civil, prevista no Estatuto, principalmente no que diz respeito à elaboração dos Planos Diretores, como parte fundamental da construção do Direito à Cidade, porém entende que exemplos práticos mostram que essa participação é difícil de ser implementada, sendo muitas vezes desconsiderada ou invalidada.

Fernandes (2013) ressalta os limites práticos do Estatuto ao apontar para o descompasso entre a legislação jurídico-urbanística brasileira e a realidade urbana,

caracterizada por um crescimento desordenado, déficit habitacional, especulação imobiliária, informalidade, conflitos fundiários, problemas de mobilidade e saneamento e mercantilização das cidades. Também aponta a falta de capacidade técnica, financeira e política de muitos municípios para lidar com a complexidade urbana, mesmo após a obrigatoriedade dos planos diretores.

Rodrigues (2005) aponta a contradição entre os instrumentos progressistas do Estatuto e a permanência de um planejamento urbano tradicional estático, setorial e burocrático e, também, o conflito de atribuições entre União, estados e municípios no que diz respeito ao planejamento e gestão urbana, ressaltando que o município como unidade de planejamento contrasta com a sua capacidade de intervenção limitada e sua não preocupação com as dinâmicas regionais. A autora ainda critica a falta de uma análise espacial consistente na aplicação dos instrumentos e no planejamento de forma geral, uma vez que os projetos são, geralmente, setoriais, focados em interesses específicos e desconsideram o território, a população e os impactos socioambientais de forma integrada.

Neste sentido, os autores Martins e Koury (2024) apontam que o modelo de participação definido pelo Estatuto da Cidade no Brasil, principalmente no que tange aos planos diretores participativos, enfrenta baixa credibilidade popular, já que, na prática, por vezes, são peças políticas que atendem aos interesses de minorias privilegiadas. Os autores entendem que as estratégias de comunicação e mobilização são falhas.

De forma mais contundente, Flávio Villaça (2005), em seu livro “As Ilusões do Plano Diretor”, problematiza a ideia de um Plano Diretor como ferramenta resolutive de problemas urbanos. A chamada “participação popular”, tida pelo autor como a opinião de classes sociais ou setores ou grupos da população “dominante”, serve para legitimar decisões técnicas previamente pensadas, uma vez que existe o ritual de escuta, porém sem efetividade ou distribuição de poder nas decisões. No seu entendimento, a cidade deve ser pensada como campo de lutas sociais marcadas pela desigualdade e a ideia burocrática e tecnocrática de produzir documentos e planos distancia e ausenta a maioria da população das discussões e da tomada de decisões.

Essa dinâmica causa ceticismo e desconfiança em relação à efetividade e/ou integridade das instituições democráticas participativas, além de baixas expectativas sobre os resultados da participação. Consequentemente, há o distanciamento

emocional e identitário da população, visto que o sentimento de não pertencimento coíbe o engajamento popular e a adesão de determinados grupos nos processos participativos (Lüchmann; Amorim; Borba, 2025). Estes autores demonstram que, para além de variáveis como renda, escolaridade e gênero, os fatores que mais limitam o potencial das instituições participativas é o ceticismo político e a polarização afetiva (identificação ou rejeição de um líder ou representante).

Adicionalmente, ressaltam a falta de transparência quando decisões importantes são tomadas de “portas fechadas” e sem prestação de contas. Neste sentido, Souza (2010) utiliza o termo “oligarquia liberal” que se disfarça de democracia, ou seja, uma vez que o povo não exerce diretamente o poder, ele acaba por escolher entre opções limitadas e semelhantes, entre os quais estes representantes, não raramente, atuam em benefícios das elites econômicas e políticas e não em prol do coletivo. As instituições estão estruturadas para replicar este modelo, com pouca participação ou controle real, o que se traduz em uma dominação disfarçada, com o esvaziamento dos ideais democráticos.

É necessário discutir a importância da participação popular, não como uma garantia de acerto, mas como possibilidade de diminuir distorções. É necessário pensar em alternativas e questionar a ideia de que os “especialistas” tomam decisões em nome da maioria, uma vez que esta maioria não consegue controlar ou monitorar tais ações, o que reflete em corrupção, erros de avaliação e consequentemente desperdício de tempo e recursos, além do comprometimento da credibilidade das instituições (Souza, 2010).

Uma vez que o Estado não garante a participação da população como um todo nas discussões acerca do planejamento urbano, o cenário de desigualdade se mantém e o desenvolvimento urbano continua diretamente vinculado ao desenvolvimento econômico. As forças do capital ganham espaço e continuam moldando o espaço.

Esta reflexão tem como problema um processo de urbanização excludente, cujo desenvolvimento tem sido controlado pelos interesses do capital imobiliário, que vem atuando de forma a enfraquecer ou controlar a participação política da sociedade na tomada de decisões (Silva e Rodrigues, 2018, p.46)

Quando a participação popular é efetivamente assegurada, torna-se mais viável alcançar resultados como a transparência, que contribui para a prevenção da corrupção. Em seu estudo, Oliveira, Lopes e Souza (2018) mencionam “níveis de relevância da intervenção dos indivíduos nos procedimentos de planejamento” (Oliveira, Lopes e Souza, 2018, p.329) para ilustrar que a participação efetiva transcende a mera informação e consulta, devendo alcançar níveis de codecisão por parte dos cidadãos (Oliveira; Lopes; Sousa, 2018). Os autores defendem a necessidade de uma democracia combinada, que seria a união de possibilidades entre a democracia representativa e a democracia direta, pautada na descridibilidade da democracia unicamente representativa.

Neste ponto, cabe uma introdução aos tipos de regimes democráticos quanto à sua forma institucional: a democracia representativa e a democracia direta. Na primeira, pressupõe-se inviável que todos participem diretamente da tomada de decisões, logo o direito de decidir cabe àqueles eleitos pelo coletivo, enquanto na segunda existe uma codecisão, onde os cidadãos como um todo escolhem os caminhos a seguir (Souza, 2010). Apesar de, em um contexto amplo, o Brasil continuar sendo uma democracia representativa, há a inserção de ações pontuais que dizem respeito à democracia direta, como é o caso dos orçamentos participativos (Souza, 2010).

Já em relação à possibilidade de participação, tem-se a democracia consultiva e a democracia deliberativa. Elas se diferem pelo grau de poder dado aos cidadãos nos processos de tomada de decisão. A democracia consultiva caracteriza-se por mecanismos nos quais a população é chamada a opinar, ser ouvida ou consultada, porém sem garantia de que suas contribuições influenciem de forma concreta as decisões finais, que permanecem centralizadas no Estado ou em instâncias técnicas e políticas já estabelecidas. Trata-se, portanto, de uma participação frequentemente limitada, instrumental e, em muitos casos, legitimadora de decisões previamente definidas (Souza, 2010).

Já a democracia deliberativa pressupõe um envolvimento mais profundo da sociedade, no qual os cidadãos não apenas expressam opiniões, mas participam ativamente do debate, da construção coletiva de propostas e do processo decisório propriamente dito. Nesse modelo, a deliberação pública é entendida como espaço de confronto de ideias, negociação e aprendizado mútuo, com potencial real de

influenciar rumos, prioridades e políticas, fortalecendo uma prática democrática mais efetiva e emancipatória no âmbito urbano (Souza, 2010).

Nacionalmente, ainda se tem uma compreensão limitada das distorções e dos problemas gerados pelo sistema representativo. Devem ser considerados erros de avaliação, uma vez que uma minoria se propõe a interpretar as demandas e necessidades da maioria, sem considerar as opiniões dela, sob julgamento dos seus próprios critérios e valores (Souza, 2010)

Souza (2010) argumenta que, além de a democracia representativa partir do pressuposto de que a participação popular direta é inviável, há também quem considere essa participação indesejável. O autor aponta diversos problemas recorrentes de uma gestão tradicional e não participativa, entre eles a “racionalidade instrumental”: uma lógica que privilegia a eficiência dos meios administrativos e de planejamento, seja no âmbito institucional ou urbano, sem que se questione os fins, isto é, o porquê ou para que tais ações são realizadas. Essa postura faz com que os objetivos reais sejam mascarados, naturalizando o processo e, com isso, reforçando e legitimando as desigualdades estruturais do sistema:

O Estado tende a produzir, como um vetor resultante em termos de ações, intervenções conformes aos interesses dos grupos e classes dominantes, que dispõem de mais recursos e maior capacidade de influência. (Souza, 2010, p.326)

Quando o interesse particular de alguns se sobrepõe aos princípios da democracia, uma parcela da população, marginalizada, insegura e desconfiada, não contribui “oficialmente” no planejamento e na construção dos espaços públicos. Porém, o fato de não se apresentar formalmente para consultas públicas, não significa que o espaço, para eles, perde a sua função, pelo contrário, a população passa a se manifestar de forma espontânea por meio de apropriações que transformam e adequam o espaço público, mesmo que de forma precária, para atender minimamente às suas reais necessidades.

Logo, as apropriações espontâneas do espaço público podem ser interpretadas como respostas sociais a um modelo de planejamento urbano predominantemente representativo e consultivo, no qual a população formalmente “participa”, mas não delibera de fato sobre o uso, a forma e os sentidos do espaço urbano. Ao agir

diretamente sobre o território, os moradores do Bairro Nova Viçosa passam a exercer uma espécie de democracia direta no plano espacial, produzindo a cidade com suas próprias práticas, fora (ou à margem) dos canais institucionais tradicionais.

A partir de Souza (2010), entende-se que essas práticas revelam os limites da democracia consultiva no planejamento urbano municipal: audiências públicas, consultas e instrumentos participativos existentes não conseguem absorver demandas concretas do cotidiano, o que leva a população a produzir soluções por conta própria. Nesse sentido, as apropriações não devem ser lidas apenas como “informais” ou “irregulares”, mas como formas de deliberação prática, nas quais o debate e a decisão acontecem no fazer, no uso e na permanência das intervenções no espaço público.

A análise da postura do poder público municipal diante das apropriações urbanas espontâneas torna-se central para compreender os limites e as possibilidades de avanço em direção a práticas mais deliberativas de planejamento urbano. O apoio institucional, o reconhecimento ou a incorporação dessas ações pelo Estado podem ser interpretados como sinais de abertura para um modelo de gestão que ultrapassa a lógica meramente consultiva, ao absorver o conhecimento produzido pela população no uso cotidiano do espaço e nas soluções construídas coletivamente.

Ao considerar essas experiências como insumos para a formulação de políticas públicas, o poder público passa a reconhecer as apropriações não apenas como intervenções informais, mas como expressões legítimas de participação e deliberação social, contribuindo para o fortalecimento de um planejamento urbano mais democrático e sensível às demandas locais.

2.4 Planejamento Alternativo e Lógica da Informalidade

A compreensão do planejamento urbano alternativo exige o reconhecimento das práticas não institucionalizadas que produzem e organizam o espaço à margem dos instrumentos oficiais. Neste sentido, torna-se fundamental considerar as dinâmicas entre espaço planejado e espaço vivido, especialmente aquelas que emergem do cotidiano urbano e escapam às lógicas formais de ordenamento. Para tal leitura, destaca-se a contribuição do filósofo francês Michel de Certeau em “A invenção do cotidiano”, obra publicada originalmente em 1980, na qual o autor propõe a distinção entre “estratégias” e “táticas” como categorias centrais para a compreensão das práticas sociais no espaço (Certeau, 1998).

No contexto urbano, as estratégias referem-se às ações planejadas por instituições que detêm o poder, como governos e órgãos técnicos, expressas em instrumentos como o zoneamento urbano e grandes obras de infraestrutura, com o objetivo de impor uma ordem controlável sobre a cidade. Em contrapartida, Michel de Certeau (1998) destaca as táticas como práticas cotidianas daqueles que não possuem um "lugar próprio" no sistema dominante, mas que agem dentro das brechas desse sistema, reinventando o uso do espaço a partir de necessidades concretas. No planejamento urbano, essas táticas se materializam na desobediência das regras de uso do espaço, na ocupação de terras, na autoconstrução de moradias, na criação de redes alternativas de infraestrutura e na organização de economias populares, revelando modos criativos, adaptativos e legítimos de produzir cidade à margem da formalidade, desafiando e reconfigurando as lógicas instituídas.

Dessa forma, a relação entre planejamento formal e informal não é de pura oposição, mas de articulação. O planejamento informal não representa ausência de organização, mas uma racionalidade distinta de apropriação do espaço, construída a partir das urgências, capacidades e colaborações locais. As “maneiras de fazer” do “habitante informal” revelam uma inteligência prática e coletiva. Certeau (1998) reconhece essa “arte de viver no campo do outro” como parte legítima das práticas cotidianas que escapam às estratégias do poder e reconfiguram o uso do espaço. Embora Certeau não trate diretamente da produção urbana, sua teoria permite compreender essas práticas táticas como formas silenciosas, porém significativas, de construção da cidade vivida, desafiando a ideia de que o espaço urbano é exclusivamente fruto de planos institucionais.

Oropeza (2010), por sua vez, acredita que a crise estrutural do capitalismo neoliberal abriu espaço para a emergência de ações alternativas, baseadas em princípios como justiça social, solidariedade, protagonismo local e respeito às diversidades territoriais. A partir de uma extensa revisão bibliográfica, o autor articula os fundamentos teóricos de um novo modelo de desenvolvimento que valoriza “capacidades” e “liberdades” das pessoas, o fortalecimento de tecidos sociais locais e a concepção de desenvolvimento autônomo e comunitário.

É nas práticas diárias de sobrevivência das populações periféricas, frequentemente invisibilizadas ou tratadas como “inviáveis”, que se encontram algumas bases de alternativas reais. Essas práticas não apenas denunciam os limites do sistema dominante, como também revelam a criatividade, a solidariedade e a

potência transformadora dessas comunidades (Oropeza, 2010). O autor ressalta a possibilidade de reorientar as lentes analíticas e valorizar o conhecimento construído nos territórios marginalizados; e afirma que a construção de novas possibilidades de futuro, mais justas e humanas, deve partir das experiências concretas das populações periféricas, que sobrevivem e se organizam fora da lógica dominante do mercado.

Os modelos de desenvolvimento urbano, ancorados na lógica capitalista e em uma visão utilitarista, não conseguiram cumprir seus compromissos com a equidade social. Ao invés disso, aprofundaram a exclusão, subordinando países e territórios inteiros a uma lógica de acumulação e competição desigual. Essa hierarquia global reforçada deixou a maioria da população mundial à margem do desenvolvimento e da cidadania plena (Oropeza, 2010).

Oropeza (2010) entende que diante do fracasso das promessas do modelo neoliberal de desenvolvimento, que não conseguiu reduzir desigualdades nem oferecer melhores condições de vida para as populações marginalizadas, criou-se a necessidade de construir modelos alternativos de desenvolvimento local, enraizados nas realidades periféricas e sustentados por experiências populares e solidárias.

Ampliando essa discussão, o pesquisador Richard Harris (2018), em seu trabalho *“Modes of Informal Urban Development: A Global Phenomenon”* (Modos de Desenvolvimento Informal: Um Fenômeno Global), sistematiza o conceito de informalidade urbana. O autor entende que a informalidade é, na verdade, uma característica recorrente da urbanização moderna e um componente estrutural do desenvolvimento urbano global.

Harris traz para o seu texto uma definição do economista Edgar L. Feige (1990 *apud* Harris, 2018) segundo o qual informalidade refere-se a atividades que não seguem as regras institucionais ou que não são protegidas por elas. Ou seja, nem sempre informalidade é sinônimo de ilegalidade e muitas práticas informais não se dão por contestação ativa das normas, mas sim por omissão, necessidade ou desinformação (Harris, 2018).

Harris (2018) também destaca que a informalidade é particularmente relevante no contexto urbano, onde a pressão pela regulação do uso do solo, da construção e da ocupação é mais intensa. O crescimento das cidades, especialmente em áreas periurbanas, gera conflitos entre sistemas jurídicos, formas de posse e interesses políticos, criando zonas cinzentas onde a informalidade prolifera.

Harris (2018) propõe um novo enquadramento teórico baseado na tipificação de cinco modos distintos de informalidade urbana: latente, difusa, embutida, aberta e dominante:

Quadro 1 – Modos de informalidade urbana

Modo de Informalidade	Descrição	Exemplo
Latente	Presente em áreas onde a regulação ainda não foi formalmente estabelecida, mas onde sua possibilidade já influencia comportamentos.	Loteamentos em áreas periurbanas à espera de formalização.
Difusa	Práticas informais dispersas, não coordenadas e de pequena escala, geralmente invisíveis ao Estado.	Reformas sem autorização, uso irregular de edificações.
Ebutida	Práticas informais organizadas por grupos sociais, com suporte mútuo e legitimidade social.	Associações de moradores, redes étnicas de apoio à autoconstrução.
Aberta	Práticas informais visíveis, politizadas ou toleradas institucionalmente, podendo gerar repressão ou negociação.	Ocupações urbanas reconhecidas ou contestadas pelo poder público.
Dominante	A informalidade se torna a norma, estruturando o próprio regime de desenvolvimento urbano.	Bairros periféricos onde a urbanização ocorre majoritariamente por meios informais.

Fonte: Adaptado de Harris (2018)

A tabela apresenta a tipologia dos cinco modos de informalidade urbana proposta por Richard Harris, que busca demonstrar como a informalidade se manifesta de diferentes formas nas cidades. Vai desde situações latentes, onde a regulação ainda não chegou, até contextos dominantes, em que a informalidade se torna regra, como no caso de Nova Viçosa. Entre esses extremos, estão modos difusos, embutidos e abertos, que variam conforme o grau de organização social, visibilidade e relação com o Estado. Essa classificação ajuda a compreender a complexidade do fenômeno e sua presença estrutural no desenvolvimento urbano.

O autor aponta quatro causas principais da informalidade: 1) a impossibilidade daquela parcela da população de seguir as normas; 2) a falta de fiscalização do Estado; 3) a decisão deliberada do Estado de não regular determinadas práticas; 4) a existência de regras contraditórias, desatualizadas ou ineficazes.

A informalidade é, muitas vezes, produzida ou tolerada pelo Estado seja por interesse político, por falta de capacidade ou por decisões estratégicas. Políticos, planejadores e elites econômicas manipulam a informalidade para manter o controle social, garantir votos, favorecer empreendedores e evitar responsabilidades.

O autor também argumenta que as práticas informais não devem ser vistas apenas como problema, mas sim como formas alternativas de produção do espaço urbano, que respondem à ausência de políticas públicas, à rigidez das normas e à complexidade das realidades locais (Harris, 2018); (Anyamba, 2011). A informalidade é, portanto, uma resposta prática às contradições do planejamento moderno.

Por fim, Harris propõe que, em vez de insistir em uma abordagem binária (formal/informal), os estudiosos e planejadores devem reconhecer a informalidade como parte integrante dos processos urbanos. A tipologia dos modos de informalidade contribui para comparar casos distintos, identificar padrões e construir políticas públicas mais sensíveis à realidade urbana vivida.

Anyamba (2011) defende que a informalidade não deve ser automaticamente associada à ilegalidade. Em vez disso, ela deve ser compreendida como um sistema paralelo de produção urbana, baseado em lógicas alternativas às normas formais e reconhecidas como respostas legítimas a falhas institucionais dos Estados em prover moradia, infraestrutura e serviços básicos. O autor defende que, em vez de tentar erradicar ou formalizar à força esses espaços, o planejamento urbano deveria aprender com eles, projetando com flexibilidade e prevendo transformações futuras.

No campo político, o texto demonstra que a informalidade também é instrumento de manutenção de poder. Governos fracos ou corrompidos se beneficiam da informalidade para exercer controle clientelista sobre territórios e populações. A ausência de reformas legais eficazes permite que elites se apropriem do solo urbano por meio de loteamentos informais tolerados ou estimulados pelo próprio Estado. A informalidade, nesse sentido, se torna uma arena tanto de resistência quanto de dominação (Anyamba, 2011).

Anyamba (2011) propõe que o urbanismo formal reconheça a existência e a legitimidade das "urbanizações informais" como parte do processo urbano contemporâneo. Ele sugere estratégias de planejamento que permitam flexibilidade e adaptação ao longo do tempo. Tais práticas, já presentes na informalidade, poderiam ser incorporadas formalmente para construir uma cidade mais justa, eficiente e enraizada nas realidades locais.

No contexto latino-americano, o ponto central do trabalho das autoras Schlack e Araújo (2022) é entender a construção do espaço público das cidades latino-americanas a partir de registros alternativos que dialoguem com as especificidades sociais, culturais e espaciais em vez de reproduzir modelos clássicos idealizados. Elas entendem que a América Latina apresenta uma configuração urbana caracterizada pela desigualdade estrutural, exclusão social, informalidade e fragmentação territorial. Nessas condições, os espaços públicos não se constituem, majoritariamente, como locais de convivência democrática e livre expressão, mas como arenas de disputa, conflito e resistência. Assim, o espaço público é moldado tanto pelas ausências do Estado quanto pela forte presença da auto-organização dos habitantes, especialmente nas periferias urbanas.

O quadro a seguir sintetiza os cinco eixos temáticos propostos por Schlack e Araújo (2022) para compreender as especificidades do espaço público nas cidades latino-americanas, destacando as principais características e os desafios associados a cada um deles. Esses eixos revelam a complexidade da produção, uso e disputa pelo espaço urbano na região, marcada por desigualdades, formas alternativas de organização e conflitos estruturais.

Quadro 2 – Dimensões Críticas do Espaço Público na América Latina

Tópico	Características Principais	Desafios/Implicações
Auto-organização e sociabilidades locais	- Espaços públicos construídos coletivamente - Lideranças comunitárias (“autoridades coletivas”) - Produção social do habitat	- Reconhecimento e valorização dessas práticas pelas políticas públicas - Manutenção da autonomia local
Desigualdade e fragmentação	- Persistência da lógica urbana excludente - Enclaves fechados versus periferias precarizadas - Territorialização baseada em “regimes imaginários de propriedade”	- Superação das barreiras físicas e simbólicas - Construção de cidades mais redistributivas e inclusivas

Expansão urbana e modos de habitar	- Urbanização acelerada e privatização das decisões urbanas - Falta de atenção à escala local - Conflitos entre projetos formais e práticas cotidianas	- Garantia de participação efetiva dos moradores nas decisões urbanas
Disputas e conflitos nos espaços públicos	- Presença marcante da violência, medo e insegurança - Estratégias defensivas: grades, muros, vigilância - Redução da confiança no espaço público	- Restauração da confiança e da convivência - Redução da militarização e criminalização dos espaços
Materialidade urbana e sociabilidade	- Formas físicas moldam relações sociais - Espaços autoconstruídos por vizinhanças - Morfologia urbana influencia apropriação e uso cotidiano	- Compatibilizar políticas públicas com as estruturas e práticas já consolidadas pelas comunidades

Fonte: Adaptado de Schlack e Araújo (2022)

Diante dos aspectos apresentados no quadro, Schlack e Araújo (2022) reforçam as tensões que permeiam a produção do espaço público e as disputas entre Estado, mercado e sociedade civil acerca do seu uso e controle. Elas entendem que a (re)construção de espaços públicos inclusivos exige o reconhecimento dessas complexidades e a adoção de abordagens sensíveis às realidades locais. Defendem uma governança policêntrica e participativa, na qual o Estado atue como facilitador das práticas cooperativas. Além disso, apontam o fortalecimento das microesferas públicas como estratégia para nutrir vínculos sociais e promover o pertencimento. A reinvenção do espaço público requer que se valorize sua produção social, suas práticas alternativas e seu papel como campo estratégico para a construção do comum, do direito à cidade e da vida democrática (Schlack; Araujo, 2022).

John Friedmann (1987) em seu livro *“Planning in the public domain: From knowledge to Action”* problematiza a mediação entre conhecimento e ação,

questionando quem produz o conhecimento legítimo sobre a sociedade, quem decide sobre o futuro coletivo e a serviço de quais interesses o planejamento opera. O autor organiza a evolução da teoria do planejamento a partir de quatro grandes tradições, que expressam diferentes formas de articular conhecimento, poder e ação social.

A primeira tradição, o planejamento como reforma social, compreende o planejamento como um instrumento de orientação da sociedade conduzido pelo Estado, fundamentado no positivismo e na crença no progresso científico, atribuindo aos especialistas a centralidade na identificação de problemas e na formulação de soluções racionais, frequentemente dissociadas do conflito político e da participação direta da população (Friedmann, 1987).

Em seguida, o autor apresenta o planejamento como análise de políticas públicas (*policy analysis*), tradição consolidada no período pós-Segunda Guerra Mundial, marcada pela ênfase em métodos analíticos, modelos matemáticos e procedimentos formais de tomada de decisão, com o objetivo de aprimorar a eficiência e a racionalidade das decisões governamentais; entretanto, Friedmann aponta seus limites diante da complexidade social, da incerteza e da dificuldade de antecipar plenamente os efeitos das políticas públicas (Friedmann, 1987).

A terceira tradição, o planejamento como aprendizado social, desloca o foco para o caráter experimental do planejamento, concebendo-o como um processo contínuo de avaliação e ajuste das ações, no qual o conhecimento é produzido na prática, por meio da interação entre diferentes atores, configurando-se como um aprendizado coletivo, ainda que, em muitos contextos, permaneça institucionalmente vinculado ao Estado ou a grandes organizações (Friedmann, 1987).

A partir da análise da crise do planejamento, Friedmann (1987) argumenta que as abordagens tradicionais se mostraram incapazes de responder à crescente complexidade dos problemas urbanos, operando mais como instrumentos de regulação da ordem existente do que como agentes de transformação social.

Diante desse cenário, o autor propõe a recuperação do domínio público e da comunidade política como fundamentos para uma reorientação do planejamento, concebendo-o como prática que pode emergir de processos sociais “de baixo para cima”, fortalecendo redes locais, a auto-organização coletiva e a produção de conhecimento enraizado na experiência. Essa perspectiva culmina na noção de *radical planning*, entendido como uma prática que se desenvolve em espaços sociais

informais, no interior de movimentos, redes e coletividades organizadas, operando nos interstícios entre Estado, mercado e sociedade (Friedmann, 1987).

Nessa perspectiva, o papel do planejamento seria o de apoiar processos de aprendizado mútuo, construção coletiva de visões de futuro e fortalecimento da capacidade de ação dos grupos sociais, reconhecendo que o conhecimento é produzido na prática e no confronto com a realidade. Friedmann (1987) destaca, ainda, que o planejamento radical não substitui outras tradições do planejamento, mas se articula a elas de forma dialética, operando nos interstícios entre Estado, mercado e sociedade, e ampliando as possibilidades de ação coletiva no domínio público.

Complementarmente, Patsy Healey (1997) em *“Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies”* entende planejamento como um processo social interpretativo, no qual políticas e estratégias são continuamente traduzidas, negociadas e reinterpretadas pelos diferentes atores envolvidos, em contextos institucionais específicos.

Healey (1997) demonstra que as práticas de planejamento emergem da interação entre profissionais, agentes políticos, interesses econômicos e comunidades locais, sendo moldadas por rotinas, saberes especializados, valores dominantes e relações de poder. Assim, a autora reforça a ideia de que o planejamento espacial não opera como um mecanismo de controle técnico do território, mas como uma prática situada, relacional e dinâmica, inserida em redes mais amplas de governança e mudança socioespacial.

A autora destaca a transição de modelos hierárquicos de governo para arranjos de governança caracterizados pela interdependência entre atores públicos e privados, nos quais o planejamento assume um papel mediador. A formulação de estratégias passa a ser entendida como processo comunicativo de construção de convicções compartilhadas, exigindo arenas institucionais capazes de sustentar a participação, lidar com conflitos e produzir compromissos coletivos. Nesse sentido, o planejamento colaborativo depende de um desenho institucional sistêmico que articule estruturas formais, práticas cotidianas, recursos e competências, fortalecendo a capacidade dos territórios de enfrentar problemas complexos de forma democrática e contínua (Healey, 1997).

O planejamento alternativo, visto como processo relacional, não se define, portanto, como um modelo formal de intervenção urbana, mas como uma postura crítica do planejamento que reconhece as práticas espontâneas e as racionalidades

não hegemônicas como bases legítimas para a ação pública. Ancorado nos aportes de Friedmann (1987), Healey (1997), Lefebvre (2001) e Milton Santos (2006), esse entendimento amplia o campo do planejamento ao incorporá-lo como prática sensível às dinâmicas cotidianas, às formas alternativas de produção do espaço e às possibilidades de construção democrática da cidade.

As discussões apresentadas até aqui evidenciam que o urbano não se constrói exclusivamente a partir das estratégias institucionais, mas também das táticas cotidianas que emergem como respostas legítimas às falhas do planejamento tradicional. A informalidade, longe de representar desordem ou ausência de racionalidade, revela-se como um sistema com lógica própria, profundamente enraizado nas necessidades de habitação, mobilidade e uso do espaço. O reconhecimento dessas práticas como formas legítimas de planejamento urbano expõe, por outro lado, a tensão constante com os mecanismos formais de regulação e controle do Estado, que ora reprimem, ora instrumentalizam essas dinâmicas. Nesse contexto, torna-se necessário aprofundar o olhar sobre os modos como os sujeitos participam da construção cotidiana do espaço urbano, em práticas situadas, criativas e territorializadas.

Busca-se, a seguir, caracterizar o que neste trabalho foi chamado de apropriação espontânea do espaço público. Segundo Lefebvre (2001), a apropriação do tempo e do espaço constitui condição fundamental para o efetivo exercício do direito à cidade, uma vez que privilegia o uso do espaço urbano em detrimento de seu valor de troca, como mercadoria. Diferente do direito à propriedade, a apropriação não depende da posse legal do espaço, mas se realiza como prática socioespacial da e na cidade, ancorada na vivência cotidiana e na experiência urbana.

Embora Lefebvre não atribua automaticamente um caráter revolucionário a essas práticas, a apropriação, em determinados eventos e contextos, pode assumir a condição de práxis transformadora. A cidade, assim, apresenta-se como um campo permanente de disputa entre apropriações privadas e apropriações coletivas ou sociais, nas quais o espaço público torna-se instrumento de luta pela sociabilidade, pela cidadania e pela produção de outros modos de vida urbana.

É nesse ponto que o diálogo com Milton Santos (2006) se torna fundamental. Em “A natureza do espaço”, o autor destaca que os sujeitos excluídos da velocidade hegemônica imposta pelo processo de globalização, os homens lentos, os pobres, vivem a cidade a partir de um tempo não hegemônico, marcado pela necessidade,

pela permanência e pelo uso cotidiano do espaço urbano. Privados da plena vida urbana, vítimas da segregação socioespacial e excluídos do acesso a bens, serviços e equipamentos urbanos, esses sujeitos experimentam de forma direta as contradições da cidade e do urbano em seu dia a dia. Essa vivência concreta confere a eles a capacidade de produzir usos alternativos do espaço e de se encarregar de iniciativas que, ao privilegiarem o uso em detrimento do valor de troca, tensionam a lógica dominante da cidade capitalista, revelando o potencial transformador das apropriações socioespaciais.

A partir dessas reflexões, as práticas associadas a um planejamento alternativo, tal como mobilizado neste trabalho, não se referem a um planejamento prévio às ações espontâneas do urbanismo cotidiano. Essas ações não se configuram como planejamento, mas como práticas situadas que respondem a necessidades imediatas e produzem o espaço de forma “não intencional”. O planejamento alternativo emerge, portanto, não da antecipação da ação, mas da leitura crítica dessas práticas, reconhecendo-as como produtoras de racionalidade urbana. Trata-se de um planejamento construído a posteriori, que opera menos pela prescrição de formas e mais pela criação de condições para a permanência, a adaptação e o fortalecimento dos usos cotidianos do espaço. Considera-se, assim, que o planejamento alternativo não cria a ação social no território, mas sustenta as condições para sua continuidade.

Esta concepção caminha na direção do Direito à Cidade, compreendido não apenas como direito à apropriação pontual ou ao uso imediato do espaço urbano, mas como direito coletivo à produção, à permanência, à alteração e à sustentação das práticas que fazem a cidade existir no cotidiano.

Ao reconhecer as apropriações espontâneas como práticas que produzem racionalidades urbanas, amplia-se o entendimento do Direito à Cidade para além do acesso formal aos espaços ou da garantia abstrata de direitos setoriais, situando-o no campo da experiência vivida. Essas práticas tornam visíveis modos específicos de circulação, permanência e convivência que tensionam políticas públicas historicamente estruturadas pela lógica do fluxo, da eficiência e da centralidade funcional, evidenciando que o direito urbano não se esgota na oferta de infraestrutura, mas se constrói na relação entre uso, tempo e vida cotidiana.

Nesse sentido, o ato de valorizar, reconhecer, visibilizar e apoiar as apropriações espontâneas constitui um ponto de partida fundamental para a educação

urbana e para a construção de uma consciência ampliada sobre o Direito à Cidade. No campo da mobilidade, essas práticas deslocam o foco do direito ao deslocamento rápido para o direito ao acesso cotidiano à vida urbana, valorizando o tempo lento, a escala caminhável e a acessibilidade universal.

De modo semelhante, no campo das políticas culturais, revelam-se formas de produção cultural territorializadas, baseadas na convivência, nos encontros informais e nas expressões coletivas que escapam às programações institucionais tradicionais. Apoiar essas práticas não implica formalizá-las ou capturá-las, mas criar condições para sua continuidade e fortalecimento, integrando transporte, cultura e planejamento urbano a partir do uso, da permanência e da experiência vivida.

Ao serem reconhecidas como expressões legítimas da cidade, essas experiências ampliam o sentimento de pertencimento, reduzem processos de marginalização e contribuem para que os sujeitos passem a se reconhecer como portadores do Direito à Cidade em sua totalidade, fortalecendo sua capacidade de reivindicá-lo de forma mais efetiva e politicamente consistente.

2.5. Urbanismo Cotidiano e Desenvolvimento Situado

Em seu livro “Quando a rua vira casa”, Santos e Vogel (1985) propõem um diálogo entre antropologia, arquitetura e urbanismo, temática até então (o livro foi lançado em 1980) pouco discutida. A proposta central do texto era repensar as formas de apropriação dos espaços urbanos, entendendo que isso poderia levar a uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento da cidade, uma vez que a rua pode ser muito mais do que um simples caminho ou espaço de passagem. Para muitas comunidades, especialmente em centros de bairros mais antigos e em assentamentos informais, a rua funciona como uma extensão da casa (Santos; Vogel, 1985).

Nesse contexto, atividades domésticas, comércio informal, lazer e até trabalho transbordam para o espaço público, tornando a rua um lugar de convivência cotidiana. Essa dinâmica gera uma vida social rica, fortalece os laços comunitários e promove segurança por meio da vigilância natural dos próprios moradores, fazendo da rua um espaço vital de encontro e construção coletiva (Santos; Vogel, 1985). As pessoas lavam roupa, consertam objetos, preparam alimentos ou simplesmente “tomam um ar” nas calçadas em frente às suas casas; vendedores ambulantes, pequenas barracas de comida, ou até mesmo os próprios moradores vendem produtos em suas portas e

transformam a rua em um centro de trocas e comércio local; crianças brincam nas ruas, vizinhos conversam, bancos são colocados nas calçadas para encontros, e festas comunitárias ocupam o espaço público; artesãos, mecânicos ou outros profissionais realizam parte de seu trabalho na rua, à vista de todos (Santos e Vogel, 1985).

O livro argumenta que o planejamento urbano que ignora as dinâmicas sociais e a cultura local tende a criar espaços subutilizados.

Neste sentido, a arquiteta e urbanista Margaret Lee Crawford cunhou o termo “Everyday Urbanism” traduzido como “Urbanismo Cotidiano”. O termo é uma crítica às formas tradicionais de urbanismo que, segundo ela, desconsideram a realidade vivida nas cidades e ignoram práticas cotidianas que moldam o espaço urbano de forma dinâmica, informal e criativa.

No livro “Everyday Urbanism: Margaret Crawford vs Michael Speaks” resultado do evento “*Michigan Debates on Urbanism I*”, Crawford afirma que o “Urbanismo Cotidiano” é uma abordagem do urbanismo que encontra significado na vida cotidiana, reconhecendo-a como algo muito além das rotinas ordinárias e banais. Baseando-se no pensamento de Henri Lefebvre, a pesquisadora (2004) vê a vida diária como um repositório de significados, do comum ao extraordinário. A ideia central da sua teoria é reconectar esses significados humanos e sociais com o planejamento urbano. O Urbanismo Cotidiano deve se consolidar como uma prática situacional, específica e parcial que atua nos “cantos e frestas” dos ambientes urbanos existentes, através de pequenas mudanças que se acumulam e buscam (re)familiarizar o espaço urbano, tornando-o mais acolhedor e doméstico. Ele deve ainda incorporar o princípio dialógico (a importância do diálogo e da interação para a construção do conhecimento e da compreensão da realidade), reconhecendo a multiplicidade e a heterogeneidade de significados e perspectivas no ambiente urbano. O Urbanismo Cotidiano é uma atitude empírica que começa com o reconhecimento e valorização do que já existe e busca estimular e intensificar essa realidade (Crawford, 2004).

Assim como percebido por Santos e Vogel (1985), Crawford (2004) cunhou o termo a partir da observação não convencional dos espaços e identificou uma vitalidade urbana que fugia às normas e aos planejamentos institucionais. Logo, o conceito é voltado para a valorização das práticas espontâneas e à reinserção do ser humano como protagonista na configuração do ambiente urbano.

Neste sentido, uma das formas de conectar o design urbano à vida cotidiana é através do conceito de "espaço cotidiano". Este é o domínio físico da atividade pública diária que existe entre os espaços definidos e identificáveis do lar, da instituição e do local de trabalho. Como o domínio físico da atividade pública cotidiana, ele funciona como um tecido conectivo que une as vidas diárias, tornando-se um tipo de espaço público. Diferente de espaços públicos projetados (como praças) ou comerciais (como shoppings temáticos), o espaço cotidiano é uma paisagem difusa, banal, repetitiva, e muitas vezes desconsiderada. No entanto, em vez de ser visto como um problema estético ou um espaço genérico esquecido, ele deve ser percebido como uma zona de possibilidade e potencial transformação (Crawford, 2004).

Embora o espaço cotidiano seja frequentemente descrito como genérico, uma observação atenta das pessoas e atividades que o habitam revela sua alta especificidade. Assim, o design urbano cotidiano é situacional e específico, respondendo a circunstâncias muito particulares. Não é uma filosofia abrangente que busca transformar o mundo através de *masterplans* totalizantes ou "melhores práticas". É uma abordagem parcial e incremental, que atua nos ambientes urbanos existentes, por meio de pequenas mudanças que se acumulam para transformar situações. O Urbanismo Cotidiano não pretende substituir outras práticas de desenho urbano, mas trabalhar em conjunto, sobre ou após elas (Crawford, 2004). Para isso, autora propõe romper com a rigidez das dicotomias tradicionalmente utilizadas, como formal/informal, legal/ilegal.

Em suma, o Urbanismo Cotidiano é uma atitude em relação à cidade, com diversos desfechos possíveis. É uma atividade mutável que se transforma em resposta a diferentes circunstâncias, sem produzir um resultado formal único. Caracteriza-se pela multiplicidade e heterogeneidade, sendo radicalmente empírico em vez de normativo (Crawford, 2004). É uma perspectiva que valoriza as experiências e práticas informais e diárias das pessoas nos espaços urbanos, propondo um contraponto ao planejamento formal e tecnocrático.

É com base na teoria de Crawford que McFarlane e Silver (2017) reiteram que a cidade é vivida e construída por meio de práticas relacionais e inventivas, não comporta apenas um espaço físico ou uma rede institucional, mas também um conjunto dinâmico de relações sociais, estratégias práticas e esperanças cotidianas. A cidade acontece por meio de articulações locais, arranjos improvisados e ações coletivas, o que desafia leituras que tratam os bairros populares apenas como espaços

de carência ou que avaliam e qualificam os espaços considerando apenas seus aspectos físicos.

Corroborando, Adebara, Adebara e Taiwo (2023) defendem que o planejamento urbano deve considerar as práticas insurgentes (aquelas ações e movimentos que questionam as práticas estabelecidas na produção e gestão do espaço urbano) e integrar o urbanismo cotidiano aos processos formais de desenho e regulação urbana. Os autores ressaltam a tensão entre a lógica modernista do planejamento urbano, baseada em segregação/controle espacial e o uso real e multifuncional que as pessoas fazem dos espaços urbanos; e entende que a vivacidade dos centros urbanos é associada ao uso cotidiano das ruas, demonstrando o valor social e cultural das práticas insurgentes de uso do espaço.

As práticas cotidianas não são apenas reativas, mas também propositivas e transformadoras. As ações dos moradores, seja como coordenação comunitária, melhorias incrementais e especulações sobre o futuro, revelam uma capacidade de agência que transforma a cidade “de baixo pra cima” e esses processos precisam ser reconhecidos como formas legítimas de redirecionamento do planejamento urbano (McFarlane; Silver, 2017).

Desde intervenções espontâneas feitas por moradores até movimentos organizados, essas iniciativas refletem a insatisfação com a rigidez dos planejamentos urbanos convencionais. Tais práticas, embora informais, desempenham um papel importante na construção de cidades mais participativas (Talen, 2015).

Neste cenário, Talen (2015) conceitua o termo “*Do it Yourself (DIY) Urbanism*” que embora traga uma nova nomenclatura, trata de microintervenções espontâneas e de pequena escala realizadas por cidadãos visando modificar o espaço urbano de forma independente das instituições formais. Práticas essas que desafiam modelos tradicionais de planejamento e promovem novas formas de gestão e apropriação dos espaços urbanos.

Talen (2015) resalta o potencial de integração entre o Urbanismo *DIY* e o planejamento formal, sugerindo que o reconhecimento dessas práticas pode levar a um modelo híbrido, no qual estratégias *bottom-up* (de baixo para cima) e *top-down* (de cima para baixo) coexistam para criar cidades mais dinâmicas e inclusivas. Essas práticas cotidianas revelam o uso criativo e não previsto do espaço urbano: varais, bancadas improvisadas, pequenos comércios, hortas, bancos feitos à mão.

A possibilidade de mesclar ou romper barreiras entre o considerado formal e o informal sugere uma potência transformadora do cotidiano para o urbanismo, especialmente em contextos marcados pela informalidade, como na América Latina. Ações locais e insurgentes, mesmo que não institucionalizadas, têm enorme valor na construção do espaço urbano e revelam soluções adaptativas que respondem diretamente às necessidades da população (Crawford, 2004).

O planejamento urbano contemporâneo precisa se abrir à escuta e à observação da vida real das pessoas, aceitando a complexidade da cidade como algo vivo, contraditório e em constante transformação. A ideia de desenvolvimento situado diz respeito ao entendimento de que o desenvolvimento de um local é influenciado por suas características específicas: sua história, cultura e as relações dos sujeitos com seu ambiente. Logo, o desenvolvimento não é um processo uniforme que ocorre da mesma forma em todos os lugares, mas um fenômeno que se manifesta de maneira única em cada contexto.

No entanto, a realidade traz as tensões entre ações alternativas, como as representadas pelo Urbanismo Cotidiano ou o Urbanismo *DIY* e as normativas urbanísticas instituídas. Muitas dessas intervenções são vistas como ilegais ou irregulares, levando a uma relação ambígua entre cidadãos e poder público. Em alguns casos, autoridades municipais tentam coibir essas ações, enquanto em outros há uma institucionalização progressiva dessas práticas, incorporando-as às políticas urbanas (Talen, 2015).

Adebara, Adebara e Taiwo (2023) entendem que a vitalidade dos espaços urbanos não deve ser vista como desordem ou uso indevido, mas como expressão legítima da vida urbana, promovendo um modelo de planejamento urbano mais inclusivo e participativo. O “urbanismo cotidiano” é uma forma de resistência e adaptação às ausências do Estado, ao mesmo tempo que fortalece o senso de pertencimento e coesão comunitária. É necessário que políticas urbanas reconheçam e valorizem essas práticas em vez de criminalizá-las.

O futuro do planejamento urbano no contexto do sul global depende da capacidade dos planejadores em absorver e legitimar os modos de vida que já estão presentes nas ruas, mesmo que sejam informalmente organizados. Longe de ser um problema, é parte da solução para cidades mais inclusivas, vibrantes e conectadas à realidade social (Adebara; Adebara; Taiwo, 2023)

É preciso olhar para as tensões entre a precariedade e a invenção, a exclusão e a mobilização, a vulnerabilidade e a resistência, como elementos constituintes da vida urbana, e não como exceções. A cidade é vivida nessas contradições. O planejamento urbano tradicional deveria se abrir ao aprendizado com as práticas cotidianas, incorporando a inteligência coletiva das populações urbanas e repensando as políticas públicas a partir das formas como as pessoas já produzem a cidade (McFarlane e Silver, 2017). A partir do momento em que a população participa da tomada de decisões, se sente responsável pelo espaço criado e, dessa forma, tende a cuidar e fiscalizar sua manutenção, minimizando problemas como depredação, por exemplo.

Mesmo com a rigidez regulatória, o urbanismo cotidiano persiste devido a fatores socioeconômicos, culturais e estruturais, evidenciando a necessidade de uma abordagem de planejamento mais sensível às práticas populares (Adebara; Adebara; Taiwo, 2023).

Por fim, cabe entender o impacto dessas ações de planejamento alternativo na percepção do direito à cidade, percebendo que mesmo diante de desafios como a falta de recursos e a resistência institucional, essas práticas fortalecem comunidades e promovem maior engajamento cívico (Talen, 2015).

3. CAPÍTULO II – Leitura Territorial: As apropriações do Espaço Urbano no Bairro Nova Viçosa

3.1. Mapeamento e Espacialização das Apropriações Espontâneas

O mapeamento das apropriações espontâneas do território estudado foi realizado com o objetivo de identificar práticas urbanas que emergem de forma não planejada e que expressam uma relação direta da população com o espaço. Esse levantamento foi conduzido a partir de critérios específicos: foi definido um recorte temporal voltado ao presente, considerando o desenvolvimento desta pesquisa e reconhecendo a efemeridade dessas ações, muitas vezes temporárias ou de curta duração. Foram incluídas no levantamento apenas aquelas práticas observadas e entendidas como apropriações espontâneas, ou seja, intervenções promovidas pelos próprios moradores de maneira autônoma, sem a mediação ou participação do poder público.

Durante as entrevistas, foram mencionadas outras ações, como construção de calçadas ou pavimentação de trechos de rua pelos moradores. No entanto, como, empiricamente, não foi possível diferenciar essas intervenções de ações realizadas pela prefeitura ou por órgãos públicos, tais práticas não foram incluídas na coleta. Esse critério garantiu que o mapeamento refletisse exclusivamente as ações de apropriação autônoma do espaço urbano.

Para o mapeamento das apropriações espontâneas, foram utilizadas ferramentas digitais e visitas presenciais, combinando levantamento remoto e observação direta do território. Inicialmente, foi realizada uma rodada de análise virtual utilizando o *Google Earth* e o *Google Street View*, o que permitiu compreender os recortes espaciais do bairro e identificar preliminarmente as ações de apropriação “observáveis” nas ruas e espaços públicos. A partir dessa exploração virtual, foi feito um levantamento preliminar das apropriações, registrando sua localização.

Em um segundo momento, realizou-se uma visita *in loco*, na qual foi possível verificar a existência e a atualidade das ações identificadas virtualmente, bem como registrar outras apropriações que não estavam claramente visíveis nos recursos digitais. Essa combinação de ferramentas permitiu não apenas a localização georreferenciada das ações, mas também uma compreensão mais precisa de sua presença, dimensão e características, garantindo que o mapeamento refletisse as apropriações espontâneas de forma fidedigna (Figura 7).

Figura 7 – Mapa geral das intervenções encontradas



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

*Este mapa expandido pode ser encontrado no apêndice A.

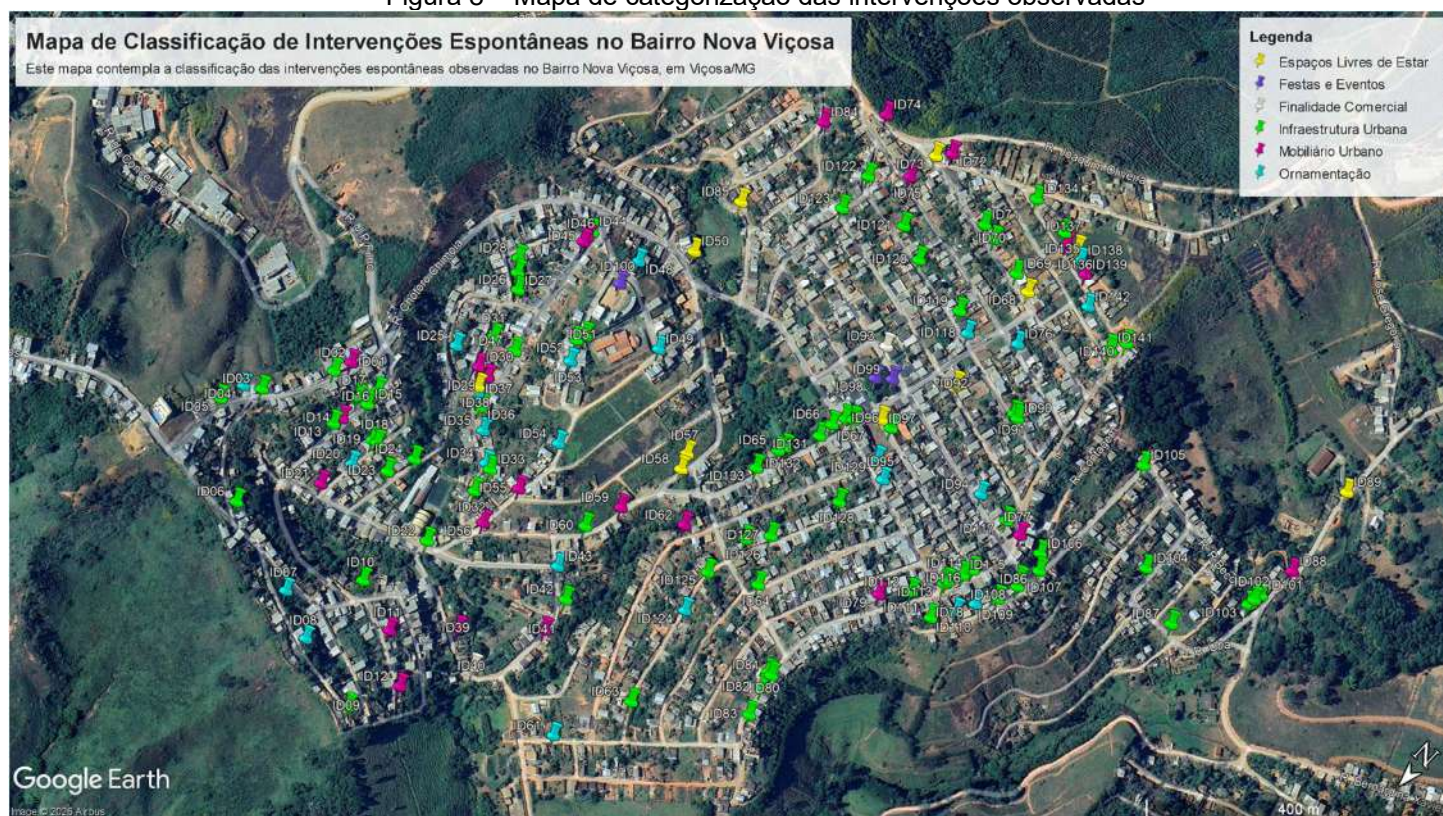
O mapa geral das apropriações espontâneas tem como objetivo apresentar uma visão abrangente do território estudado, evidenciando a distribuição espacial de todas as intervenções identificadas, sem distinção de categoria ou eixo temático.

Ao reunir as apropriações em uma única representação, o mapa geral confirma, de maneira bastante clara, que as apropriações espontâneas não ocorrem de forma pontual ou isolada, mas se distribuem amplamente por todo o Bairro Nova Viçosa, indicando que se tratam de práticas estruturantes do cotidiano urbano local. A grande quantidade de marcações e sua recorrência ao longo da malha viária evidenciam que a apropriação do espaço não é exceção, mas sim parte integrante da dinâmica territorial do bairro.

Partindo do levantamento realizado, as apropriações identificadas foram classificadas e inseridas em planilhas, permitindo um registro detalhado de cada ação. Nessa planilha (Apêndice F), foram observadas tanto a percepção do entorno, ou seja, como a intervenção dialoga com a paisagem e com o uso do espaço, quanto os materiais utilizados em cada apropriação. Com base nas imagens de referência e nas

observações em campo, as intervenções foram divididas e caracterizadas em grupos distintos, de modo a facilitar a análise comparativa e a espacialização. As categorias definidas foram: mobiliário urbano, espaços livres de estar, festas e eventos, ornamentação, finalidade comercial e infraestrutura urbana. Essa categorização permitiu compreender melhor a diversidade das práticas e a forma como cada tipo de apropriação se manifesta no território, servindo de base para a construção dos mapas e diagramas que ilustram a distribuição espacial dessas ações.

Figura 8 – Mapa de categorização das intervenções observadas



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

*Este mapa expandido pode ser encontrado no apêndice B.

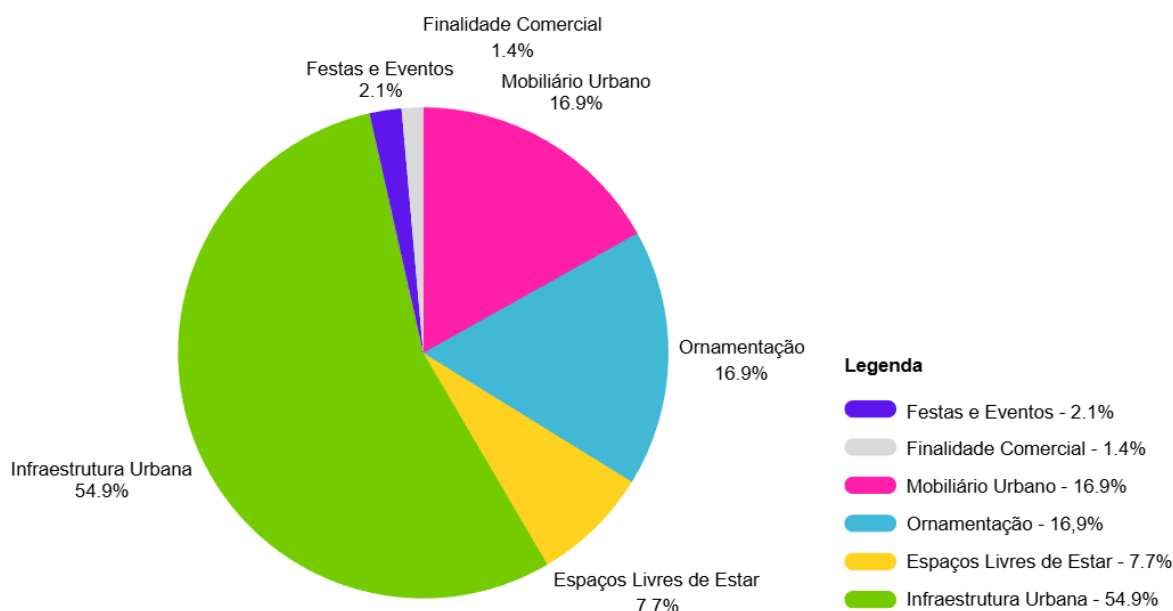
A leitura do mapa de categorização das apropriações espontâneas evidencia a pluralidade de práticas que coexistem no Bairro Nova Viçosa, revelando um território intensamente apropriado e multifuncional. A distinção gráfica entre as seis categorias permite compreender que as intervenções não apenas se espalham pelo bairro, mas se articulam e se sobrepõem, formando uma rede complexa de usos cotidianos do espaço público.

Observa-se que mobiliário urbano e infraestrutura urbana aparecem de maneira recorrente ao longo da malha viária, acompanhando os percursos cotidianos e os

pontos de maior circulação. Essa distribuição sugere que muitas apropriações surgem como respostas diretas à ausência, insuficiência ou inadequação de equipamentos urbanos formais, indicando a ação ativa dos moradores na adaptação do espaço às suas necessidades práticas de uso, conforto e acessibilidade.

Ao todo, foram contabilizadas 142 intervenções, caracterizadas nos grupos citados anteriormente. Destas, 24 são mobiliário urbano, 24 se relacionam com propostas de ornamentação, 11 são espaços livre de estar, 78 são iniciativas de infraestrutura urbana, 3 são festas e eventos e 2 são intervenções com finalidade comercial. O gráfico 1 apresenta uma análise quantitativa das intervenções.

Gráfico 1 – Categorização das intervenções observadas



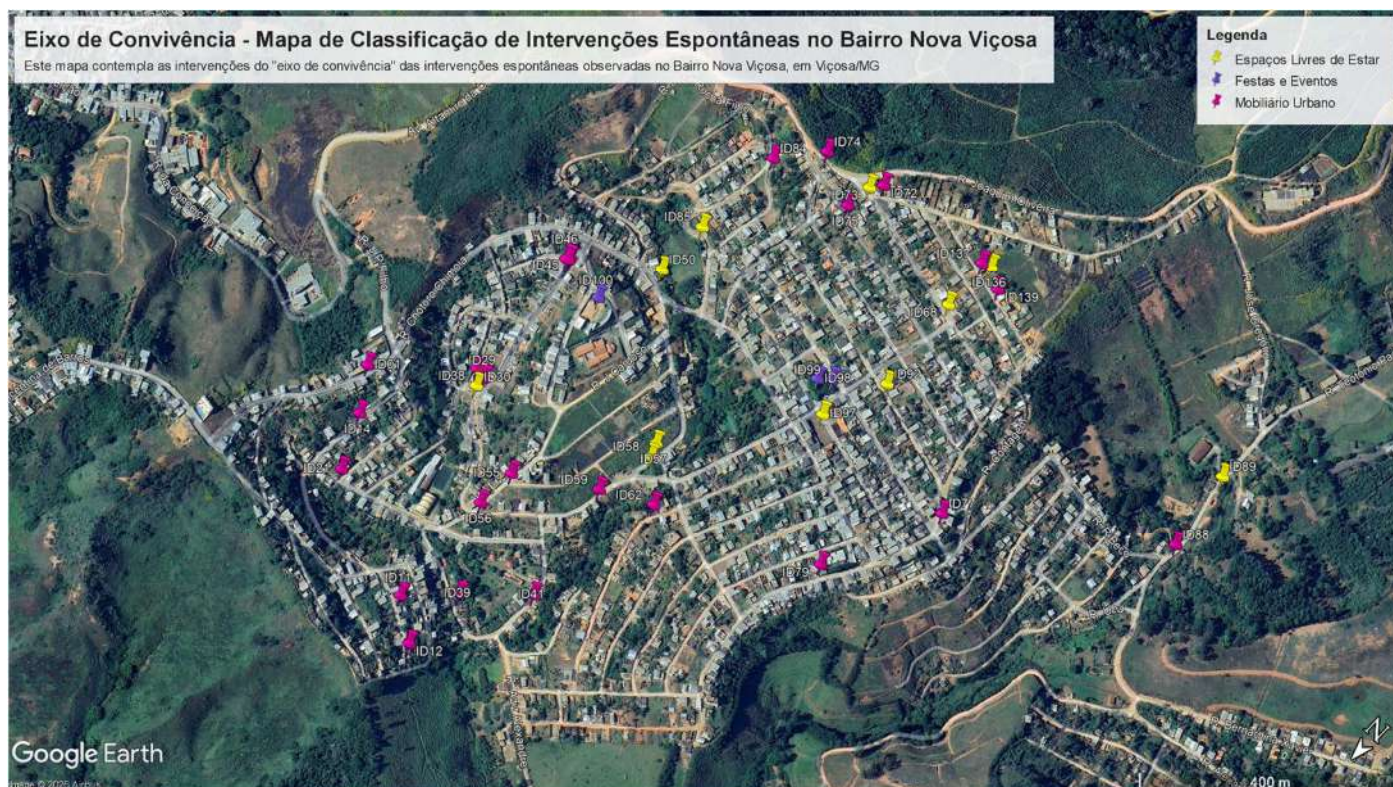
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir das categorias inicialmente definidas (mobiliário urbano, espaços livres de estar, festas e eventos, ornamentação, finalidade comercial e infraestrutura urbana), as apropriações espontâneas foram reorganizadas em três eixos analíticos: convivência, funcionalidade e ornamentação. Essa reorganização não buscou hierarquizar as intervenções, mas explicitar as diferentes lógicas de uso, intenção e impacto que orientam as práticas cotidianas de apropriação do espaço público. Ainda que todas as ações se enquadrem como apropriações espontâneas, cada eixo evidencia dimensões distintas da relação entre os moradores e o território,

contribuindo para uma leitura mais aprofundada das transformações produzidas no espaço urbano.

O eixo da convivência (Figura 9) reúne as categorias de mobiliário urbano, espaços livres de estar e festas e eventos, por apresentarem como característica central a criação ou o fortalecimento de espaços de encontro.

Figura 9 – Mapa “Eixo de Convivência”



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

*Este mapa expandido pode ser encontrado no apêndice C.

A análise do mapa do “eixo da convivência” evidencia que as práticas de encontro e sociabilidade no Bairro Nova Viçosa se distribuem de forma capilar e descentralizada, integrando-se de maneira orgânica ao tecido urbano existente. As intervenções relacionadas ao mobiliário urbano, aos espaços livres de estar e às festas e eventos não se concentram em um único polo, mas aparecem espalhadas ao longo do bairro, revelando que a convivência se constrói no cotidiano, a partir de múltiplos pontos de apoio distribuídos no território.

O mobiliário urbano, representado por elementos pontuais, apresenta-se majoritariamente ao longo das vias internas e em trechos de circulação frequente. Mesmo em pequena escala, esses objetos improvisados funcionam como gatilhos de

permanência, transformando espaços de passagem em locais possíveis de encontro, descanso ou observação da vida cotidiana. Sua presença indica uma apropriação direta e prática do espaço público, em que os moradores introduzem condições mínimas de conforto para viabilizar o uso coletivo onde o planejamento formal é ausente ou insuficiente.

Os espaços livres de estar revelam uma distribuição mais seletiva, frequentemente associados a áreas com alguma disponibilidade espacial, como alargamentos viários, terrenos baldios, lotes vagos ou áreas ociosas entre edificações. Esses pontos configuram núcleos de convivência mais estruturados, nos quais a apropriação ultrapassa o uso individual e passa a assumir um caráter coletivo e contínuo, especialmente voltado ao lazer, ao descanso e às atividades infantis. A presença desses espaços evidencia a capacidade da população de ressignificar áreas residuais do tecido urbano, convertendo-as em suportes para o convívio social e para a construção de vínculos comunitários.

As festas e eventos, embora menos numerosas e de caráter temporário, aparecem estrategicamente associadas a áreas de convivência, sejam espaços de estar improvisados, praças formais ou ruas alargadas. Essa sobreposição indica que determinados trechos do bairro funcionam como referências simbólicas e espaciais para o coletivo, sendo reconhecidos como locais legítimos para celebrações, encontros ampliados e manifestações culturais. Ainda que efêmeras, essas ocupações reforçam a memória coletiva e consolidam o papel do espaço público como palco de expressão social, cultural e política.

Dessa forma, o mapa do eixo da convivência demonstra que o Bairro Nova Viçosa abriga uma rede de espaços de encontro construída a partir de iniciativas espontâneas, reafirmando o espaço público como extensão da vida social e comunitária. Essas apropriações evidenciam não apenas carências do planejamento institucional, mas sobretudo a capacidade coletiva de criar, adaptar e sustentar lugares de convivência que reforçam o pertencimento, a identidade local e a dimensão democrática do território.

Eixo de Convivência



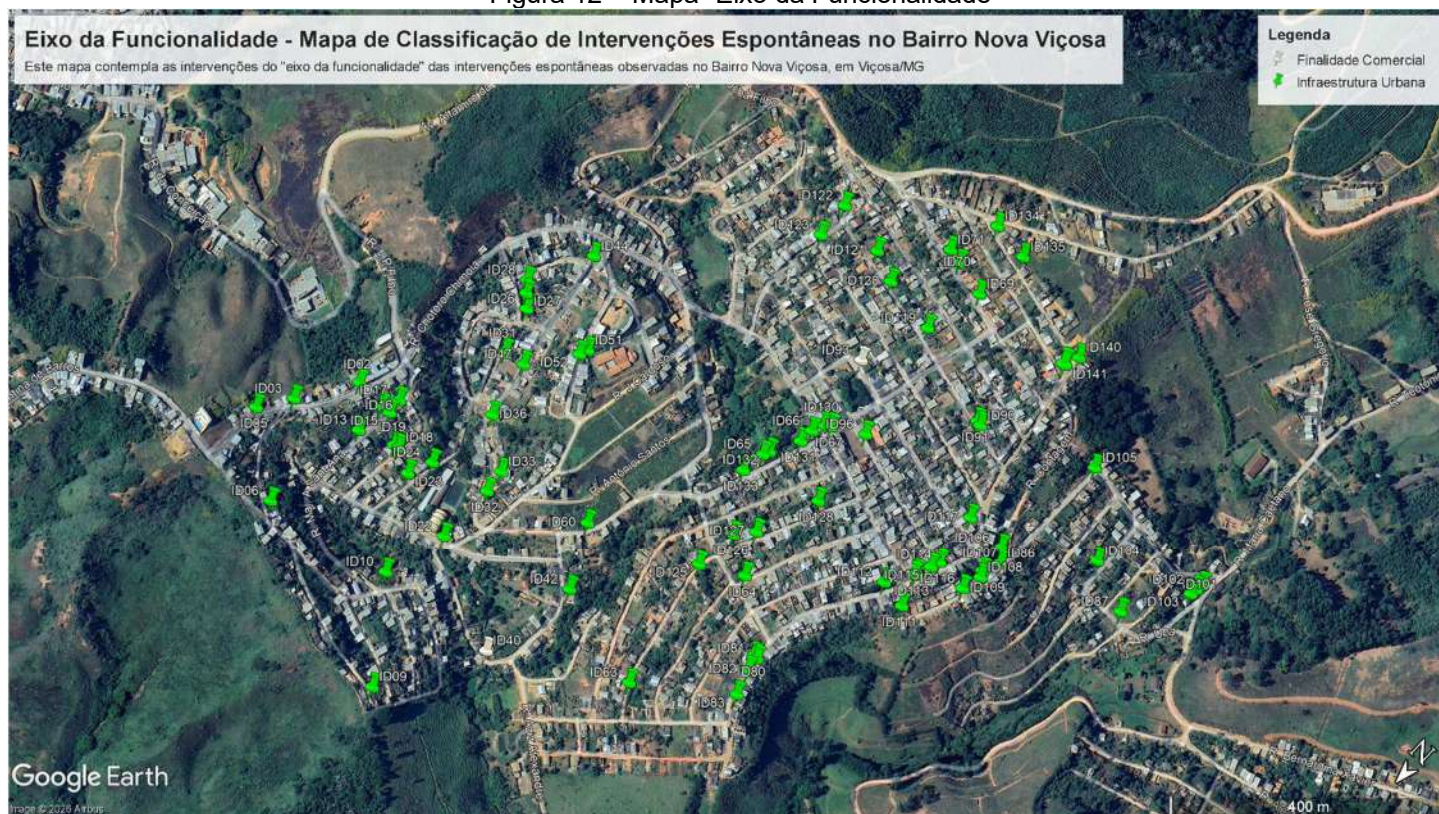
Eixo de Convivência - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo de convivência" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG



O eixo da funcionalidade (Figura 12) engloba as categorias de infraestrutura urbana e finalidade comercial, caracterizadas por intervenções voltadas principalmente ao atendimento de necessidades práticas e à compensação de lacunas deixadas pelo poder público.

Figura 12 – Mapa “Eixo da Funcionalidade”



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

*Este mapa expandido pode ser encontrado no apêndice D.

A infraestrutura urbana, claramente predominante no mapa, distribui-se de forma ampla e homogênea por praticamente todo o bairro, acompanhando a malha viária. A forte recorrência das lixeiras improvisadas indica que essa não é uma prática pontual, mas sim uma resposta coletiva sistematizada à ausência ou insuficiência do serviço público de coleta e acondicionamento de resíduos.

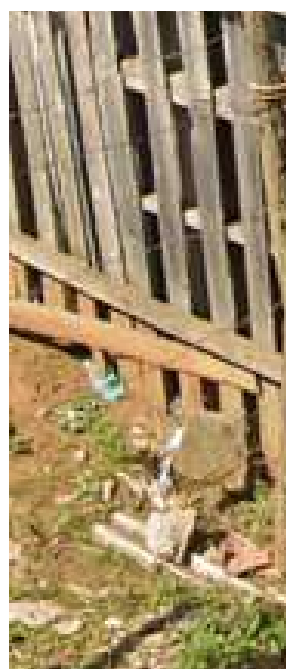
O uso recorrente de materiais reutilizados, como eletrodomésticos descartados, latões e recipientes adaptados, revela uma lógica prática e econômica, baseada no reaproveitamento e na eficiência, que passa a estruturar informalmente o território. Essas práticas revelam um conhecimento coletivo do território e uma criatividade cotidiana que transforma resíduos em infraestrutura funcional, estabelecendo uma lógica própria de organização urbana.

A finalidade comercial, embora numericamente menos expressiva, apresenta uma distribuição estratégica ao longo de vias com maior circulação. Esses pontos comerciais informais ou autônomos, ainda que orientados por interesses privados, ativam o espaço público, gerando fluxos, permanências e encontros que extrapolam a lógica estritamente econômica.

Essas práticas comerciais configuram espacialidades intermitentes, marcadas por horários específicos de funcionamento, o que introduz uma temporalidade própria ao bairro. Em determinados momentos do dia, esses pontos tornam-se referências locais, contribuindo para a vitalidade urbana e para a construção de redes de sociabilidade baseadas na proximidade e na informalidade.

Dessa forma, o mapa do eixo da funcionalidade explicita um território que se organiza a partir da criatividade cotidiana e da ação direta de seus moradores, produzindo soluções pragmáticas que garantem o funcionamento mínimo da vida urbana. Essas apropriações não apenas evidenciam ausências institucionais, mas também revelam a capacidade adaptativa do bairro em construir uma lógica própria de uso, gestão e ativação do espaço público, na qual o funcional se entrelaça com o social e o simbólico.

Eixo da Funcionalidade



Eixo da Funcionalidade - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo da funcionalidade" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG



Image © 2026 Airbus



400 m

Por fim, o eixo da ornamentação (Figura 15) refere-se às intervenções associadas ao embelezamento e à qualificação ambiental do espaço urbano, como o plantio de árvores, flores e pequenas áreas verdes.

No contexto do Bairro Nova Viçosa, essas ações assumem um significado particular, uma vez que muitas residências não dispõem de quintais ou jardins privados. Assim, a calçada e a rua tornam-se extensões da casa, espaços onde os moradores exercem o cuidado com plantas e árvores, projetando no espaço público práticas domésticas e afetivas.

A ornamentação, nesse sentido, não se limita a uma função estética, mas expressa pertencimento, apropriação simbólica e o desejo de tornar o ambiente urbano mais agradável e habitável.

Figura 15 – Mapa “Eixo da Ornamentação”



Fonte: Google Earth modificado pela autora (2025).

*Este mapa expandido pode ser encontrado no apêndice E.

No mapa, observa-se que as intervenções de ornamentação se distribuem de forma dispersa e pontual, acompanhando sobretudo as frentes das residências e os trechos de calçada ao longo da malha viária. Essa distribuição reforça a leitura de que a ornamentação surge como uma extensão direta da esfera doméstica, na qual o

cuidado com plantas, árvores e pequenos jardins extrapola os limites do lote privado e se projeta sobre o espaço público. Em um contexto em que muitas moradias não dispõem de quintais ou áreas verdes internas, a rua assume o papel de suporte para práticas cotidianas de cuidado e cultivo.

A ausência de grandes concentrações de intervenções desse eixo indica que a ornamentação não busca criar centralidades ou áreas coletivas estruturadas, mas sim qualificar microlugares do cotidiano, transformando pontos específicos da calçada ou da rua em espaços mais agradáveis, sombreados e humanizados. Essas ações, embora individualizadas, produzem efeitos coletivos ao contribuir para a melhoria ambiental do bairro como um todo, influenciando a paisagem urbana e a experiência sensorial dos usuários do espaço público.

As intervenções de ornamentação se inserem predominantemente em áreas residenciais, sugerindo uma relação direta entre estabilidade do morar e investimento simbólico no espaço urbano. O plantio de árvores e flores revela não apenas uma preocupação estética, mas um gesto de pertencimento e enraizamento, no qual os moradores expressam sua permanência e vínculo com o território.

Assim, o eixo da ornamentação revela uma forma de apropriação marcada pela sutileza e pela continuidade no tempo, na qual o espaço público é cuidado como se fosse parte da casa.

Essa leitura reforça a compreensão de que as apropriações espontâneas no Bairro Nova Viçosa não se restringem à resolução de necessidades funcionais ou à criação de espaços de encontro, mas também incluem práticas simbólicas e afetivas que contribuem para tornar o ambiente urbano mais habitável, expressando uma relação cotidiana, íntima e sensível entre os moradores e o território que habitam.

Eixo da Ornamentação



Eixo da Ornamentação - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo da ornamentação" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG



Dessa forma, a distinção entre os eixos de convivência, funcionalidade e ornamentação permite compreender as diferentes intenções e efeitos das apropriações espontâneas identificadas, evidenciando como elas produzem novas lógicas de uso do espaço público. Seja pela criação de espaços coletivos de encontro, pela resposta criativa à ausência de serviços urbanos ou pela extensão da vida doméstica para a rua, essas práticas revelam a capacidade dos moradores de transformar o cotidiano urbano a partir de ações simples, situadas e profundamente enraizadas no território.

A partir dos dados coletados e analisando os modos de informalidade urbana apresentados por Harris (2018) (Quadro 1) entendeu-se como diferentes expressões da informalidade se articulam com as dimensões críticas do espaço público identificadas por Schlack e Araujo (2022) (Quadro 2). A informalidade, ao se manifestar em níveis que vão do latente ao dominante, influencia diretamente a configuração espacial, a produção do habitat e a forma como a coletividade se organiza no cotidiano das cidades.

A trajetória do Bairro Nova Viçosa, desde sua criação em 1978 em condições precárias de infraestrutura, até sua configuração atual, marcada por baixos indicadores sociais e pela contínua ausência de investimentos públicos, evidencia um cenário em que a informalidade se apresenta como componente estrutural do espaço urbano.

Nesse sentido, a classificação proposta por Harris (2018) auxilia a compreender como as apropriações espontâneas do bairro se enquadram nos diferentes modos de desenvolvimento informal. As intervenções identificadas expressam uma informalidade difusa, caracterizada por práticas atomizadas, de pequena escala e não articuladas entre si, que se materializam em bancos improvisados, jardins caseiros e pequenas infraestruturas criadas pelos próprios moradores.

Contudo, a existência de mutirões históricos, como o calçamento coletivo de ruas na década de 1980, ou mesmo a organização de festas e eventos, ainda que minoritários no mapeamento atual, remetem a formas de articulação coletiva, nas quais a comunidade se organiza para suprir ou remediar as ausências do Estado.

Essa leitura dialoga diretamente com as dimensões críticas do espaço público sistematizadas por Schlack e Araújo (2022). O bairro revela uma forte dimensão de auto-organização, na medida em que os moradores transformam espaços ociosos em locais de estar ou de lazer, mas essa dinâmica também expõe desigualdades e

fragmentações. O baixo percentual de usos coletivos duradouros, como praças estruturadas, e a existência de apropriações de ruas e calçadas para finalidades comerciais indicam que o espaço público de Nova Viçosa permanece fragilizado como lugar de encontro e convivência. Em vez disso, prevalecem intervenções voltadas ao cotidiano imediato e a sociabilidades restritas, o que reforça a lógica de enclaves e apropriações individualizadas.

Assim, ao articular a experiência do bairro com Harris (2018) e Schlack e Araújo (2022), torna-se evidente que as práticas espontâneas de Nova Viçosa não podem ser romantizadas. Elas são, antes de tudo, respostas resilientes à precariedade histórica, funcionando como estratégias de sobrevivência urbana em um território segregado e marcado pela exclusão institucional. Ao mesmo tempo, sua persistência ao longo de décadas revela a potência de um “urbanismo” cotidiano que, embora fragmentado, materializa o direito à cidade em sua forma mais básica: o de habitar, permanecer e reinventar o espaço mesmo diante do abandono do poder público.

3.2. A Voz dos Moradores: Entrevistas e Narrativas Cotidianas

3.2.1. Apresentação do perfil dos entrevistados e do roteiro de temas abordados

As entrevistas compõem uma das etapas centrais desta pesquisa, concebidas como instrumento metodológico de aproximação com o cotidiano do Bairro Nova Viçosa e de reconhecimento dos saberes locais. A opção por entrevistas semiestruturadas e presenciais permitiu que os moradores expressassem suas percepções a partir da própria experiência vivida, revelando sentidos, práticas e estratégias de atuação sobre o espaço urbano que, muitas vezes, escapam à lógica do planejamento formal. Mais do que coletar opiniões, a escuta buscou compreender como cada sujeito se insere, se relaciona e atua na produção social do bairro.

As conversas foram realizadas no primeiro semestre de 2025, em diferentes pontos do território: ruas, comércios, instituições e residências, em momentos de convivência natural com os entrevistados. A condução privilegiou um ambiente de diálogo aberto, no qual o roteiro funcionou apenas como guia, permitindo que as falas se desdobrassem em torno de temas espontâneos abordados pelos entrevistados. Essa escolha metodológica se apoia na ideia de que o ato de ouvir é também um ato de legitimação de saberes, reconhecendo no discurso dos moradores uma forma de leitura e interpretação do espaço urbano.

O conjunto é formado por oito entrevistas, envolvendo moradores de distintas idades, ocupações e níveis de envolvimento comunitário. A heterogeneidade da amostra foi intencional, buscando representar diferentes perspectivas: desde lideranças locais até moradores que participam de maneira mais discreta da vida coletiva. Essa diversidade é essencial para compreender a pluralidade de práticas e percepções que constroem o bairro em seu cotidiano.

O roteiro de entrevistas foi estruturado a partir de cinco eixos temáticos que orientaram a conversa e que dialogam diretamente com os conceitos teóricos apresentados no Capítulo 1 desta pesquisa. Cada eixo foi pensado como um campo de leitura da relação entre indivíduo, coletividade e território. São eles:

1. Relação com o bairro e com a comunidade local: Este eixo buscou compreender a trajetória pessoal de cada entrevistado e sua percepção sobre o bairro enquanto espaço de pertencimento. Foram exploradas questões como tempo de moradia, vínculos afetivos, redes de vizinhança e memória coletiva. O objetivo era captar o sentimento de enraizamento e as formas simbólicas de identificação com o lugar.

2. Formas de participação e representação: Procurou-se identificar como os moradores se organizam coletivamente, seja por meio de associações, iniciativas religiosas, esportivas ou políticas, e como percebem a existência, ou ausência, de mecanismos de representação formal. Este eixo evidencia as articulações locais e os limites da participação popular dentro das estruturas institucionais.

3. Percepções sobre o poder público: Aqui se buscou compreender a relação dos moradores com as instâncias governamentais e seus agentes, como vereadores, prefeitura, serviços municipais. As falas revelam o nível de confiança, expectativa e frustração diante da atuação do Estado, além de expor as lacunas de comunicação e de presença institucional no território.

4. Infraestrutura e serviços públicos: Esse eixo abrangeu questões relacionadas à qualidade da urbanização e aos equipamentos coletivos disponíveis, como pavimentação, iluminação, saneamento, coleta de lixo, transporte, saúde e educação. As respostas ajudam a compreender como a precariedade ou ausência desses serviços influencia o modo de vida e as percepções sobre pertencimento e desigualdade.

5. Práticas de apropriação e transformação do espaço público: Por fim, este eixo tratou das ações diretas dos moradores sobre o espaço: mutirões, reformas,

ocupações e criações de áreas de convivência. São práticas que expressam a produção informal e coletiva do espaço urbano, demonstrando como o cotidiano se torna campo de resistência, criatividade e construção simbólica.

Esses cinco eixos não se apresentaram de forma isolada nas entrevistas. Ao contrário, entrelaçaram-se continuamente, revelando uma compreensão complexa e embasada na experiência de vida do território. A partir deles, foi possível identificar tanto os aspectos materiais das carências urbanas quanto os significados imateriais do morar e do pertencer.

O quadro 3 a seguir sintetiza as informações básicas sobre os entrevistados, mantendo o anonimato conforme os princípios éticos da pesquisa.

Quadro 3 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado(a)	Gênero	Idade aproximada / geração	Ocupação / papel social	Tempo de moradia no bairro (aproximadamente)	Grau de envolvimento com o bairro	Observações relevantes
Entrevistado 01	Fem	Idosa (60–70 anos)	Dona de casa, trabalhadora informal	50 anos	Muito envolvimento (liderou abaixo-assinado e mobilizações pela pavimentação e drenagem da rua)	Relata descrença na prefeitura, mas representa resistência e ação coletiva espontânea
Entrevistado 02	Fem	Adulto (40–50 anos)	Dona de casa	7 anos	Baixo envolvimento (pouca participação em iniciativas coletivas)	Relata descrença na prefeitura e distanciamento da política local
Entrevistado 03	Fem	Idosa (60–70 anos)	Dona de casa	40 anos	Baixo envolvimento (pouca participação em iniciativas coletivas)	Relata descrença na prefeitura e distanciamento da política local

Entrevistado 04	Masc	Adulto (40–50 anos)	Coordenador da APOV, missionário, músico	15 anos	Muito envolvimento (coordena uma instituição social do bairro)	Representa a dimensão institucional e comunitária das apropriações; fala sobre o papel social da APOV
Entrevistado 05	Masc	Adulto (40-50 anos)	Vereador, servidor público, ex-aluno da APOV	Morador nativo	Muito envolvimento (articula ações políticas e esportivas no bairro)	Representa a mediação política e comunitária; reconhecido como liderança local
Entrevistado 06	Fem	Idosa (60–70 anos)	Comerciante (dona de bar e armazém)	45 anos	Médio envolvimento (criou uma “pracinha” em frente ao seu comércio)	Figura respeitada, exemplo de apropriação espontânea do espaço público
Entrevistado 07	Masc	Idoso (60–70 anos)	Pedreiro	40 anos	Envolvimento pontual (buscou o prefeito pessoalmente para solicitar iluminação)	Representa o morador trabalhador que vivencia a descrença institucional e cria soluções práticas
Entrevistado 08	Fem	Jovem adulta (20–30 anos)	Atendente de Caixa	Moradora nativa	Baixo envolvimento institucional, mas percepção crítica sobre infraestrutura e saúde	Mostra a visão da geração mais nova, conectada, mas distante da política local

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A leitura conjunta desse grupo de interlocutores revela um mosaico social heterogêneo, que combina moradores fundadores, lideranças comunitárias, comerciantes e jovens habitantes. As falas expressam, de modo transversal, o entrelaçamento entre vida cotidiana, carências urbanas e estratégias locais de organização, compondo um retrato denso das formas de viver e produzir o bairro. Em síntese, as entrevistas permitiram acessar a dimensão sensível do planejamento,

revelando como o espaço urbano é continuamente recriado por ações e narrativas que emergem da base social. O que se escuta, portanto, não é apenas o relato de moradores, mas a voz um território que produz sua própria ordem, sua própria estética e seus próprios meios de vida e modos de resistência.

3.2.2. Práticas de apropriação, resistência, cuidado e pertencimento

Seguindo a metodologia proposta, foram identificados possíveis eixos temáticos e a partir deles foram selecionados fragmentos de fala como unidade de registro. A análise das entrevistas revelou um conjunto de narrativas que expõem, de maneira sensível, o modo como os moradores de Nova Viçosa constroem e transformam o território a partir de suas próprias experiências. As falas transcritas não se limitam a descrições de problemas urbanos ou carências materiais, mas trazem à tona valores, afetos e estratégias de enfrentamento que constituem o que aqui se compreende como produção social do espaço.

Os relatos revelam um bairro constantemente (re)feito pelas mãos e pelas intenções de seus habitantes. A ausência do Estado, longe de significar imobilidade, impulsiona práticas de reorganização cotidiana, nas quais o cuidado, a solidariedade e a resistência se tornam ferramentas de manutenção da vida comunitária.

A seguir, os trechos foram organizados em quatro eixos: apropriação, resistência, cuidado e pertencimento de forma a destacar as dimensões complementares que estruturam as ações e percepções observadas em campo.

3.2.2.1. Práticas de apropriação do espaço

As práticas de apropriação se manifestam como gestos de uso e transformação física do ambiente, realizados por iniciativa dos próprios moradores. Elas incluem desde mutirões de limpeza e pavimentação até a criação de pequenas praças ou jardins improvisados. Essas ações evidenciam a potência criativa do cotidiano e da articulação coletiva e revelam uma lógica de planejamento informal, orientada por necessidades concretas e pela afetividade com o lugar.

“A água da rua descia e entrava nessa varanda, tinha que tirar a água de caneca. A prefeitura não fez nada, então eu tive que desmanchar uma cerca viva que tinha ali, comprei uns cem blocos e sempre na hora do almoço eu vinha pra cá, pagava um

rapaz pra entijolar pra mim, e fizemos um murinho no canto da rua pra conter a água.” (Entrevistado 01)

“O passeio foi a gente que fez, juntou a família, comprou as coisas...esse banquinho de tábua a mesma coisa. Meu irmão, com o dinheiro dele. A lixeira ali, foi a gente que fez também...meu marido achou essa carcaça de geladeira perto da horta dele, pegou e trouxe pra cá. Hoje todo mundo usa.” (Entrevistado 03)

“Fizemos aqui também, essa barra de apoio, pra eu segurar e chegar no portão. Eu tenho problema pra andar e não consigo descer aqui. Foram meus filhos que fizeram porque eu cai a pouco tempo, quebrei o braço e tive que operar.” (Entrevistado 02)

“Depois a gente até acabou de fazer a calçada aqui da frente, como fizeram lá, demos um jeito de organizar aqui e a gente mesmo fez ali. A calçada aqui da frente foi a gente que fez, a lixeira na frente da APOV, foi a gente que colocou.” (Entrevistado 04)

“O Adão Galo que foi um ícone do bairro. Ele que começou com a festa das crianças. Ele ia do jeito dele, pedia ajuda pro pessoal, pedia ajuda político, fazia o que dava e no final dava um festão. Brinquedo, bala, tudo...comida, baile.” (Entrevistado 05)

“...os meninos ficavam jogando bola no meio da rua.” (Entrevistado 05)

“Este lote aqui, onde hoje é a pracinha, não era nada...as pessoas deixavam lixo aqui. Aí vinha cachorro, cavalo e revirava tudo. O cheiro era terrível e dava muito bicho. Era horrível e acabava vindo para mercearia. Um dia, eu limpei tudo e comecei a vigiar. Falei que era proibido jogar lixo ali a partir daquele dia, inventei uma história (risos). Eu brigava com todo mundo e aos poucos fui arrumando, colocando um banquinho, uma planta e as pessoas começaram a respeitar.” (Entrevistado 06)

“Eu fiz tudo sozinha, os brinquedos para as crianças, paguei marceneiro e serralheiro com o meu dinheiro. O que eu dava conta de fazer, eu mesma fazia. Esses “quiosques” que você tá vendo aí, isso é antena parabólica que eu forrei com lona.” (Entrevistado 06)

“Na rua onde eu moro, o lixo não passa...os moradores da rua precisam levar até a esquina pro caminhão pegar. O negócio é que a gente colocava no chão e vinha cachorro, cavalo e revirava tudo, era muito ruim. Aí tem um vizinho que é marceneiro, ele comprou umas tábuas e fez um lixo na esquina. Aí, hoje, todo mundo da rua coloca lá e bicho não mexe. Ficou muito bom!” (Entrevistado 07)

“As lixeiras que tem, é os moradores que colocam. Muita gente põe tambor, igual ali do lado.” (Entrevistado 08)

“Essa varanda aqui, foi o dono da padaria que fez. Juntou os amigos e fez. Eles ficam aqui, vem cá e bebe aqui. Cada um juntou e foi por conta deles, material e tudo. A mão de obra foi cada um ajudar um pouquinho.” (Entrevistado 08)

Os exemplos acima ilustram um modo de agir que extrapola o papel de “usuário” e assume o de agente produtor do espaço urbano, revelando a autogestão como resposta prática à ausência do poder público. Tais gestos configuram uma apropriação ativa, onde o morador não apenas ocupa o espaço, mas o redefine de acordo com sua lógica de convivência e pertencimento.

As práticas de apropriação do espaço observadas nas narrativas dos moradores revelam formas cotidianas de produção do urbano que escapam à lógica formal do planejamento. Ao intervir diretamente nas ruas, nas calçadas, nas áreas comuns e nos espaços de convivência, os moradores não apenas “ocupam” o espaço, mas o ressignificam, atribuindo usos, sentidos e funções que emergem de necessidades concretas da vida cotidiana. Trata-se de uma apropriação que não é neutra: ela expressa, ao mesmo tempo, a ausência de políticas públicas eficazes e a capacidade local de criação de soluções informais e adaptativas.

Nesse processo, o espaço público deixa de ser percebido apenas como um suporte físico e passa a ser entendido como extensão do espaço doméstico e da vida comunitária. A rua, a esquina, o terreno vazio ou a área improvisada de convivência tornam-se lugares de encontro, de circulação de afetos e de organização social, configurando uma territorialidade construída “de baixo para cima”. Essas práticas tensionam a fronteira entre o público e o privado, revelando uma urbanidade marcada pela mistura entre necessidade, improviso e invenção.

Ao mesmo tempo, a apropriação cotidiana do espaço também evidencia as desigualdades no acesso ao direito à cidade. A produção informal do espaço não se dá por escolha, mas como resposta à precariedade das condições urbanas e à escassez de equipamentos e infraestruturas adequadas. Assim, as ações dos moradores podem ser lidas tanto como formas de autonomia territorial quanto como indícios da transferência, para a esfera comunitária, de responsabilidades que seriam do poder público. A apropriação, nesse sentido, é simultaneamente expressão de agência e sintoma de desigualdade estrutural.

3.2.2.2. Resistência e enfrentamento da ausência institucional

Em muitos depoimentos, a relação com o poder público é marcada pela descrença, pela espera e, ao mesmo tempo, pela resistência. A resistência não se expressa apenas em discursos de oposição, mas na insistência em permanecer, reivindicar e resolver o que o Estado não resolve. Atitudes cotidianas sustentadas pela experiência e pela necessidade.

“Meu menino tinha problema de bronquite. Várias vezes, a gente saía daqui de madrugada, não tinha condição de pagar um taxi, não tinha lotação...a gente saía de madrugada, meu marido carregando o meu menino até o Hospital São Sebastião para consultar. Foi um sofrimento!” (Entrevistado 01)

“Quando chove, a água entra dentro das casas! Eu falei com a minha colega, que mora ali embaixo, falei com ela: “Vamos correr atrás e vamos resolver esse negócio...se ninguém quiser resolver, a gente corre atrás!” Aí a gente foi e eu passei de rua em rua, fiz um abaixo assinado.” (Entrevistado 01)

“Nós pedimos, eu pedi na prefeitura. Eu falei com eles: nós queremos rede pluvial, boca de lobo, a rua precisa...a gente está sendo prejudicado com a água.” (Entrevistado 01)

“Na hora do voto, eu tô esperando a hora que chegar aqui na minha porta pedindo voto... vou falar assim: “Eu te dou meu voto, sim, mas vocês vão arrumar minha rua primeiro. Vou vender meu voto!” (Entrevistado 01)

“Coisa que a prefeitura podia fazer. Agora você pensa bem, a gente fica nesse sofrimento e eles não estão nem aí pra nós.” (Entrevistado 01)

“Ah, não sei...tinha Presidente de bairro aqui, nem sei, mas eu falo a verdade, eu nem sei se tem mais. Aqui é nós mesmo que mantemos.” (Entrevistado 02)

“Não procuramos a prefeitura. Não adianta. Perder tempo à toa, correndo atrás deles, fazer raiva na gente.” (Entrevistado 03)

“Ah, porque a prefeitura não faz, tem que fazer, né?” (Entrevistado 02)

“Agente de saúde não passa, nunca passou na minha casa.” (Entrevistado 03)

“Eles procuram a gente muito, quando é ano de eleição. Passou a eleição, eles nem olha pra cara da gente, não.” (Entrevistado 02)

“Ah, aqui em Nova Viçosa tá bem difícil, Nossa Senhora.” (Entrevistado 03)

“Eles disseram (a prefeitura) que sabiam o que era melhor para Nova Viçosa. Então eu vejo um descaso. É muito aquilo “o povo precisa disso”, mas quem que está falando que o povo precisa disso? Tem muito esse discurso, o Nova Viçosa é tido muito como objeto de briga política eles estão sempre falando do Nova Viçosa. Mas quem é que representa mesmo Nova Viçosa? Eu tenho minhas dúvidas se representa mesmo. (Entrevistado 04)

“Mas o que tem mais reclamação ainda é questão da pavimentação. Essas 18 ruas que tem lá que quando chove é terrível. E outra questão lá, hoje melhorou um pouco, é a questão da Cemig, lá faltava muita luz. Viçosa falta muita luz, a Cemig é terrível. Então tem esse problema também.” (Entrevistado 05)

“Pra conseguir alguma coisa da prefeitura é tudo a base de pedir, ir lá e pedir, pelo amor de Deus...encher o saco mesmo. As vezes eles vêm e fazem alguma coisa.” (Entrevistado 06)

“Tem que aproveitar época de eleição, que aí vem aos montes perguntando o que a gente tá precisando.” (Entrevistado 06)

“Eu não confio nesse povo da prefeitura. Lá na rua não tem poste. Nós fomos lá na sala do prefeito pedir. Ele conversou com a gente pessoalmente. Já vão oito meses e até agora nada! Eles fazem muito pra quem tem dinheiro. Tem rua no Centro que vira e mexe eles estão mexendo, mas a rua já tem iluminação. Mas eu entendo, se eu te chamar pra trabalhar e um outro te chama e paga mais, você vai no que paga mais.” (Entrevistado 07)

“O posto de saúde é muito ruim. Você tem que ir para fila de madrugada, tem cinco fichas, ninguém consegue. Eu já larguei pra lá, se eu preciso de alguma coisa, vou no Centro.” (Entrevistado 07)

“A nossa saúde, assim, não é 100%, não. Aqui tem o PSF, né? Aqui em Nova Viçosa, mas o atendimento, muita coisa pode melhorar [...] os médicos, tem que pegar ficha, ir cedo pra pegar ficha, essas coisas. E sem ficha, não tem atendimento.” (Entrevistado 08)

Essas narrativas revelam que a resistência se materializa menos como enfrentamento direto e mais como persistência organizada, baseada em redes de vizinhança, fé e solidariedade. Mesmo diante da descrença institucional, há um sentido de coletividade que garante a continuidade das práticas urbanas.

As falas dos moradores evidenciam que a formação política no território se constrói sobretudo a partir da experiência cotidiana com a precariedade dos serviços urbanos e das interações diretas com o poder público. Observa-se uma politização pragmática, marcada tanto por iniciativas coletivas, como a organização de abaixo-assinados e a circulação entre vizinhos para reivindicar melhorias, quanto por estratégias individualizadas de negociação com agentes institucionais.

Nesse contexto, o clientelismo emerge menos como adesão normativa e mais como linguagem política aprendida diante de um Estado percebido como seletivo e distante, no qual o acesso a direitos tende a ser interpretado como resultado de pedidos insistentes, relações pessoais ou trocas eleitorais. Ao mesmo tempo em que

as entrevistas revelam forte desconfiança nas instituições representativas, essa percepção coexiste com leituras críticas sobre desigualdades territoriais e disputas políticas em torno do bairro. Ao lado de práticas de barganha e de descrédito institucional também emergem formas de consciência crítica e de articulação de ações coletivas, que evidenciam processos autônomos de construção de cidadania a partir das margens.

3.2.2.3. Cuidado e manutenção cotidiana

O cuidado aparece como categoria transversal às demais. Ele se manifesta tanto no zelo físico pelos espaços comuns quanto nas relações interpessoais que sustentam o tecido comunitário. Nas falas, o cuidado se expressa em ações pequenas como varrer a rua, plantar uma árvore, pintar um muro, mas também em atitudes simbólicas de acolhimento e responsabilidade coletiva.

“A gente precisa falar, para ver se dá uma melhorada no bairro, o nosso bairro precisa de uma melhorada, pois é um bairro muito carente. Se você andar aí, você vai ver a carência. Então não é por mim, não falo por mim, eu graças a Deus tenho meu teto..., mas e aquela pessoa que não tem condição? Aquela pessoa que está lutando para sobreviver?” (Entrevistado 01)

“Dona Maria ali, coitada. Com problema sério de coração, coitada. Tem que subir esse morro numa dificuldade danada para pegar p ônibus lá em cima, sendo que podia descer aqui. Entendeu?” (Entrevistado 01)

“Aqui, é nós mesmo que mantemos [...]. Esse banquinho era outro que já estava ruim e a gente fez outro. Aqui não tem nada de prefeitura, tem auxílio de Deus.” (Entrevistado 03)

“Aquela árvore, ele cuida, corta, por que se depender da prefeitura, eles não cortam.” (Entrevistado 01)

Depois eu falei assim, ah, boba, não vamos complicar as coisas não. Aí piora as coisas. Aí nós tentamos fazer do nosso jeito. [...] No lugar deles ali, eles que ajeitou ali no passeio.” (Entrevistado 01)

“O que eu posso ajudar, eu vou ajudando. Entendeu? Eu tento ajudar do meu jeito, porque eu não tenho muitas condições, mas o pouco que eu tenho, eu quero dividir com meus irmãos. Entendeu?” (Entrevistado 01)

“Essa praça é meu xodó! Eu compro tinta, faço os brinquedos. Cuido mesmo! Se tem menino fazendo bagunça, eu chamo atenção. Eu não deixo usar droga aqui...outro dia, de noite, sentou dois aqui pra usar droga, eu vi lá da minha janela e gritei, falei que não podia. Eles saíram, a maioria me conhece, eles me respeitam.” (Entrevistado 06)

“Precisava roçar, eu chamei alguém, essa pessoa não veio, eu mesma decidi capinar. Se quebra alguma coisa, eu conserto, pinto, ajeito.” (Entrevistado 06)

“A lixeira foi uma boa. Agora a rua fica limpa, organizada.” (Entrevistado 07)

“Os moradores também tem que ajudar, né, porque senão fica difícil.” (Entrevistado 08)

Esses gestos de manutenção cotidiana revelam a dimensão ética do morar, associando a noção de pertencimento à de cuidado partilhado. O espaço público, nesse sentido, é percebido como extensão do lar, um espaço doméstico ampliado que abriga relações de afeto e cooperação, e que também revela a instituição informal de regras e contratos de uso.

As práticas de cuidado mencionadas pelos moradores revelam uma dimensão fundamental da produção cotidiana do território: a manutenção da vida e da dignidade em contextos de precariedade. O cuidado aparece não apenas como ação individual, mas como prática relacional, construída em redes de vizinhança, apoio mútuo e solidariedade. Cuidar do outro, da rua, do entorno e dos espaços comuns constitui uma forma de sustentação da vida coletiva que supre, em grande medida, as lacunas deixadas pelo poder público.

Essas práticas apontam para uma ética do cuidado territorial, na qual o espaço urbano é entendido como responsabilidade compartilhada. O ato de varrer a frente da casa, zelar por uma área comum, ajudar um vizinho em situação de vulnerabilidade ou organizar ações comunitárias não é apenas uma resposta funcional à ausência de serviços, mas também um gesto simbólico de pertencimento e de reconhecimento mútuo. O cuidado, assim, produz vínculos, fortalece laços comunitários e contribui para a construção de uma identidade coletiva do bairro.

No entanto, assim como nas práticas de apropriação, o cuidado comunitário também revela ambiguidades. Embora fortaleça redes locais e produza um sentimento de coletividade, ele pode naturalizar a precariedade quando passa a substituir permanentemente a ação estatal. A internalização da ideia de que “a gente que tem que dar conta” aponta para um processo de responsabilização das próprias comunidades pela manutenção de condições mínimas de vida urbana. Dessa forma, o cuidado se inscreve num campo tensionado entre solidariedade e sobrecarga social, onde práticas de proteção da vida convivem com a normalização da ausência institucional

3.2.2.4. Sentimento de pertencimento e identidade com o lugar

O pertencimento emerge como fio condutor de todas as narrativas. Mesmo entre os entrevistados que relatam insatisfação com a infraestrutura ou a atuação política, o vínculo afetivo com o bairro se mantém como referência identitária. O sentimento de “ser de Nova Viçosa” aparece como uma forma de afirmação simbólica e de resistência cultural diante da precariedade urbana.

“Aqui, vizinho é o “chá da horta”! Sempre combinamos com nossos vizinhos. Aqui, a gente vive pelos vizinhos. Às vezes eles fazem compra, eu recebo a compra pra eles. A gente vai se ajudando.” (Entrevistado 01)

“Eles sempre ficam ali tomando sol. Às vezes, tem dia de domingo que senta todo mundo ali. Aqui é bom, a convivência é muito boa, Graças a Deus. A gente não tem malquerença com ninguém.” (Entrevistado 01)

“Esse banco, no final de domingo, à tarde, eu e minhas irmãs, todo mundo vem pra cá sentar...a gente bate um papinho. As vezes tá fazendo calor demais, a gente senta aqui à noite.” (Entrevistado 02)

“Eu sou daqui. Eu gosto daqui...todo mundo, assim, junto. É uma relação boa que eu tenho com a bairro e com a comunidade.” (Entrevistado 08)

“Eu sou criado no Bairro. Eu cheguei ali com seis anos de idade, a gente vive o dia-a-dia do Nova Viçosa, participando de vários movimentos, buscando melhorias no nosso bairro.” (Entrevistado 05)

“Não me considero como um, como é que eu posso dizer como os moradores daqui que vem, que constrói a vida, porque eu vim por um viés diferente. Não escolhi estar em Nova Viçosa por Nova Viçosa. Eu escolhi estar porque era um meio de estar na comunidade, então a minha primeira escolha é a comunidade, mas eu sou muito feliz de estar aqui, eu acho que é um lugar onde eu e minha família, a gente, se de repente a gente não tivesse a comunidade da Pequena Via hoje...” ah, a comunidade pequena via vai fechar”, talvez a gente continuasse por aqui, entendeu? Porque a gente sente tranquilidade, já conhece muita gente.” (Entrevistado 04)

“Moro aqui tem 45 anos. Eu moro aqui, eu trabalho aqui. Conheço todo mundo.” (Entrevistado 06)

“Eu tô aqui tem 40 anos. Eu gosto daqui. Tem coisas boas e tem coisas ruins. Não tenho problema com os vizinhos.” (Entrevistado 07)

“Eu sou daqui. Eu vejo senso de comunidade. Todo mundo junto. É uma relação boa que eu tenho. Eu gosto daqui.” (Entrevistado 08)

Esse pertencimento se relaciona com a memória coletiva e com a produção de significados que sustentam o senso de comunidade. Mais do que um vínculo territorial, ele expressa um modo de viver e de narrar o espaço, no qual o cotidiano se transforma em campo de convívio, partilha e de criação identitária.

O pertencimento ao bairro, tal como emerge nas narrativas dos moradores, não se constrói apenas a partir da permanência física no território, mas sobretudo por meio de vínculos afetivos, memórias compartilhadas e experiências de enfrentamento coletivo. O sentimento de “ser de Nova Viçosa” está fortemente associado à trajetória de luta, às dificuldades enfrentadas e às formas de convivência que se consolidaram ao longo do tempo. Assim, o pertencimento não é dado, mas produzido no cotidiano, a partir de relações sociais e práticas espaciais reiteradas.

Esse pertencimento, contudo, não se expressa de maneira homogênea. As entrevistas revelam que o vínculo com o lugar pode coexistir com sentimentos de frustração, cansaço e, por vezes, desejo de afastamento, especialmente diante da persistência de carências estruturais. Amar o bairro não significa idealizá-lo, mas reconhecê-lo como espaço de vida possível, onde se constroem redes de apoio, histórias pessoais e formas de reconhecimento social. O pertencimento, nesse sentido, é ambivalente: é feito de afeto, mas também de conflito e de crítica.

Além disso, o vínculo territorial aparece como um elemento central na construção de identidades coletivas e na disposição para a ação. O sentimento de pertencimento fortalece a motivação para cuidar, resistir e se apropriar do espaço, articulando-se diretamente com os outros eixos analíticos. Dessa forma, o pertencimento não é apenas uma dimensão subjetiva do morar, mas um componente político da relação com o território, na medida em que sustenta práticas de permanência, reivindicação e produção cotidiana do espaço urbano.

A leitura cruzada desses quatro eixos demonstra que as práticas urbanas dos moradores de Nova Viçosa não se limitam à adaptação passiva a condições precárias. Elas constituem um modo ativo de planejar e produzir o espaço, pautado na solidariedade, na persistência e na experiência compartilhada. As falas revelam que o bairro é, simultaneamente, cenário de carências e de invenções, de fragilidade e de potência. Um território que se refaz continuamente pelas mãos e pelos afetos de quem o habita. As apropriações táticas do espaço urbano revelam uma forma de governança híbrida, na qual o cuidado comunitário com o espaço público emerge tanto da precarização das políticas urbanas e da falta de presença do poder público quanto de repertórios locais de ação coletiva que transformam a carência em possibilidade de organização social.

3.2.3 Produção do espaço e planejamento a partir do cotidiano: leitura crítica das narrativas dos moradores

A análise das falas dos moradores do Bairro Nova Viçosa, articulada aos autores discutidos no Capítulo 2, evidencia de forma concreta os limites estruturais do planejamento urbano quando este permanece restrito ao campo do “espaço concebido” (para retomar a tríade lefebvriana). As narrativas revelam um cotidiano marcado pela ausência seletiva do Estado, pela priorização de investimentos em áreas valorizadas da cidade e pela permanência de desigualdades socioespaciais, confirmando as leituras de Lefebvre, Harvey e Villaça sobre a produção desigual do espaço urbano no capitalismo.

As práticas relatadas pelos entrevistados, como a construção e manutenção de calçadas, a contenção improvisada de águas pluviais, a criação de espaços de convivência e o cuidado coletivo de áreas comuns, demonstram que o espaço urbano é produzido socialmente a partir do uso, da necessidade e da experiência vivida. Essas ações dialogam diretamente com a crítica de Jane Jacobs ao urbanismo tecnocrático, ao evidenciar a dissociação entre o planejamento formal e a vida cotidiana. O bairro se constrói, assim, por meio de ações que emergem do espaço percebido e vivido, em contraste com a distância do espaço concebido pelos agentes institucionais.

Mesmo quando os moradores recorrem a mecanismos formais de reivindicação, como pedidos à prefeitura, abaixo-assinados ou mobilizações pontuais, as falas indicam que essas iniciativas raramente se convertem em transformações efetivas do território. Tal lacuna evidencia que a participação institucional, quando não altera as estruturas de poder que orientam a produção do espaço urbano, tende a assumir um caráter meramente consultivo. Essa constatação reforça a crítica de Harvey à urbanização subordinada à lógica do capital e ao esvaziamento político dos processos participativos.

Nesse sentido, o planejamento urbano tradicional, conforme discutido no item 2.2, permanece operando a partir de uma lógica centralizada, tecnocrática e distante da realidade cotidiana. As narrativas revelam que, mesmo após os avanços institucionais associados à redemocratização e à incorporação de princípios participativos, o planejamento urbano segue marcado por práticas hierárquicas e seletivas. A atuação do poder público é percebida como esporádica, pouco

transparente e frequentemente condicionada a interesses políticos, confirmando as análises de Villaça e Maricato sobre a produção desigual do espaço urbano no Brasil.

Essa experiência cotidiana de distanciamento em relação às instâncias institucionais dialoga com a leitura de Milton Santos (2007), segundo a qual a cidadania brasileira é atravessada por uma democracia incompleta, na qual os sujeitos raramente se reconhecem como participantes plenos da vida política. O ceticismo em relação a audiências públicas, reuniões ou canais formais de participação, recorrente nas falas, reforça a percepção de uma participação tolerada, mas esvaziada de poder decisório. Tal dinâmica aproxima-se da crítica de Souza (2010), que aponta para a permanência de uma estrutura de planejamento que admite a participação apenas nos limites em que ela não ameaça as hierarquias estabelecidas.

A urbanização corporativa descrita por Santos (2013) também se manifesta nas narrativas, sobretudo na percepção de que os investimentos urbanos seguem interesses externos ao bairro, enquanto demandas básicas permanecem negligenciadas. Esse afastamento da população da agenda política urbana reforça o diagnóstico de alienação e despolitização do planejamento, no qual o espaço é produzido prioritariamente para atender às lógicas do capital. Nesse contexto, as críticas de Rodrigues (2005), Fernandes (2013) e Oliveira, Lopes e Sousa (2018) à aplicação prática do Estatuto da Cidade encontram forte ressonância empírica, uma vez que os instrumentos participativos relatados se mostram fragmentados, pouco transparentes e incapazes de incorporar o conhecimento cotidiano da população.

A crítica de Villaça (2005) às “ilusões do plano diretor” emerge com clareza nas falas, que descrevem processos participativos próximos a rituais de escuta, nos quais decisões previamente tomadas são apenas legitimadas por consultas formais. Essa dinâmica contribui para o afastamento emocional e identitário dos moradores em relação às instituições participativas, conforme descrito por Lüchmann, Amorim e Borba (2025), e reforça a percepção de que a gestão democrática permanece, em muitos casos, restrita ao plano da formalidade institucional.

Diante desse cenário, a decisão recorrente de “fazer por conta própria” não expressa despolitização, mas a apropriação concreta do direito à cidade, entendido, à luz de Lefebvre (2001), como direito ao uso e à transformação do espaço urbano. As práticas cotidianas descritas nas falas configuram respostas diretas às falhas do planejamento tradicional e evidenciam a capacidade (ou mesmo necessidade) dos moradores de produzir soluções ajustadas às suas necessidades. Longe de

representarem desordem ou improvisação, essas ações revelam racionalidades urbanas próprias, baseadas no uso, no cuidado e na permanência.

A distinção proposta por Michel de Certeau (1998) entre estratégias e táticas oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender essas práticas.

Os entrevistados não abordam estratégias de atuação no território, que corresponderiam ao planejamento formal e aos instrumentos do Estado (planos, normas e projetos). Evidenciam, por outro lado, a predominância da atuação tática: ações situadas, improvisadas e reiteradas no tempo, construídas em espaços de ambiguidade normativa, realizadas por sujeitos que não detêm poder institucional, mas que operam nas brechas do sistema dominante. Mutirões, adaptações improvisadas e cuidados cotidianos com o espaço público revelam uma verdadeira “arte de fazer” urbana: microrresistências e invenções práticas que se apropriam do espaço, ressignificam seus usos e reinventam suas regras na prática cotidiana.

Essas táticas não se configuram como atos isolados. Conforme relatado pelos entrevistados, elas se sustentam em redes de vizinhança, acordos implícitos e formas de cooperação que conferem legitimidade social às intervenções. Essa dinâmica dialoga com a noção de informalidade embutida proposta por Harris (2018), segundo a qual práticas informais se organizam coletivamente e se tornam estruturantes da urbanização local. Tal leitura é reforçada por Anyamba (2011), ao demonstrar que a informalidade não deve ser automaticamente associada à ilegalidade ou à desordem, mas compreendida como resposta pragmática à ausência, à lentidão ou à inadequação das políticas públicas.

Nesse contexto, o bairro se constrói a partir do que Oropeza (2010) identifica como práticas alternativas de desenvolvimento local, baseadas em solidariedade, protagonismo comunitário e valorização das capacidades existentes no território. As falas revelam que, diante das limitações do modelo urbano hegemônico, os moradores produzem soluções ancoradas no cotidiano, demonstrando criatividade e potência transformadora. Essas ações constituem o próprio fundamento da reprodução da vida urbana no bairro.

A apropriação do espaço público descrita nas entrevistas também dialoga com a leitura de Schlack e Araújo (2022) sobre o espaço público latino-americano como arena de disputa, resistência e auto-organização. Os espaços relatados não correspondem ao ideal clássico de espaço público formalmente planejado, mas a territórios produzidos socialmente, nos quais a materialidade urbana, bancos

improvisados, áreas cuidadas coletivamente e adaptações espontâneas, reforça vínculos de pertencimento e sociabilidade.

Essa leitura se aprofunda quando articulada ao conceito de “homens lentos” de Milton Santos (2006). As falas revelam sujeitos que vivem a cidade em um tempo não hegemônico, marcado pela permanência, pelo cuidado e pelo uso reiterado do espaço, que também passa a ser constituído pelas marcas deixadas pelo uso cotidiano. Privados do acesso pleno à cidade formal, esses moradores produzem usos alternativos que tensionam a lógica dominante do fluxo, da eficiência e da mercantilização do urbano, transformando efetivamente o espaço e atribuindo às apropriações cotidianas um potencial transformador.

É nesse ponto que o conceito de planejamento alternativo, mobilizado neste trabalho, ganha densidade empírica. As falas demonstram que as ações espontâneas não devem ser compreendidas como ausência de planejamento, mas como expressão de racionalidades urbanas legítimas. Todo esse conhecimento e esses modos de atuação e produção do espaço poderiam ser incorporados ao campo do planejamento urbano, transformando-o. O planejamento alternativo emergiria, assim, a posteriori, como leitura crítica dessas práticas, reconhecendo sua importância enquanto formas situadas de produção da cidade. Essa compreensão dialoga com a noção de planejamento radical de Friedmann (1987), ao reconhecer que o conhecimento urbano legítimo é produzido na prática cotidiana e nas experiências coletivas.

Complementarmente, a perspectiva de Healey (1997) permite compreender essas práticas como parte de um processo relacional de produção do espaço, no qual o planejamento atuaria como mediação interpretativa, e não como controle técnico. As narrativas revelam que a cidade é resultado de negociações contínuas entre usos, necessidades e possibilidades, e não pode mais ser pensada como produto de um projeto baseado apenas em questões técnicas ou saberes disciplinares.

As falas dos entrevistados também evidenciam que o espaço urbano do bairro é vivido para além de sua mera funcionalidade, embora a melhoria da funcionalidade seja uma reivindicação constante dos moradores. Trata-se de uma concepção mais próxima daquela proposta por Santos e Vogel (1985), na qual a rua se configura como extensão da casa. Práticas como sentar-se nas calçadas, conversar com vizinhos, permitir que crianças brinquem na rua ou realizar pequenas atividades comerciais no espaço público imediato à moradia revelam uma vida social ativa e reforçam laços comunitários que encontram um lugar fértil justamente porque o espaço público não

está completamente regido por regras funcionais de uso, o que abre a possibilidade da livre apropriação.

Essa vivência cotidiana dialoga diretamente com o conceito de Urbanismo Cotidiano, formulado por Margaret Crawford (2004). As práticas relatadas correspondem a pequenas transformações incrementais que se acumulam ao longo do tempo, produzindo uma urbanização situada, empírica e parcial, construída nos “cantos e frestas” do ambiente urbano existente. Trata-se de uma produção do espaço baseada no uso, na observação e na experimentação, e não na aplicação de modelos normativos.

As falas também corroboram a leitura de McFarlane e Silver (2017), ao demonstrar que a cidade é construída por meio de práticas relacionais e inventivas. Arranjos improvisados, ações coletivas e formas de coordenação comunitária estruturam o cotidiano urbano, mesmo na ausência ou insuficiência da ação estatal. Essas práticas dialogam ainda com o conceito de práticas insurgentes discutido por Adebara, Adebara e Taiwo (2023), ao questionarem implicitamente a lógica modernista de segregação, funcionalização e controle do espaço.

Nesse cenário, o Urbanismo DIY, conforme proposto por Talen (2015), aparece como chave interpretativa para compreender intervenções espontâneas e de pequena escala realizadas fora das instituições formais, mas com efeitos significativos na qualidade do espaço urbano. Nesse sentido, as falas também indicam a possibilidade e a potencialidade de um modelo híbrido de planejamento, no qual estratégias *bottom-up* e *top-down* coexistam, permitindo o reconhecimento e a incorporação das práticas produzidas no cotidiano.

Por fim, os depoimentos revelam que o desenvolvimento do bairro ocorre de maneira situada, profundamente enraizada na história local, na cultura e nas relações sociais estabelecidas entre os moradores. Não se trata de um desenvolvimento homogêneo ou replicável, mas de um processo singular, construído a partir das práticas diárias e das estratégias de convivência e sobrevivência. Assim, as falas confirmam que o urbanismo cotidiano não é apenas resposta à ausência do Estado, mas uma forma ativa de produzir cidade, fortalecer o pertencimento e ampliar a percepção do direito à cidade. Ao mesmo tempo, evidenciam os limites do planejamento participativo tradicional, que, ao não reconhecer plenamente essas práticas, perde a oportunidade de aprender com a inteligência coletiva já presente no território.

4. CAPÍTULO III - Ciência de dados aplicada ao urbanismo alternativo?

Quando pensamos no planejamento urbano a partir da lógica do poder público, nos indagamos a respeito de práticas que poderiam colaborar com a consolidação de planejamentos capazes de incorporar as apropriações espontâneas do espaço público, reconhecendo sua importância e fortalecendo-as.

Dentre essas práticas, destacamos aquelas associadas ao levantamento e à difusão coletiva (e descentralizada) de dados, como os mapeamentos colaborativos que têm o potencial de servir como base para a consolidação de políticas públicas mais ancoradas nas dinâmicas cotidianas dos espaços urbanos, desde que articulados a processos institucionais, políticos e sociais mais amplos.

Nesse sentido, as experiências de cartografia social e cartografia participativa constituem importantes referências teóricas e metodológicas para compreender o mapeamento não apenas como uma ferramenta técnica, mas como um processo social e político. Conforme discutido por Santos (2011), as chamadas “novas cartografias sociais” emergem como práticas contra hegemônicas de representação do território, apropriadas por grupos e movimentos sociais como instrumentos de visibilização de conflitos, afirmação identitária e fortalecimento de lutas por direitos. Nessas experiências, o mapa deixa de ser exclusivamente um produto elaborado por técnicos ou pelo Estado e passa a ser construído coletivamente, incorporando saberes locais, percepções cotidianas e vivências territoriais que frequentemente são invisibilizadas nas cartografias oficiais. A cartografia social, portanto, opera não apenas como meio de representação do espaço, mas como processo pedagógico e político, capaz de fortalecer vínculos comunitários e produzir leituras alternativas sobre a cidade e o território (Dos Santos, 2011).

Por outro lado, a cartografia crítica contribui para problematizar a própria ideia de neutralidade dos mapas e das tecnologias de representação espacial. Conforme apontam os autores dessa vertente, os mapas são construções sociais atravessadas por relações de poder, escolhas políticas e interesses institucionais, participando ativamente da produção de determinadas “verdades” sobre o território (Crampton; Krygier, 2005). Assim, instrumentos cartográficos utilizados no planejamento urbano, como mapas de zoneamento, uso e ocupação do solo, áreas de risco ou infraestrutura, não apenas descrevem a cidade, mas contribuem para moldar intervenções, priorizar territórios e legitimar determinadas formas de apropriação do espaço em detrimento

de outras. Essa perspectiva crítica é fundamental para evitar uma leitura tecnicista dos mapeamentos colaborativos e das plataformas digitais, compreendendo-os como ferramentas inseridas em disputas políticas e simbólicas, cujos efeitos dependem das formas de apropriação, dos arranjos institucionais e das relações de poder em que se inscrevem (Crampton; Krygier, 2005).

Na era da informação, a produção contínua de grandes quantidades de dados, tanto estruturados quanto não estruturados, é uma realidade. A manipulação desse grande volume de informações caracteriza o conceito de *Big Data*, que está cada vez mais presente em diversos setores da sociedade (Feitosa, 2020). Essa ciência está cada vez mais sendo aplicada às políticas públicas urbanas, para ajudar a entender a dinâmica das cidades, como pode ser visto no projeto "Big Data para o Desenvolvimento Urbano Sustentável", que foi desenvolvido pela fundação Getulio Vargas, para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Entretanto, apesar dos potenciais benefícios associados à aplicação dessas tecnologias, observam-se diversos desafios, como limitações na infraestrutura urbana e institucional para coletar, tratar e transformar os dados gerados em informações socialmente relevantes. Nessas condições, parte do potencial analítico do Big Data pode não se concretizar, restringindo sua contribuição efetiva para o enfrentamento de problemas públicos e para a promoção do desenvolvimento social e econômico das cidades (Biderman et al., 2021).

São diversas as fontes que alimentam o *Big Data* e que geram grande quantidade de informações em altas velocidades e diferentes formatos. Esses dados podem ser provenientes de plataformas de redes sociais, dispositivos IoT (*internet of things*), transações comerciais, logs de sistemas e aplicações, dispositivos móveis, sensores industriais e base de dados públicos e governamentais, entre outros. A análise desses conjuntos massivos de dados oferece, assim, possibilidades de examinar como as cidades funcionam em tempo quase real e como as pessoas interagem com o espaço urbano, bem como explorar simulações e projeções de cenários futuros, ainda que tais análises não sejam capazes de abarcar, por si só, a complexidade das dinâmicas sociais urbanas.

O *Big Data* tem se mostrado uma ferramenta relevante para compreender e abordar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais de forma distinta dos métodos tradicionais de pesquisa. Iniciativas como a plataformas como o Big Data Social buscam consolidar informações de diversas fontes para a criação de indicadores que

podem subsidiar a formulação de políticas sociais mais ajustadas a contextos específicos (IRISLAB, 2024). Essas experiências indicam o potencial da análise de dados em larga escala para identificar padrões e necessidades da população, embora sua efetividade dependa da articulação com processos participativos e com a capacidade institucional de transformar diagnósticos em ações concretas.

A análise de dados também tem sido incorporada ao planejamento urbano como um dos instrumentos para apoiar a gestão do território. Segundo Kandt e Batty (2021), a crescente disponibilidade de *Big Data* possibilita novas leituras sobre as dinâmicas urbanas, contribuindo para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências empíricas. Ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) desempenham papel relevante nesse contexto, ao permitir a coleta, o processamento e a análise de informações geoespaciais (Ratti, 2011). Além disso, a integração de tecnologias da informação e comunicação nas infraestruturas urbanas contribui para o desenvolvimento de cidades inclusivas, promovendo o bem-estar das populações ao aprimorar serviços públicos e a qualidade de vida (Kandt; Batty, 2021). Portanto, a integração e análise de *Big Data* não só proporciona uma visão mais ampla e detalhada das cidades, mas também oferece a possibilidade de implementar soluções mais inteligentes, sustentáveis, seguras e participativas, favorecendo o bem-estar das populações urbanas.

No entanto, tais instrumentos não devem ser compreendidos como soluções em si mesmas, mas como componentes de processos mais amplos de planejamento e governança urbana, que envolvem disputas políticas, participação social e escolhas normativas. Assim, a integração entre tecnologias da informação, análise de dados e processos participativos pode abrir possibilidades para práticas de planejamento mais sensíveis às dinâmicas cotidianas do espaço urbano, sem que isso implique a redução da complexidade dos fenômenos urbanos a modelos exclusivamente técnicos.

4.1. Sistemas colaborativos e *crowdsourcing*

Além da análise de *Big Data*, outra abordagem que vem sendo mobilizada para compreender e intervir nas dinâmicas urbanas envolve os sistemas colaborativos e o uso de estratégias de *crowdsourcing*. Essas abordagens têm ganhado relevância nas últimas décadas por sua capacidade de envolver a participação ativa dos cidadãos e de coletar dados a partir de suas experiências cotidianas. Ambos os conceitos se articulam à perspectiva de utilização de tecnologias digitais como potenciais

mediadoras de processos de engajamento social, democratização da produção de dados e construção de respostas urbanas mais sensíveis às realidades locais, ainda que seus efeitos dependam das formas de apropriação institucional e das condições sociopolíticas em que se inserem.

Sistemas colaborativos podem ser compreendidos como plataformas digitais que buscam facilitar a interação e a cooperação entre diferentes atores, promovendo a participação ativa da sociedade em processos relacionados à gestão e ao planejamento urbano. Segundo Szpiz, Monat e Patrocínio (2022), a Web 2.0 ampliou as possibilidades de criação de plataformas digitais colaborativas, permitindo que cidadãos contribuam ativamente para a melhoria da infraestrutura urbana e para a organização de eventos comunitários. No entanto, a efetividade dessas plataformas não é homogênea e depende tanto do acesso às tecnologias quanto do reconhecimento institucional das informações produzidas pelos usuários.

Essas iniciativas indicam caminhos possíveis para a ampliação do acesso à informação e para o fortalecimento do engajamento social nos processos de gestão urbana. Aplicativos como o *Colab*, criado pela Startup de mesmo nome, com o objetivo de conectar cidadãos às prefeituras, possibilitam que cidadãos reportem problemas urbanos, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e participativa (Instituto Claro, 2017).

Essas iniciativas revelam o potencial dos sistemas colaborativos para contribuir com práticas de planejamento urbano mais abertas à participação social, podendo favorecer processos mais inclusivos e responsivos às demandas locais. O uso de sistemas colaborativos não só promove uma maior participação dos cidadãos, mas também permite a coleta de dados em tempo real, tornando a análise mais dinâmica e adaptável. Para isso, é fundamental considerar quem participa, quais vozes são amplificadas e quais permanecem marginalizadas nesses processos mediados por tecnologias digitais.

Segundo Lima e Porto (2022), o mapeamento colaborativo pode se configurar como uma ferramenta eficaz para a gestão urbana, pois permite que a população contribua ativamente com informações sobre infraestrutura, segurança e mobilidade. Além disso, cidades que adotam esses sistemas podem se tornar mais resilientes, pois a colaboração entre cidadãos, governo e outros atores urbanos cria uma rede de apoio capaz de responder rapidamente a crises e mudanças nas condições urbanas (Almança et al., 2024).

A inclusão de diferentes perspectivas e experiências também enriquece o processo de planejamento urbano, garantindo que as soluções atendam melhor às necessidades de todas as camadas da sociedade (Machado; Camboim, 2019). Contudo, essa pluralidade de vozes só se concretiza plenamente quando são enfrentadas desigualdades de acesso às tecnologias, assimetrias de poder e barreiras institucionais que limitam a participação de determinados grupos sociais.

O *crowdsourcing* é um modelo de colaboração distribuída no qual indivíduos contribuem coletivamente para a resolução de problemas, desenvolvimento de projetos ou geração de conhecimento, geralmente por meio de plataformas digitais. Esse conceito tem sido amplamente aplicado na gestão urbana, permitindo a criação de sistemas colaborativos que captam e organizam informações fornecidas pela própria população (Oliveira Queiroz; Souza Fernandes, 2019). Dessa forma, o *crowdsourcing* se insere dentro da perspectiva mais ampla dos sistemas colaborativos, pois poderia transformar dados individuais em soluções coletivas, contribuindo para uma governança mais eficiente e participativa (Junior; Lima, 2014).

No contexto urbano, essa abordagem poderia possibilitar que cidadãos atuassem mais próximos do poder público de forma coletiva, fornecendo informações sobre infraestrutura, demandas, mobilidade e serviços públicos, permitindo a criação de ferramentas digitais que podem auxiliar na tomada de decisão para o planejamento urbano (Souza; Nascimento; Magalhães, 2016).

Segundo Gallo (2016), o monitoramento colaborativo possibilita a captação de dados que os sensores tradicionais não conseguem registrar, tornando-se uma ferramenta essencial para a construção de cidades integradas, inclusivas e sustentáveis. Além disso, o avanço das tecnologias digitais tem facilitado essa colaboração, tornando possível a coleta de dados em larga escala por meio de aplicativos e plataformas online (Nicolaci-da-Costa; Pimentel, 2011).

Dessa forma, o crowdsourcing pode contribuir para processos de gestão urbana mais abertos à participação social e ao diálogo com as experiências cotidianas da população. Contudo, seus efeitos sobre a democratização da gestão urbana e sobre a melhoria da eficiência das decisões públicas dependem da existência de estruturas institucionais capazes de transformar esses fluxos de dados em políticas efetivas, evitando que tais iniciativas se restrinjam a experiências pontuais ou simbólicas de participação.

4.2. Tecnologia web e georreferenciamento

A transformação digital tem impulsionado a modernização da gestão urbana por meio da integração de tecnologias web e georreferenciamento. Essas ferramentas vêm sendo mobilizadas como instrumentos de apoio à visualização, análise e compartilhamento de dados espaciais em tempo real, ampliando as possibilidades de leitura do território urbano. A utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) possibilita o desenvolvimento de plataformas interativas que podem auxiliar processos de tomada de decisões estratégicas, otimizando a administração pública e promovendo um planejamento urbano mais eficiente (França; Marques; Valentim, 2023).

Atualmente, a integração de tecnologias web com georreferenciamento tem desempenhado papel relevante na elaboração de mapas interativos que subsidiam o planejamento urbano. Nesse contexto, o *OpenStreetMap* se evidencia como uma plataforma gratuita relevante, uma vez que, por meio da colaboração coletiva, possibilita a atualização contínua dos dados geoespaciais e a criação de representações dinâmicas do território urbano (Machado; Camboim, 2019). De forma complementar, a utilização de bibliotecas de código aberto, como o *Leaflet*, viabiliza o desenvolvimento de interfaces web intuitivas para a visualização e análise de informações georreferenciadas, demonstrando a aplicabilidade das tecnologias SIG em áreas como o monitoramento do tráfego, a avaliação ambiental e o planejamento participativo (França; Marques; Valentim, 2023). Assim, a combinação dessas soluções revela-se como uma nova possibilidade para a gestão urbana, podendo contribuir para a construção de cidades mais democráticas e resilientes.

Dentre as soluções baseadas em georreferenciamento, destaca-se o mapeamento colaborativo, que permite a participação ativa da sociedade na coleta e atualização de informações sobre o espaço urbano. Idealmente, a população também deveria colaborar na definição sobre o que deve ser mapeado e para que. Iniciativas como o *OpenStreetMap* demonstram o potencial da informação geográfica criada coletivamente na criação de bases de dados atualizadas e acessíveis, que poderiam promover maior transparência e engajamento dos cidadãos na gestão do território (Machado; Camboim, 2019). Esse tipo de abordagem poderia facilitar a integração entre os dados coletados por órgãos governamentais e aqueles gerados pela própria comunidade, a partir de seus interesses e lógicas de uso do espaço, resultando em uma visão mais detalhada e representativa das dinâmicas urbanas.

Além disso, a aplicação conjunta de SIG e *crowdsourcing* tem sido cada vez mais explorada no planejamento urbano participativo. Ao permitir que a população contribua com informações sobre mobilidade, infraestrutura e qualidade de vida, essas tecnologias prometem fortalecer o processo de tomada de decisão e possibilitar uma distribuição mais eficiente dos recursos públicos (Santos et al., 2021).

Portanto, a combinação entre tecnologia web e georreferenciamento pode representar uma ampliação dos instrumentos disponíveis para o planejamento e gestão dos espaços urbanos. O acesso democratizado à produção e disseminação de dados geoespaciais e a participação ativa dos cidadãos na construção, na leitura e na interpretação dessas informações poderiam fortalecer a gestão pública e contribuir para o desenvolvimento de cidades mais resilientes e participativas.

4.3. Criação de uma plataforma colaborativa de mapeamento de apropriações do espaço público em Nova Viçosa.

Como desdobramento do mapeamento iniciado nesta pesquisa, propõe-se a criação de uma plataforma digital colaborativa destinada ao registro e à sistematização de apropriações espontâneas do espaço público. A aplicação inicial do sistema concentra-se no bairro de Nova Viçosa, com potencial de expansão para outros bairros do município de Viçosa, possibilitando a continuidade e atualização do levantamento para além do período de realização da pesquisa. Essa estratégia visa ampliar a visibilidade de práticas cotidianas frequentemente ausentes dos instrumentos formais de planejamento urbano, contribuindo para a construção de uma base de dados dinâmica e territorialmente referenciada.

A plataforma poderá ser alimentada tanto por moradores, de acordo com seus interesses e condições de acesso à internet e a dispositivos eletrônicos, quanto por entidades coletivas, organizações da sociedade civil, poder público, pesquisadores e estudantes envolvidos em projetos de ensino, pesquisa ou extensão. Busca-se, assim, valorizar, compreender e potencializar iniciativas de apropriação espontânea do espaço público, em especial aquelas relacionadas à consolidação de espaços de convívio cotidiano e de mobilização coletiva. A integração de recursos de geolocalização e análise de dados possibilita a identificação de padrões espaciais e tipológicos nas intervenções registradas, ampliando a compreensão das demandas locais e fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades concretas da população. A visualização espacial das informações

tende a favorecer processos decisórios no âmbito da gestão urbana, contribuindo para a qualificação da alocação de recursos em infraestrutura e serviços públicos.

Do ponto de vista metodológico e tecnológico, a adoção de ferramentas de código aberto e de uso gratuito reforça a viabilidade de manutenção, replicação e ampliação da iniciativa, reduzindo barreiras financeiras para sua implementação por diferentes agentes. Ademais, o banco de dados gerado apresenta potencial de contribuição para pesquisas acadêmicas nas áreas de planejamento urbano, ciência de dados e tecnologias para cidades, ampliando o repertório de abordagens voltadas à análise das dinâmicas cotidianas do espaço urbano.

A proposta da plataforma colaborativa também se insere como uma possibilidade de fortalecimento da autonomia cidadã na manifestação de demandas e necessidades relativas ao espaço urbano. As entrevistas realizadas ao longo da pesquisa evidenciaram que, embora existam instrumentos formais de participação popular, parte significativa dos moradores desconhece ou não compreende plenamente seus mecanismos de funcionamento, o que contribui para o afastamento dos canais institucionais e para a dependência da mediação política tradicional. Esse distanciamento tende a reforçar percepções negativas em relação à política e aos seus representantes. Nesse sentido, plataformas independentes, desenvolvidas a partir de iniciativas institucionais ou coletivas autônomas, podem contribuir para a reconfiguração das formas de engajamento, criando canais complementares de comunicação e participação que reforcem o papel ativo do cidadão na construção de sua cidade.

A plataforma foi concebida como um sistema web colaborativo voltado ao mapeamento de intervenções realizadas pela população em um território urbano específico. Seu desenvolvimento baseou-se na necessidade de registrar, visualizar e organizar informações georreferenciadas de maneira acessível, intuitiva e de baixo custo, por meio do uso exclusivo de tecnologias e ferramentas gratuitas. A base cartográfica adotada foi o OpenStreetMap, projeto colaborativo de código aberto, integrado por meio da biblioteca de mapas interativos Leaflet, o que permite a visualização dinâmica do território, a inserção de marcadores geográficos e a interação do usuário com o mapa, sem dependência de serviços proprietários.

Entre os principais recursos da plataforma estão o cadastro de intervenções geolocalizadas, a associação de informações textuais e imagens às intervenções e a visualização dessas ações diretamente no mapa, associado a aplicação de

funcionalidades como filtros, comentários e validação colaborativa dos dados. O uso da plataforma foi pensado de forma simples e inclusiva, permitindo que qualquer cidadão, mesmo sem conhecimentos técnicos, possa registrar intervenções observadas em seu bairro, ao mesmo tempo em que os dados coletados podem subsidiar análises urbanas, acadêmicas ou institucionais, contribuindo para a compreensão das dinâmicas locais e incentivando a participação ativa da população na construção e qualificação do espaço urbano.

Ao acessar a plataforma, o usuário é inicialmente apresentado a uma breve contextualização sobre o projeto e seus objetivos, acompanhada de uma visualização preliminar do mapa do bairro de Nova Viçosa. Essa página inicial (Figura 18) também disponibiliza um tutorial explicativo que orienta, de forma intuitiva, o processo de cadastro das intervenções no espaço público, com o intuito de facilitar a participação de usuários sem familiaridade prévia com ferramentas de mapeamento digital.

Figura 18 – Visualização do protótipo da plataforma colaborativa



Fonte: Acervo da autora (2026)

O cadastramento das intervenções é realizado a partir de um sistema de registro simples, no qual o usuário cria um perfil de acesso e, em seguida, interage diretamente com o mapa. A localização da intervenção é definida por meio do clique

sobre o ponto correspondente no território, garantindo precisão espacial ao registro. Após a marcação geográfica, o usuário seleciona a categoria da intervenção, conforme a tipologia previamente definida e discutida ao longo desta pesquisa.

Na sequência, o sistema solicita o preenchimento de campos descritivos referentes à intervenção, incluindo informações sobre sua motivação, forma de execução, materiais utilizados, agentes envolvidos e demais aspectos relevantes. O envio de pelo menos uma imagem é obrigatório, de modo a assegurar o registro visual da intervenção e qualificar o banco de dados gerado. Os campos de preenchimento são estruturados de forma orientada, buscando equilibrar a liberdade de expressão do usuário com a padronização mínima necessária para garantir coerência e comparabilidade entre os registros.

Uma vez cadastradas, as intervenções passam a compor o mapa interativo da plataforma. Ao interagir com os pontos mapeados, os usuários podem acessar as informações detalhadas de cada intervenção, incluindo sua localização, categoria, descrição, motivações, registros fotográficos, além de um espaço para comentários e outras informações que julgarem pertinentes. Essa funcionalidade permite uma leitura espacial e qualitativa das apropriações do espaço público, tornando visíveis práticas que, em geral, permanecem invisibilizadas pelos instrumentos formais de planejamento urbano.

Complementarmente, a plataforma conta com uma página de visualização analítica dos dados, organizada em formato de painel (*dashboard*). Nesse ambiente, são apresentadas análises quantitativas e qualitativas a partir do conjunto de intervenções cadastradas, como a distribuição por categorias, a recorrência de determinados tipos de apropriação e a identificação de padrões predominantes. Além disso, recursos como a geração de nuvens de palavras possibilitam a análise das motivações e necessidades mais frequentemente associadas às intervenções, ampliando a compreensão sobre as demandas cotidianas da população.

Dessa forma, a plataforma se estrutura simultaneamente como um instrumento de registro, visualização e análise, articulando informação espacial, participação cidadã e produção de dados urbanos, com potencial para subsidiar tanto a gestão pública quanto investigações acadêmicas futuras.

4.4. Perspectivas futuras: por uma cidade mais viva, sensível e partilhada

À luz das leituras apresentadas nos itens anteriores, a plataforma colaborativa proposta nesta pesquisa apresenta potencial significativo enquanto instrumento de articulação entre ciência de dados, planejamento urbano alternativo e participação cidadã. Ainda que, no escopo deste trabalho, sua função esteja restrita à exposição e sistematização dos resultados obtidos, sua concepção incorpora princípios que a qualificam como uma ferramenta passível de expansão, replicação e integração a outras iniciativas urbanas no futuro.

Do ponto de vista da ciência de dados aplicada ao urbanismo, a plataforma dialoga diretamente com a lógica do *Big Data* ao estruturar informações espaciais que emergem das dinâmicas cotidianas da cidade. Conforme discutido por Kandt e Batty (2021), a coleta e análise de dados urbanos em larga escala possibilitam uma leitura mais sensível e precisa das transformações urbanas, especialmente quando essas informações extrapolam os dados oficiais e incorporam registros do uso real do espaço. Nesse sentido, o mapeamento das apropriações espontâneas do espaço público se configura como uma fonte relevante de dados qualitativos e quantitativos, capazes de revelar padrões invisibilizados pelos instrumentos tradicionais de planejamento.

Ao incorporar princípios dos sistemas colaborativos e do *crowdsourcing*, a plataforma também se alinha a modelos contemporâneos de governança urbana participativa. Conforme apontam Lima e Porto (2022) e Gallo (2016), a participação direta da população na produção de dados permite captar informações que escapam aos sensores e levantamentos institucionais, ampliando a compreensão sobre as reais necessidades urbanas. Ainda que, neste momento, a plataforma não opere plenamente como um sistema ativo de *crowdsourcing*, sua estrutura conceitual já aponta para essa possibilidade, ao prever a continuidade do levantamento e a abertura para contribuições futuras de diferentes agentes.

A utilização de tecnologias web e de georreferenciamento reforça esse potencial ao permitir a visualização espacial das informações, elemento fundamental para o planejamento urbano. Como destacam Machado e Camboim (2019), plataformas baseadas em SIG e mapeamento colaborativo favorecem a integração entre dados oficiais e informações produzidas pela sociedade civil, contribuindo para uma leitura mais plural do território. Nesse contexto, a plataforma proposta pode funcionar como uma camada intermediária entre o conhecimento acadêmico, a

experiência cotidiana dos moradores e a gestão pública, promovendo maior transparência e acessibilidade aos dados urbanos.

Outro aspecto relevante diz respeito à sua capacidade de replicação. O uso de ferramentas gratuitas e de código aberto possibilita que a metodologia adotada seja aplicada a outros bairros e até a outros municípios, respeitando suas especificidades locais. Essa característica amplia o alcance da pesquisa, transformando-a não apenas em um estudo de caso localizado, mas em uma base metodológica passível de adaptação a diferentes contextos urbanos.

Por fim, a plataforma apresenta potencial para fortalecer a autonomia cidadã e reconfigurar as formas de participação no planejamento urbano. Conforme evidenciado pelas entrevistas, a distância entre a população e os instrumentos formais de participação contribui para a desconfiança em relação à política institucional. Nesse cenário, plataformas independentes e acessíveis podem atuar como dispositivos de mediação, estimulando o engajamento crítico e a construção coletiva do espaço urbano.

Assim, mesmo em seu estágio inicial, a plataforma proposta aponta para novos caminhos de articulação entre dados, território e cidadania, reafirmando o papel do planejamento urbano como um processo dinâmico, inclusivo e sensível às práticas sociais existentes.

5. CONCLUSÕES - Insurgências como Forma de Redirecionamento do Planejamento: Lições do Território

5.1. A Produção Coletiva do Espaço: Além do Planejamento Formal

Diante do que foi discutido até aqui, percebe-se que o espaço urbano não é apenas resultado de planos técnicos ou de decisões institucionais: ele é uma obra coletiva, construída por múltiplas mãos, práticas e significados. Neste sentido, as ações populares configuram-se como formas efetivas de intervenção no espaço urbano, ainda que frequentemente não reconhecidas pelas instituições formais.

A transformação do espaço público que emerge das necessidades, dos afetos e da criatividade cotidiana revela-se como uma dimensão fundamental da produção do espaço, evidenciando que a cidade é uma construção contínua, inacabada e em constante transformação.

Autores como Lefebvre (2000) e Harvey (2012) mostraram que o espaço é, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e campo de resistência, sendo produzido por meio de práticas que refletem tanto interesses hegemônicos quanto necessidades e reivindicações populares. No contexto brasileiro, Milton Santos (2004) e Villaça (2011) ressaltaram que a urbanização é marcada por desigualdades estruturais, mas também por estratégias de sobrevivência e resistência que emergem das periferias e da vida cotidiana.

Ao revisitarmos esse debate, compreendemos que a cidade é obra coletiva, constantemente tensionada entre as estratégias institucionais e as táticas cotidianas (Certeau, 1998), entre a normatização do espaço, o valor de uso e a criatividade insurgente de seus habitantes. As práticas populares como autoconstrução, usos informais do espaço público, pequenas intervenções comunitárias ou ações coletivas de resistência, configuram formas efetivas de apropriação urbana, ainda que muitas vezes invisibilizadas pelas políticas oficiais. Esse horizonte dialoga com o conceito de urbanismo cotidiano (Crawford, 2004; Santos & Vogel, 1985), que valoriza os arranjos locais e as invenções diárias como elementos centrais para compreender a vitalidade urbana.

No caso do Bairro Nova Viçosa, os achados da pesquisa confirmam e concretizam esse quadro teórico. O mapeamento das apropriações espontâneas revelou a presença de mobiliários urbanos improvisados, espaços livres de estar, iniciativas de paisagismo e usos coletivos que emergiram da própria comunidade, muitas vezes sem qualquer suporte do poder público. Trata-se de vestígios das dinâmicas de uso dos espaços, que só adquirem sentido pleno no momento em que estão em uso. As entrevistas reforçaram que tais práticas surgem da escassez de infraestrutura, mas também do desejo de pertencimento, do cuidado com o lugar e da criação de laços comunitários. Observa-se, assim, que o planejamento urbano pode incorporar as questões trazidas por estas práticas que emergem da necessidade, do afeto e da criatividade, materializando uma forma de resistência e de produção do espaço que, embora marginalizada pelas instituições, possui forte impacto no cotidiano e na identidade do bairro. Reconhecer essas práticas como parte legítima da produção urbana significa ampliar a compreensão do planejamento para além de sua dimensão formal, aproximando-o das demandas reais da sociedade civil.

Como afirma Fernandes (2012), o poder público pode tomar partido e criar estratégias de democratização do Estado a partir da garantia da participação popular

nas decisões e na gestão pública. A autora considera que a participação popular deve ser parte essencial de um projeto voltado à transformação do poder público, articulando mudanças tanto no âmbito governamental quanto na sociedade civil. Essa participação tem como propósito criar oportunidades para que se desenvolvam ações alternativas às impostas pela classe dominante, promovendo a construção de uma cultura democrática mais plural e fundamentada no reconhecimento dos direitos dos cidadãos (Fernandes, 2012).

Entendemos, então, que a participação política, como a presença dos sujeitos sociais ocupando o espaço de tomada de decisões, integra a dimensão ampliada da democracia, atuando como instrumento de formação e de controle da vontade coletiva (Fernandes, 2012, p.63).

5.2. Reposicionar o Planejamento: Escuta, Reconhecimento e Abertura

O reposicionamento do planejamento urbano requer compreendê-lo como prática dialógica, na qual saberes técnicos e populares possam se articular de forma horizontal. Ao contrário da tradição tecnocrática que historicamente marcou o urbanismo brasileiro, privilegiando o conhecimento institucionalizado, o planejamento dialógico pressupõe escuta ativa e incorporação das práticas cotidianas como parte legítima da formulação de políticas públicas.

Essa abordagem aproxima-se das insurgências urbanas nas quais sujeitos coletivos reivindicam o direito à cidade por meio de ações criativas que emergem do cotidiano. Nesse contexto, reconhecer a legitimidade dos arranjos populares é fundamental. As práticas informais, longe de serem vistas como falhas ou carências, constituem formas válidas de produção do espaço urbano. No Bairro Nova Viçosa, a pavimentação comunitária de ruas ou a criação de áreas de lazer improvisadas demonstram a capacidade coletiva de enfrentar a ausência do Estado. Contudo, é necessário que o planejamento reconheça essas práticas sem absorvê-las ou neutralizá-las, uma vez que sua legitimidade reside justamente na autonomia e na força contestatória que revelam frente às desigualdades urbanas.

Para articular planejamento formal e práticas insurgentes, é possível recorrer a instrumentos e metodologias que preservem essa autonomia. Experiências como o mapeamento colaborativo, desenvolvido na iniciação científica associada a esta pesquisa, demonstram o potencial do georreferenciamento participativo em dar visibilidade às práticas populares e integrá-las às bases institucionais. Nesse

processo, moradores tornam-se produtores de informação e formuladores de demandas, fortalecendo a gestão democrática do território. Assim, o planejamento urbano se reposiciona como prática de escuta, reconhecimento e abertura, articulando insurgência e institucionalidade sem apagar suas diferenças. Nessa perspectiva, abre-se caminho para a construção de cidades mais vivas, sensíveis e democráticas.

5.3. Aprendizados: o que as práticas cotidianas ensinam ao planejamento

A investigação das apropriações espontâneas do espaço público no Bairro Nova Viçosa permitiu retomar, sob uma perspectiva empírica e situada, a problemática central desta pesquisa: a distância entre o planejamento urbano institucional e as práticas cotidianas que, de fato, produzem e qualificam o espaço urbano nas periferias. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que as intervenções realizadas pelos moradores não constituem ações aleatórias ou meramente informais, mas respostas diretas a lacunas históricas do poder público, especialmente no que diz respeito à oferta de infraestrutura, mobiliário urbano, espaços de convivência e equipamentos coletivos. Essas práticas revelam, portanto, um planejamento em ato, construído a partir da experiência vivida, do conhecimento prático e da necessidade cotidiana.

Os achados da pesquisa ampliam a compreensão do planejamento urbano ao deslocar o foco exclusivo dos instrumentos formais e normativos para os modos como a cidade é continuamente produzida por seus habitantes. As apropriações mapeadas demonstram que os moradores não apenas ocupam o espaço, mas o interpretam, atribuem sentido e o reorganizam conforme suas necessidades e valores. Nesse sentido, o planejamento deixa de ser compreendido apenas como um campo técnico-administrativo e passa a ser reconhecido como um processo social, relacional e territorialmente situado.

A pesquisa evidencia que essas práticas cotidianas e insurgentes operam segundo uma lógica distinta da racionalidade técnico-burocrática que orienta o planejamento tradicional. Enquanto este se estrutura a partir de planos, prazos e diretrizes generalizantes, as apropriações observadas em Nova Viçosa emergem de forma incremental, adaptativa e sensível às condições locais. Trata-se de ações que não buscam a padronização ou a monumentalidade, mas a funcionalidade, o cuidado e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Outro aprendizado central diz respeito ao papel político dessas práticas. Ao transformar o espaço público sem mediação institucional, os moradores exercem,

ainda que de maneira não formalizada, o direito à cidade e à participação na produção do território. As apropriações funcionam como formas de insurgência cotidiana que tensionam a lógica da ausência do Estado e expõem a seletividade das políticas públicas urbanas. Nesse contexto, reconhecer essas ações não significa romantizar a precariedade ou legitimar a omissão do poder público, mas compreender que elas expressam demandas urgentes e acumuladas, que precisam ser incorporadas de forma crítica e responsável ao planejamento urbano.

No entanto, é necessário reconhecer os limites metodológicos e territoriais desta pesquisa. O recorte empírico concentrado em um único bairro periférico de uma cidade média brasileira impede generalizações diretas para outros contextos urbanos, marcados por dinâmicas socioespaciais distintas.

Além disso, a abordagem qualitativa, embora fundamental para captar os sentidos e significados atribuídos pelos moradores às práticas de apropriação, envolve necessariamente a subjetividade das narrativas e da interpretação da pesquisadora. A análise também se restringiu às intervenções ativas no momento da pesquisa, não contemplando apropriações já desmobilizadas ou processos históricos mais longos de transformação do espaço urbano.

Apesar desses limites, os resultados obtidos apontam caminhos relevantes para estudos futuros. Pesquisas comparativas entre diferentes bairros, cidades ou regiões poderiam aprofundar a compreensão sobre como as apropriações espontâneas variam conforme contextos socioeconômicos, culturais e institucionais.

Da mesma forma, investigações que articulem o urbanismo cotidiano a outros campos teóricos, como a ecologia urbana, os estudos de gênero ou as tecnologias emergentes, podem ampliar o debate sobre formas alternativas de planejamento. O aprofundamento do uso de ferramentas digitais colaborativas, como a plataforma proposta nesta dissertação, também se apresenta como um campo promissor para fortalecer a participação cidadã e a escuta territorial no planejamento urbano.

Assim, os aprendizados extraídos das práticas cotidianas observadas em Nova Viçosa reforçam a necessidade de um reposicionamento crítico do planejamento urbano contemporâneo. Planejar, à luz dessas experiências, implica reconhecer o território como espaço de saber, os moradores como agentes legítimos de transformação e o cotidiano como dimensão fundamental da vida urbana. Mais do que incorporar formalmente essas práticas, trata-se de construir um planejamento capaz

de escutar, dialogar e aprender com aquilo que já está sendo produzido, diariamente, pelas populações que historicamente tiveram seu direito à cidade limitado.

5.4. Um convite à escuta e à Imaginação Urbana

Enquanto nas centralidades do Município, predomina uma lógica produtiva que funcionaliza o espaço a partir de usos normativos e econômicos específicos, orientados pelo valor de troca, mas que não correspondem às práticas cotidianas de determinados grupos sociais, em territórios como Nova Viçosa, a vida urbana se estrutura a partir de outras temporalidades e formas de uso, associadas ao tempo lento, à permanência e à sociabilidade, expressas em práticas simples do cotidiano, como “sair para tomar um vento”.

Nesses espaços, conformam-se redes intensas de apoio e solidariedade que emergem não apesar da precariedade, mas, em grande medida, como resposta a ela. Essa condição evidencia uma contradição central do planejamento urbano: ao mesmo tempo em que se reivindica a atuação do poder público para qualificar o território e garantir melhores condições de vida, a provisão de infraestrutura pode intensificar o valor de troca do espaço, desencadeando processos de valorização imobiliária e expulsão dos grupos que o produzem cotidianamente.

Diante desse quadro, torna-se inevitável revisar criticamente as posturas do planejamento tradicional, historicamente orientadas pela prescrição normativa, pela antecipação formal das dinâmicas urbanas e pela centralidade do saber técnico, que frequentemente desconsideram as temporalidades, os usos e as racionalidades produzidas no cotidiano.

O desafio, portanto, não reside apenas em intervir, mas em reconhecer as potências já existentes no território e refletir criticamente sobre o que pode, e deve, ser preservado em cenários de investimento público. É nesse sentido que o diálogo com o planejamento alternativo e com a noção dos “homens lentos”, proposta por Milton Santos, torna-se fundamental, ao evidenciar formas não hegemônicas de produzir a cidade, baseadas no uso, na convivência e na resistência à lógica mercantil do espaço.

As respostas não passam por intervenções totalizantes nem pela aplicação de modelos universais de qualificação urbana, mas por estratégias situadas, sensíveis às racionalidades já presentes no território.

Isso implica pensar infraestruturas mínimas e incrementais, articuladas a mecanismos de proteção contra a expulsão, de modo que a valorização do espaço não se sobreponha ao direito à permanência. As redes de apoio, as sociabilidades e as formas de auto-organização devem ser compreendidas como potências, a serem fortalecidas sem serem capturadas por regras externas ao território e normalizadas pelo planejamento institucional.

Nessa perspectiva, o planejamento alternativo e a noção dos “homens lentos” não oferecem um modelo idealizado de cidade, mas uma chave crítica para repensar a atuação do poder público, orientando-a para processos mais lentos, abertos e atentos às temporalidades, usos e relações que estruturam a vida cotidiana.

Ao tratar de planejamento alternativo, não se está afirmando a existência de um planejamento prévio nas ações espontâneas do urbanismo cotidiano. Essas ações não se configuram como planejamento no sentido literal, mas como práticas situadas que respondem a necessidades imediatas e que também produzem o espaço, embora de forma não deliberada.

O planejamento alternativo emerge, portanto, da leitura crítica dessas práticas, reconhecendo-as como produtoras de racionalidade urbana. Trata-se de um planejamento construído a posteriori, que opera menos pela prescrição de formas e mais pela mediação, pela tradução institucional e pela criação de condições para a permanência, a adaptação e o fortalecimento dos usos cotidianos do espaço. Suas ações não se confundem com o cotidiano, mas se constroem a partir dele, assumindo caráter incremental, interpretativo e protetivo, orientadas pela valorização do uso e pela garantia da permanência dos grupos que produzem o espaço na vida diária.

Em vez de antecipar soluções ou impor modelos normativos, o grande desafio do planejamento alternativo está em atuar no ajuste fino do território, oferecendo suporte, reconhecimento e salvaguardas às dinâmicas existentes, sem substituí-las ou capturá-las.

Esse entendimento produz um deslocamento fundamental no estatuto do planejamento urbano, ao romper com sua concepção como prática exclusivamente normativa, antecipatória e centrada no Estado. O planejamento deixa de ser compreendido como instância soberana de ordenamento da cidade e passa a operar como prática relacional, mediadora e politicamente situada.

Ao reconhecer os saberes cotidianos, a auto-organização social e as apropriações do espaço como componentes legítimos da produção urbana, redefine-se o papel do Estado, do conhecimento técnico e da participação.

A adoção do termo “alternativo” não se refere, assim, à proposição de um novo modelo normativo, nem à substituição das práticas institucionais existentes, mas à afirmação de uma posição crítica diante das limitações históricas do planejamento tradicional. O planejamento alternativo é alternativo porque opera nos interstícios entre o formal e o informal, entre a prescrição e o uso, entre Estado e sociedade, abrindo espaço para outras formas de ação no domínio público.

Ao assumir essa postura, o planejamento se reposiciona como instrumento potencial de democratização da produção da cidade, ampliando as possibilidades de construção coletiva do direito à permanência, do direito à cidade e de futuros urbanos mais justos e sensíveis às realidades vividas.

Ao criar condições para que essas práticas sejam reconhecidas e valorizadas, o planejamento alternativo contribui para a abertura de portas simbólicas e materiais que permitem aos sujeitos se perceberem como pertencentes a uma cidade mais ampla do que o espaço imediato do cotidiano. A partir do reconhecimento de suas próprias produções culturais, sociais e espaciais, torna-se possível ampliar os circuitos de circulação, convivência e participação, favorecendo experiências que extrapolam os limites do território de origem.

Essa ampliação não se dá pela substituição do lugar vivido, mas pela possibilidade de todo cidadão transitar entre diferentes espaços da cidade, acessando outros contextos, redes e oportunidades. A convivência para além do espaço cotidiano fortalece processos de aprendizado, troca e reconhecimento mútuo, contribuindo para a construção de subjetividades urbanas menos marcadas pela segregação e mais abertas à diversidade.

Nesse sentido, o Direito à Cidade também se afirma como direito à ampliação de horizontes, à circulação de saberes e à participação em esferas mais amplas da vida urbana, reforçando a cidade como experiência coletiva e relacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcos Vinicius Sanches *et al.* Proposta metodológica para o cálculo e análise espacial do IDH intraurbano de Viçosa-MG. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 169–186, 2011.
- ADEBARA, Temitope Muiyiwa; ADEBARA, Oyinloluwa Beatrice; TAIWO, Amos Oluwole. The use or misuse of urban streets? Exploration of everyday urbanism in traditional city centres. **International Journal of Real Estate Studies**, v. 17, n. 1, p. 13–23, 2023.
- ALMANÇA, L. S. *et al.* Análise e Metodologia do Mapeamento Colaborativo do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rei: uma Abordagem Interinstitucional. **10º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (PLURIS 2024) Cidades e Territórios em Transição**, 2024.
- ANYAMBA, Tom. Informal Urbanism in Nairobi. **Built Environment**, v. 37, n. 1, p. 57–77, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Provença, 1981.
- BIDERMAN, Ciro *et al.* **Big Data para o desenvolvimento urbano sustentável**. [S.l.: S.n.].
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade e dá outras providências, , 2001.
- BRENNER, Neil. **New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood**. Oxford: Oxford, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- COELHO, Dayana Debossan. **Da fazenda ao bairro: a construção de uma Nova Viçosa**. Trabalho de Conclusão de Curso—Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2013.
- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 4, n. 1, 2005.
- CRAWFORD, Margaret. **Everyday Urbanism: Margaret Crawford vs. Michael Speaks**. Ann Arbor: Arts Press, 2004.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Ativismos Cartográficos: Notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1–17, 2011.

FEITOSA, F. Big data e urban analytics à brasileira: questões inerentes a um país profundamente desigual. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 8, n. 1, p. 1–6, 2020.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista UFMG**, v. 20, n. 1, p. 212–233, 2013.

FERNANDES, Mônica Abranches. **Planejamento urbano participativo: o mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores**. Vila Velha: Opção Editora, 2012.

FILHO, Candido Malta Campos. O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. *In*: **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

FRANÇA, Henrique Elias Cabral; MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. INFORMAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO: UM OLHAR SOBRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA À LUZ DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Revista EDICIC**, v. 3, n. 3, p. 1–17, 2023.

FRIDMAN, Fania. Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 213–216, nov. 2013.

FRIEDMANN, John. **Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GALLO, Diego Sanchez. **Monitoramento colaborativo para cidades inteligentes**. Tese (Doutorado)—São Paulo: Escola Politécnica Universidade de São Paulo, 23 set. 2016.

HARRIS, Richard. Modes of Informal Urban Development. **Journal of Planning Literature**, v. 33, n. 3, p. 267–286, 28 ago. 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73–89, 2012.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEALEY, Patsy. **Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies**. London: Macmillan Press, 1997.

INSTITUTO CLARO. **Confira 4 aplicativos colaborativos para melhorar a sua cidade**. Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/confira-4-aplicativos-colaborativos-para-melhorar-a-sua-cidade/>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

IRISLAB. **Big Data Social**. Disponível em: <<https://irislab.ce.gov.br/produto/big-data-social/>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KANDT, Jens; BATTY, Michael. Smart cities, big data and urban policy: Towards urban analytics for the long run. **Cities**, v. 109, fev. 2021.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC/edusp, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. 2ª ed. Salvador: UDFBA, 2005.

LIMA, Mariana Ribeiro dos Santos; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. MAPEAMENTO COLABORATIVO INTEGRADO À GESTÃO DE RISCOS EM BELO HORIZONTE : UMA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES. **Vigiles**, v. 05, p. 249–272, 2022.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hans; AMORIM, Lucas de Carvalho de; BORBA, Julian. Ceticismo e polarização: determinantes políticos da não participação em instituições participativas. **Cadernos Metrôpole**, v. 27, n. 63, 2025.

MACHADO, Adriana Alexandria; CAMBOIM, Silvana Philippi. Mapeamento colaborativo como fonte de dados para o planejamento urbano: desafios e potencialidades. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Erminia; CUNHA, Tales Fontana Siqueira. Planejamento urbano no Brasil: a distância entre a retórica e a prática. **Cadernos Jurídicos**, v. 23, n. 62, p. 85–99, 2022.

MARTINS, Fabio C. N.; KOURY, Ana Paula. O potencial da ciência cidadã no planejamento urbano: um novo paradigma. **Revista Projetar**, v. 9, n. 3, p. 36–45, set. 2024.

MCFARLANE, Colin; SILVER, Jonathan. Navigating the city: dialectics of everyday urbanism. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 3, p. 458–471, 30 set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTANER, Josep Maria. Por un urbanismo alternativo. *In*: MONTANER, Josep Maria; SUBIRATS, Joan (Orgs.). **Repensar las políticas urbanas: Apuntes para la agenda urbana**. Barcelona: Centre d'Estudis Territorials, 2012. p. 175–189.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. O Planejamento: algumas considerações. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, v. 1, n. 1(2), p. 40–54, 2007.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; PIMENTEL, Mariano. Sistemas Colaborativos para uma Nova Sociedade e um Novo Ser Humano. *In*: FUKS, Hugo; PIMENTEL, Mariano (Orgs.). **Sistemas Colaborativos**. [S.l.]: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Celso Maran de; LOPES, Dulce; SOUSA, Isabel Cristina Nunes de. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanço após 15 anos de estatuto da cidade. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 2, p. 322–334, maio 2018.

OLIVEIRA QUEIROZ, Andréa; SOUZA FERNANDES, Ricardo Augusto. Cidades Inteligentes: O valor público da inovação disruptiva para geogovernança. *In*: São Paulo: Editora Blucher, nov. 2019.

OROPEZA, Mauricio López. Modelos alternativos de desarrollo local desde la periferia. **Eutopía**, n. 1, p. 115–128, 2010.

RATTI, Carlo. **Arquitetura que detecta e responde**. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/carlo_ratti_architecture_that_senses_and_responds>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à cidade e o estatuto da cidade. **CIDADES**, v. 2, n. 3, p. 89–110, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Emanuela Liné *et al.* Crowdsourcing como auxílio às ferramentas de SIG no planejamento urbano participativo. *In*: 20 dez. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. [S.l.]: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ed. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHLACK, Elke; ARAUJO, Kathya. Espacio público: registros alternativos para pensar y construir el espacio público en ciudades de Latinoamérica. **Revista INVI**, v. 37, n. 106, p. 1–23, 18 nov. 2022.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 11, p. 1–11, 2019.

SILVA, Jailce Campos e; RODRIGUES, Lucas Rego Silva. A gestão democrática das cidades: perspectivas e desafios da realidade brasileira. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, v. 4, n. 6, p. 45–64, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa-MG**. Tese de Mestrado—Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

SOUZA, Renato César Ferreira; NASCIMENTO, Fernando Pacheco; MAGALHÃES, Leandro dos Santos. A utilização de sistemas de mapeamento colaborativo online como ferramenta nos processos de requalificação urbana. **Anais do IV Congresso Internacional de Cidades Inteligentes**, 2016.

SZPIZ, Helga; MONAT, André; PATROCÍNIO, Gabriel. Design, inovação e colaboração cidadã: reflexões sobre os processos de comunicação no governo. **14º Congresso Brasileiro de Design**, 2022.

TALEN, Emily. Do-it-yourself urbanism: A history. **Journal of Planning History**, v. 14, n. 2, p. 135–148, 2 maio 2015.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: [S.n.].

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

Google Earth

Image © 2025 Airbus

300 m

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

Google Earth

Image © 2025 Airbus

300 m

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

The figure is an aerial photograph of the Bairro Nova Viçosa neighborhood in Viçosa, Minas Gerais. The map shows a dense residential area with numerous streets and buildings. Red pushpin icons are placed across the map to indicate the locations of spontaneous interventions. These pins are distributed throughout the neighborhood, with higher concentrations in certain areas like the central and lower-left parts. Several street names are visible and labeled, including R. José Rocha Filho, R. Joaquim Oliveira, R. Rafael da Silva Araújo, R. Alípio Augusto, R. Alfa Chequer, R. Contagem, R. Maria Caetano, R. Beco, R. Ubá, R. Bernardina Xavier, R. Alexandre F. Silva, R. Agenor Pires Dantas, R. Celso Rosa Cunha, R. Antônio Santos, R. J. Carlos, R. Chotaro Chimola, R. J.P. Filho, R. da Conceição, R. das Estrelas, R. Costa, R. Barros, R. Mel/Alexandre, R. Mal/Alexandre, R. J. Carlos, R. Antonio Santos, R. Celso Rosa Cunha, R. Agenor Pires Dantas, R. Contagem, R. Maria Caetano, R. Beco, R. Ubá, R. Bernardina Xavier, R. Alexandre F. Silva, R. Joaoim Oliveira, R. Jose Rocha Filho, R. Rafael da Silva Araujo, R. Alipio Augusto, R. Alfa Chequer, R. Contagem, R. Maria Caetano, R. Beco, R. Ubá, R. Bernardina Xavier, R. Alexandre F. Silva, R. Agenor Pires Dantas, R. Celso Rosa Cunha, R. Antonio Santos, R. J. Carlos, R. Chotaro Chimola, R. J.P. Filho, R. da Conceição, R. das Estrelas, R. Costa, R. Barros, R. Mel/Alexandre, R. Mal/Alexandre.

Google Earth
Image © 2025 Airbus

300 m

[illegible]

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

Google Earth

Image © 2025 Airbus

300 m

The figure is an aerial map of the Nova Viçosa neighborhood in Viçosa, Minas Gerais. It displays a dense network of streets and buildings. Numerous red pushpin markers are placed across the map, indicating the locations of spontaneous interventions. The map includes a title at the top left, a legend at the top right, a scale bar at the bottom right, and a north arrow at the bottom right. The Google Earth logo and copyright information are visible at the bottom left.

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

The figure is an aerial photograph of the Bairro Nova Viçosa in Viçosa, Minas Gerais, Brazil. The map shows a dense residential area with many small houses and buildings. Numerous red pushpin markers are placed throughout the neighborhood, indicating locations where spontaneous interventions were observed. The markers are distributed across various streets and blocks. Several street names are visible and labeled on the map, including R. José Rocha Filho, R. Joaquim Oliveira, R. Rafael da Silva Araújo, R. Alípio Augusto, R. Alfa Chequer, R. Contagem, R. Maria Caetano, R. Beco, R. Ubatuba, R. Bernardina Xavier, R. Alexandre F. Silva, R. Agénor Pires dos Santos, R. Celso Rosa Cunha, R. Antônio Santos, R. J. Carlos, R. Chotaro Chimola, R. J.P. Filho, R. da Conceição, R. das Estrelas, R. Costa, R. Barro, R. Mel, A. Santa Ana, R. M. S., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M., R. J. M.

Google Earth
Image © 2025 Airbus

300 m

[illegible]

Mapa de Localização de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- Intervenções Espontâneas

The map displays the layout of Bairro Nova Viçosa, with streets labeled in white text. The red pushpin markers are densely clustered in the central and lower-left portions of the neighborhood, indicating a high frequency of spontaneous interventions in these areas. The map also shows surrounding green spaces and other residential areas.

Google Earth

Image © 2025 Airbus

300 m

Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla a classificação das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

 Espaços Livres de Estar

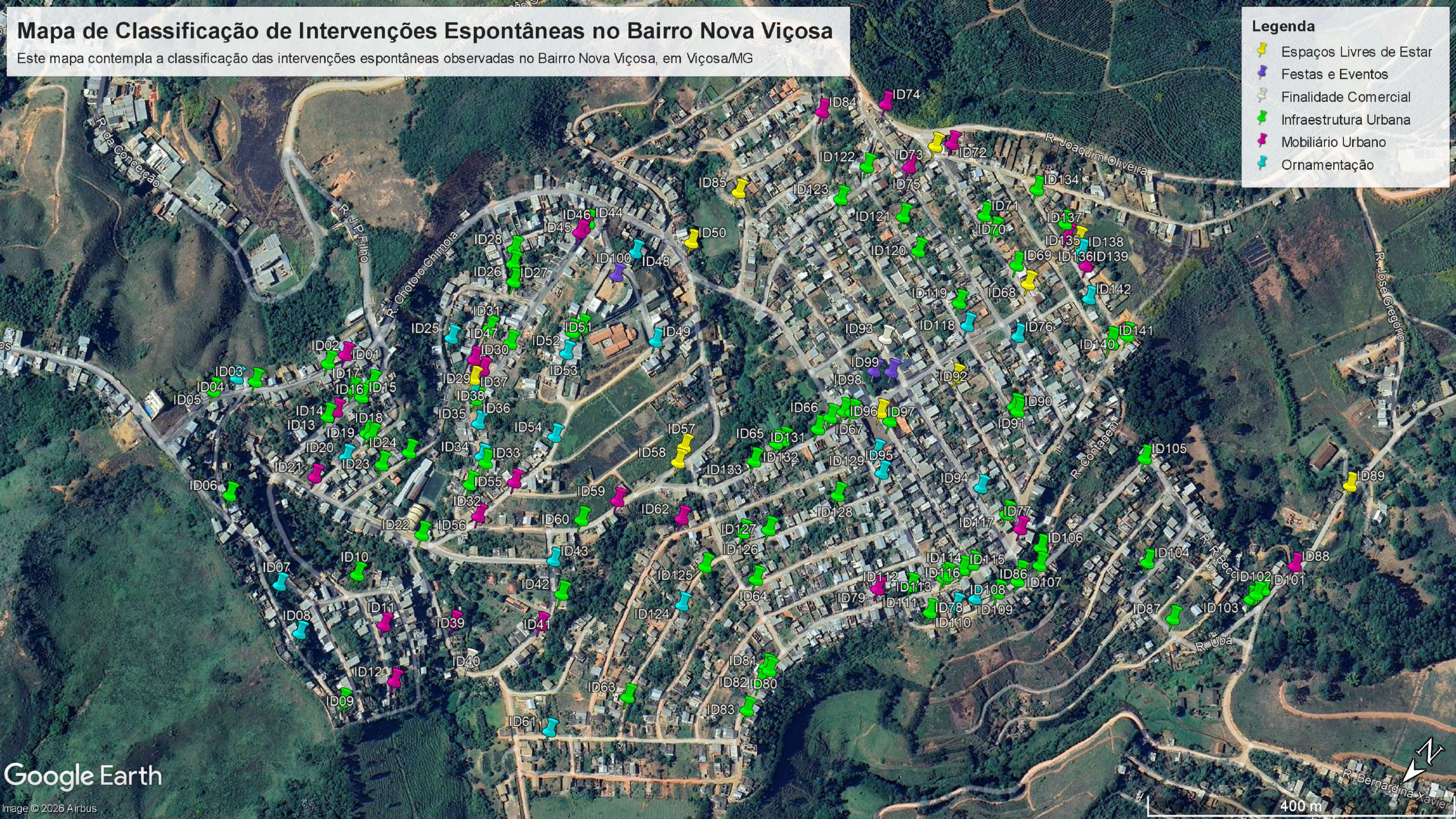
 Festas e Eventos

 Finalidade Comercial

 Infraestrutura Urbana

 Mobiliário Urbano

 Ornamentação



Eixo de Convivência - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo de convivência" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

- 📌 Espaços Livres de Estar
- 📌 Festas e Eventos
- 📌 Mobiliário Urbano



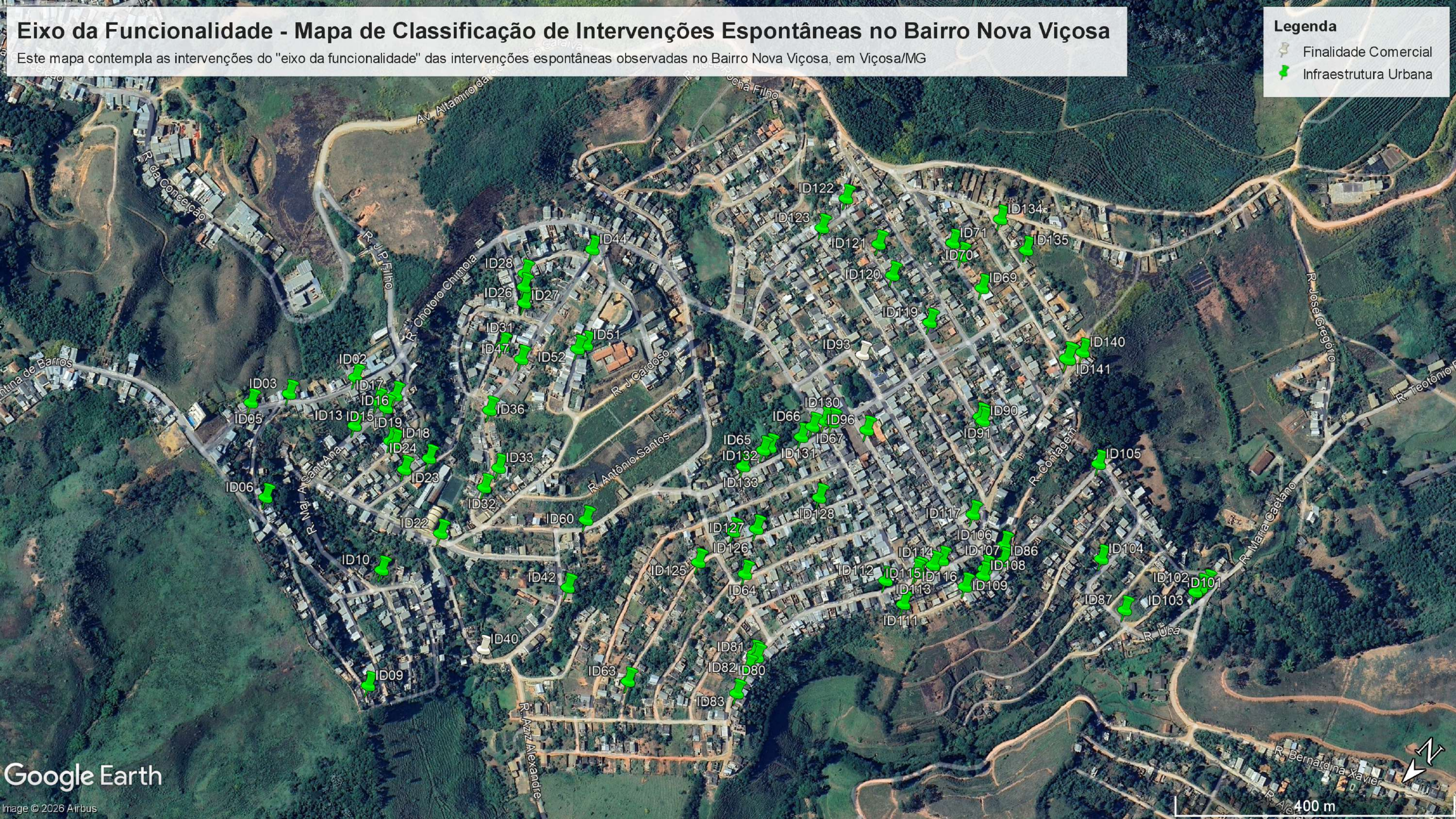
Eixo da Funcionalidade - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo da funcionalidade" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

 Finalidade Comercial

 Infraestrutura Urbana



Eixo da Ornamentação - Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

Este mapa contempla as intervenções do "eixo da ornamentação" das intervenções espontâneas observadas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG

Legenda

📌 Ornamentação



Google Earth

Image © 2026 Airbus

400 m

APÊNDICE F – Tabela de Identificação das Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa

ID	TIPOLOGIA	PERCEPÇÃO DO ENTORNO	PERCEPÇÃO DOS MATERIAIS	IMAGEM
1	MOBILIÁRIO URBANO	o banco foi construído em frente a um terreno vazio cercado de unidades residenciais	madeira	
2	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	cano de pvc preenchido com concreto	
3	INFRAESTRUTURA URBANA	cruzamento entre duas ruas	tambor de máquina de lavar, metal e madeira	
4	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	planta cercada com ripas de madeira pintadas	
5	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tubos de ferro	
6	INFRAESTRUTURA URBANA	cruzamento entre duas ruas	tambor de máquina de lavar, madeira e tinta	
7	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	mudas plantadas ao longo da calçada de terra	
8	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	vaso de plástico	
9	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar, garrafas pet e vasos de plantas	

10	INFRAESTRUTURA URBANA	cruzamento entre duas ruas, próximo a um ponto comercial	lixeria velha e tambor de metal	
11	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	alvenaria e reboco	
12	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira e arame farpado	
13	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	compensado de madeira	
14	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira e latas de tinta	
15	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tinta e engradado de bebida	
16	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	caixote plástico	
17	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	vigas metálicas e tintas	
18	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	manilha de concreto	
19	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	

20	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	vaso de plástico	
21	MOBILIÁRIO URBANO	"rua principal" com escola, comércio e residências	madeira, bloquete e concreto	
22	INFRAESTRUTURA URBANA	"rua principal" com escola, comércio e residências	madeira	
23	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
24	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
25	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	plantas e vasos improvisados	
26	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
27	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	chapas metálicas	
28	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	cesto de máquina de lavar	
29	MOBILIÁRIO URBANO	"rua principal" com comércio e residências	madeira e metalon	

30	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira	
31	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
32	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
33	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	tambor de máquina de lavar e madeira	
34	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais e comerciais	vaso de plástico	
35	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	árvore na calçada	
36	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	carcaça de eletrodoméstico	
38	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	unidades residenciais		
39	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira	
40	FINALIDADE COMERCIAL	espaços livres, unidades residenciais e comerciais	metal, etc...um trailer	

41	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira	
42	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
43	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais		
44	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	tambor de máquina de lavar	
45	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais e comerciais	tambor de máquina de lavar	
46	MOBILIÁRIO URBANO	em frente a um comércio	concreto armado	
47	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
48	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais e institucionais (igreja e creche)	vaso de plástico	
49	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais e institucionais (igreja e creche)	plantas na calçada	
50	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	"rua principal" - comércio e residências	madeira	

51	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
52	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
53	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais		
54	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	pneu	
55	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira e bloquetes	
56	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	madeira e arame	
57	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	comércio	alvenaria e reboco	
58	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	comércio	diversos materiais	
59	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	estofado	

60	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	tambor de máquina de lavar	
61	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais		
62	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	maderia	
63	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar e vasos	
64	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	latões de material inflamável	
65	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	metal e madeira	
66	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
67	INFRAESTRUTURA URBANA	comercial e residencial	balizas em perfil metálico	
68	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	comercial e residencial	madeira e palha	

69	INFRAESTRUTURA URBANA	comercial e residencial	tambor de máquina de lavar	
70	INFRAESTRUTURA URBANA	comercial e residencial	tambor de máquina de lavar	
71	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tambor de máquina de lavar	
72	MOBILIÁRIO URBANO	residencial e comercial	alvenaria e revestimento cerâmico	
73	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	residencial e comercial	madeira, estofado, telha de fibrocimento	
74	MOBILIÁRIO URBANO	residencial	concreto armado	
75	MOBILIÁRIO URBANO	residencial	madeira, estofado	
76	ORNAMENTAÇÃO	residencial	balde e latas reaproveitados	
77	MOBILIÁRIO URBANO	residencial e comercial	alvenaria	
78	ORNAMENTAÇÃO	residencial		

79	MOBILIÁRIO URBANO	residencial, comercial e institucional (ubs)	madeira	
80	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tambor de máquina de lavar	
81	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tambor de máquina de lavar	
82	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial e comercial	tambor de máquina de lavar	
83	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial e comercial	tambor de máquina de lavar	
84	MOBILIÁRIO URBANO	residencial	madeira e arame	
85	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	residencial	madeira e tecido	
86	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tubos de pvc preenchidos com concreto	
87	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	carcaça de eletrodoméstico	
88	MOBILIÁRIO URBANO	em frente a um comércio	madeira	

89	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	em frente a uma escola	concreto armado	
90	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tambor de máquina de lavar	
91	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial	tambor de máquina de lavar	
92	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	residencial	estofado, madeira, metal, vidro	
93	FINALIDADE COMERCIAL	comercial e residencial	trailer fixo, base bloquetes	
94	ORNAMENTAÇÃO	comercial e residencial		
95	ORNAMENTAÇÃO	residencial e institucional (igreja)		
96	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial, comercial e institucional (centralidade do bairro)	ferro	
97	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	residencial, comercial e institucional (centralidade do bairro)		
98	FESTAS E EVENTOS		Festa das crianças	

99	FESTAS E EVENTOS		Festa junina	
100	FESTAS E EVENTOS		Festa de Santa Rita	
101	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	metal	
102	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	metal e madeira	
103	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	metal	
104	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	madeira	
105	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
106	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de metal	
107	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	metal	
108	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	METAL E LATA DE TINTA	

109	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	metal	
110	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	canteiro em alvenaria	
111	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
112	INFRAESTRUTURA URBANA	residencial, comercial e institucional (ubs)	METAL	
113	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais, comerciais e institucionais	METAL	
114	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais, comerciais e institucionais	VIGAS METÁLICAS	
115	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais, comerciais e institucionais	METAL	
116	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais, comerciais e institucionais	METAL, VIGAS METÁLICAS	
117	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	METAL	
118	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	ALVENARIA	

119	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
120	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
121	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
122	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
123	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
124	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	CHAPA DE COMPENSADO	
125	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
126	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
127	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
128	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	

129	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais		
130	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	VIGAS METÁLICAS	
131	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais e comerciais	METAL	
132	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
133	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	METAL	
134	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
135	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	tambor de máquina de lavar	
136	ESPAÇOS LIVRES DE ESTAR	unidades residenciais	GOLS DE BAMBU E REDE	
137	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	MADEIRA	
138	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais	VASOS DE CIMENTO	

139	MOBILIÁRIO URBANO	unidades residenciais	MADEIRA BLOQUETES DE CIMENTOS	
140	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	VIGAS METÁLICAS	
141	INFRAESTRUTURA URBANA	unidades residenciais	RIPAS DE MADEIRA	
142	ORNAMENTAÇÃO	unidades residenciais		

APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

O presente documento é parte da pesquisa **“E quando a população transforma o espaço público? As apropriações do espaço urbano no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG”**, vinculada à Universidade Federal de Viçosa – UFV, campus Viçosa, em Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Planejamento do Espaço Urbano e Regional, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. É desenvolvida pela aluna Thamara Ramalho Calonga e orientada pela Professora Dra. Marília Solfa. As perguntas a seguir dispostas serão aplicadas a uma amostra de, aproximadamente, 20 pessoas, todas maiores de 18 anos, sendo elas os agentes que participaram da idealização, criação e desenvolvimento das ações de apropriação do espaço urbano encontradas no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG, não fazendo nenhuma distinção quanto ao perfil do entrevistado. O objetivo é entender a forma como as apropriações se deram, quais foram suas motivações, os agentes que participaram das ações e se, de alguma forma, em algum momento, houve a participação do poder público como incentivador ou executor. Este processo só será realizado após o projeto ser submetido e aprovado pelo comitê de ética.

1. Como é a sua relação com a comunidade e com o bairro?
2. Como é a atuação dos representantes do bairro (associação de moradores, etc)?
3. Qual é a sua percepção sobre a atuação do governo municipal no bairro?
4. Você já participou de alguma reunião com o poder público e/ou na Câmara Municipal para discutir soluções para problemas no seu bairro?
5. Você tem conhecimento de como entrar em contato com o poder público para discutir problemas no seu bairro?
6. Como você avalia as condições de infraestrutura (fornecimento de água, energia elétrica, internet, coleta de lixo, esgotamento sanitário) no bairro? O que o poder municipal faz no sentido de levar infraestrutura adequada ao bairro?
7. Como você avalia a oferta de equipamentos e serviços públicos (saúde, educação, assistência social) no bairro? O que o poder municipal faz no sentido de levar equipamentos e serviços públicos ao bairro?
8. Como você avalia a presença de mobiliários urbanos (lixeiras, bancos, pontos de ônibus) no bairro? O que o poder municipal faz no sentido de prover estes mobiliários?

9. Você já se envolveu ou conhece alguém que se envolveu em algum movimento de transformação do espaço público (construção de bancos em calçadas, construção de praças em espaços vazios, construção de áreas de lazer para crianças, eventos nas ruas, entre outros)?

Em caso afirmativo da questão 9, as seguintes perguntas seguirão:

10. Neste movimento de transformação, de quem foi a iniciativa? Uma pessoa realizou sozinha ou foi uma iniciativa coletiva? O poder público teve algum envolvimento?

11. Caso tenha tido auxílio do poder público, como ela se deu (ajudou com material, mão de obra, outro)?

12. O que motivou essa transformação?

13. Os materiais utilizados nessa ação/apropriação, como foram angariados?

14. Desde de a data inicial da intervenção até hoje, ela se desenvolveu, se aprimorou? Se sim, como isso se deu?

15. Quem usa esse espaço hoje?

16. Para você, qual a importância desse espaço para o bairro e para seus moradores?